



# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

**RELATIVO A 2006**

# ÍNDICE

1. Introdução.....	4
2. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão.....	5
2.1 Projectos de Investimento.....	5
2.2 Departamento de Informática.....	8
2.3 Gestão de Recursos Humanos.....	10
2.4 Gestão dos Recursos Financeiros.....	17
3. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária.....	19
3.1 Divisão de Saúde e Bem Estar Animal.....	20
3.1.1 Vigilância Epidemiológica.....	20
3.1.2 Controlos.....	28
3.1.3 Pareceres Técnicos.....	33
3.1.4 Visitas Técnicas.....	34
3.1.5 Gripe Aviária.....	35
3.1.6 Registo de Explorações de Bovinos.....	37
3.1.7 Perspectivas para 2007.....	37
3.2 Divisão de Higiene Pública Veterinária.....	38
3.2.1 Licenciamento e Registo de Estabelecimento.....	39
3.2.2 Atribuição de Número de Controlo Veterinário.....	41
3.2.3 Registo dos Operadores Económicos para Trocas Intracomunitárias.....	42
3.2.4 Controlos Veterinários.....	42
3.2.5 Controlo Oficial dos Géneros Alimentícios.....	56
3.2.6 Plano Nacional de Controlo de Resíduos.....	57
3.2.7 Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares.....	59
3.2.8 Emissão de Certificados de Origem e Salubridade de Produtos de Origem Animal ...	59
3.2.8 Conclusões.....	62
3.3 Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações.....	63
3.3.1 Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos – SNIRB.....	64
3.3.2 Caracterização do Efectivo Bovino na RAM – SNIRB.....	67
3.3.3 Controlos às Explorações.....	69
3.3.4 Caracterização do Efectivo de Pequenos Ruminantes na RAM - SERVIA.....	71
3.3.5 Caracterização do Efectivo de Suínos na RAM – SERVIA.....	74
3.3.6 Aspectos Condicionantes à Persecução dos Objectivos da DIARE.....	76
3.4 Centros de Atendimento Veterinário.....	76
3.5 Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo.....	83
4. Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária.....	95
4.1 Divisão de Inspeção Sanitária.....	98
4.1.1 Inspeção Hígio-Sanitária dos Animais de Talho.....	98
4.1.2 Inspeção Hígio-Sanitária de Aves.....	117
4.1.3 Inspeção Hígio-Sanitária do Pescado.....	120
4.1.4 Classificação de Ovos e Produção Regional.....	122
4.1.5 Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino Provenientes da União Europeia	123
4.1.6 Controlos Aleatórios nos Centros de Abate e Lotas da RAM.....	124
4.2 Divisão de Fiscalização Veterinária.....	125
4.2.1 Processos de Contra-ordenação.....	125
5. Laboratório Regional de Veterinária.....	128

5.1	Divisão de Bromatologia .....	129
5.2	Divisão de Patologia .....	133
5.3	Divisão de Gestão e Qualidade .....	142
	ANEXOS .....	144
	ANEXO I.....	145
	Inspeções nos Centros de Abate da RAM .....	145
	ANEXO II .....	150
	Rejeições Totais e Parciais .....	150

## 1. Introdução

A Direcção Regional de Veterinária, de acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2005/M, de 9 de Novembro, é o serviço da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais que exerce as competências de autoridade veterinária na Região Autónoma da Madeira e tem como visão ser um organismo público de referência nos sectores da segurança alimentar, bem como da saúde e bem-estar animal.

A sua estratégia de actuação é definida nos âmbitos da defesa da Saúde Animal e da Saúde Pública.

No âmbito da Saúde Animal, é fundamental a promoção de medidas de epidemio-vigilância das doenças nos animais, sobretudo das zoonoses, (comuns ao homem e aos animais) e seu combate. A execução dos planos de erradicação destas doenças tem repercussões directas na economia, frágil, da pecuária regional e no fortalecimento dos padrões de Saúde Pública.

No domínio da Saúde Pública, é essencial a acção inspectiva, controladora e de rastreabilidade dos géneros alimentícios, em articulação estreita com a manutenção de uma boa qualidade sanitária dos animais e dos alimentos por estes consumidos.

Como objectivos prioritários para 2007, a Direcção Regional de Veterinária pretende desenvolver, entre outras, as seguintes acções:

1. Continuar a desenvolver as actividades veterinárias, inspectiva e fiscalizadora, nomeadamente através do Laboratório Regional de Veterinária e da sua Unidade Laboratorial para Rastreio da EEB (BSE), assegurando a realização de exames e análises de diagnose de zoonoses e de controlo da qualidade dos alimentos, com o apoio das entidades nacionais e internacionais correspondentes, designadamente em matéria de formação técnica especializada;
2. Continuar a estruturar os Centros de Atendimento Veterinário, dotando-os com os meios humanos e materiais adequados às suas competências e necessidades, por forma a corresponder às exigências em matéria de protecção veterinária e de saúde pública e aumentando a sua proximidade com os utentes/clientes alvo;
3. Continuar a desenvolver o programa de rastreio e controlo de zoonoses na Madeira e Porto Santo, nomeadamente das Carraças, EEB, Gripe Aviária, Raiva, etc.;
4. Continuar com as actividades de investigação aplicada à tipificação e certificação de produtos regionais de qualidade, nomeadamente prosseguindo o estudo sobre o processo tecnológico do fabrico do requeijão madeirense, com vista à sua certificação, bem como o apoio à tipificação genética de algumas espécies e raças de animais, de que são exemplo o Porco da Serra e a Cabra do Bugio;
5. Promover e participar em acções de divulgação da actividade veterinária, nomeadamente através da sua participação na Reunião de Autoridades Veterinárias Luso-Espanholas e na Feira Agro-Pecuária do Porto Moniz.

## **2. Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão**

### **2.1 Projectos de Investimento**

#### **Projectos de Investimento incluídos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR)**

A Direcção Regional de Veterinária pretende realizar os investimentos propostos nos projectos inscritos no PIDDAR, os quais se encontram devidamente enquadrados nos objectivos definidos no Programa de Governo.

Os relatórios de acompanhamento destes projectos são de seguida apresentados de acordo com a sua classificação orgânica.

#### **10.50.08.11 – Tipificação, Controlo de Qualidade e Promoção de Produtos Regionais de Origem Animal**

Em 2006 não se registaram quaisquer desenvolvimentos neste projecto por falta de dotação orçamental, pelo que se pretende retomá-lo em 2007.

#### **10.50.08.31 – Genotipagem das Cabras do Bugio**

Em 2006 não se realizaram quaisquer despesas neste projecto devido à falta de dotação orçamental.

#### **10.50.12.09 – Centros de Atendimento Veterinário (CAV)**

Durante o ano de 2006 apenas os CAV do Funchal e do Porto Santo desenvolveram a sua actividade, pois as restantes unidades previstas para outros dois concelhos da Região não dispõem de logística adequada. Executaram-se obras de conservação e reparação no CAV do Porto Moniz, não tendo sido possível realizar a totalidade dos investimentos previstos dadas as restrições orçamentais. Estima-se que esta estrutura entre em funcionamento durante o ano de 2007, faltando apenas equipá-lo.

Também se realizaram despesas com a aquisição de produtos químicos e farmacêuticos, material de consumo clínico e deslocações entre as Ilhas da Madeira e do Porto Santo, efectuadas pelos médicos veterinários.

Atendendo a que o CAV do Funchal está integrado na orgânica administrativa da DRV, este Centro direccionou a sua acção, essencialmente, para a saúde e acompanhamento animal, prestando todos os serviços solicitados pelos produtores, em vários concelhos da Região. As limitações humanas e materiais foram consideráveis, condicionando fortemente o desempenho deste serviço. A aquisição de duas viaturas em finais do ano veio colmatar uma falha extremamente importante.

O CAV do Porto Santo encontra-se em pleno funcionamento desempenhando funções variadas que abrangem os vários níveis de intervenção da DRV, nomeadamente:

- Assistência clínica a animais (animais de produção e animais de companhia);
- Colaboração com as várias divisões da Direcção de Serviços de Protecção Veterinária, no âmbito da higiene pública veterinária, registo e identificação animal e saúde e bem estar animal;
- Colaboração com a Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária, no âmbito da inspecção veterinária;

- Colaboração no trabalho que tem sido desenvolvido nesta ilha relativamente ao controlo de carraças.

#### **10.50.25.16 – Acções de Desenvolvimento e Divulgação da Actividade Veterinária**

Em 2006, as despesas realizadas no âmbito deste projecto incluíram os encargos inerentes à participação da DRV na Feira Agropecuária do Porto Moniz.

#### **10.50.37.03 – Unidade Laboratorial para Rastreio da BSE**

Durante 2006 efectuaram-se apenas despesas de funcionamento, prevendo-se situação idêntica em 2007. As Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EET) têm integrado o elenco das doenças sujeitas a vigilância permanente, não só pelo facto de ser uma zoonose mas pelas suas graves repercussões em saúde pública. Procedeu-se à monitorização de todos os cadáveres de bovinos com mais de 24 meses e de ovinos com mais de 18 meses de idade, todos eles com resultados negativos. Como complemento desta vigilância foram executadas análises de pesquisa em farinha de carne e ossos, em alimentos compostos para animais.

#### **10.50.37.04 – Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Caniçal**

Em 2006 foi construído o Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Caniçal. A Região Autónoma da Madeira recebeu 187 contentores provenientes de Países Terceiros, dos quais 123 foram inspeccionados directamente no PIF do Funchal e os restantes 64 foram inspeccionados noutros PIF da União Europeia, num total de 3.372 toneladas de produtos de origem animal para consumo humano. O número de controlos efectuados foi de 204.

Em 2007, pretende-se executar a empreitada de “Arranjos Exteriores ao Edifício do Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Caniçal”, através de um concurso limitado, aguardando-se a necessária autorização de funcionamento dos serviços competentes da Comissão Europeia.

#### **10.50.37.05 – Programa Laboratorial, Saúde e Segurança Veterinárias**

Realizaram-se despesas inerentes ao funcionamento do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar, garantindo deste modo o apoio às actividades veterinária, inspectiva e fiscalizadora, mediante a realização de exames e análises de diagnose de zoonoses, assim como o controlo da qualidade dos alimentos, no total de 6.667 análises, distribuídas da seguinte forma:

- Apoio aos Sistemas de Auto-controlo das Empresas Alimentares e Restauração, Postos de Inspeção Fronteiriços e controlos da DRV: 1.269 análises;
- Apoio aos Planos de Controlo e Erradicação da Leucose bovina, Brucelose, Peripneumonia e Paratuberculose e aos Programas de Vigilância das EETs, Salmoneloses, Gripe Aviária e Raiva: 3.005 análises;
- Apoio às clínicas privadas de pequenos e grandes animais e a explorações de aquacultura: 2.393 análises.

#### **10.50.37.06 – Epidemiovigilância de Zoonoses na RAM**

A par das actividades desenvolvidas em anos anteriores, em 2006, continuou-se a envidar esforços direccionados para o rastreio serológico de várias doenças em ruminantes, nomeadamente Brucelose, Leucose e Peripneumonia. O rastreio em suínos foi preterido, tendo sido altamente penalizado pela falta de meios humanos e materiais.

Comparativamente a anos transactos, verificou-se que o número de animais rastreados diminuiu, sendo importante salientar que esta descida não representa uma diminuição de efectivos, mas sim uma redução dos rastreios efectuados, em consequência da grande carência de meios que vêm sendo altamente limitativos ao desempenho dos Serviços.

Relativamente à tuberculose, a restrição de meios inibiu completamente a execução do rastreio desta patologia na R.A.M. uma vez que este trabalho implica deslocações planificadas às explorações alvo.

Ainda no âmbito da vigilância, e pela primeira vez, decorrente da aplicação de legislação comunitária específica, desenvolveu-se um plano de vigilância de Salmonela, direccionado aos bandos de frangos de carne em produção intensiva, sendo de destacar o facto da totalidade das análises efectuadas terem sido negativas.

A vigilância da Gripe Aviária assumiu um papel extremamente importante no controle e prevenção desta doença. Durante 2006, aplicou-se o Plano de Vigilância da Gripe Aviária, em consonância com as directrizes nacionais, tendo como população alvo as aves presentes em lojas comerciais, parques zoológicos, aves abatidas em matadouro e ainda cadáveres de aves encontrados no terreno.

No âmbito da profilaxia médica disponibilizou-se, junto dos produtores, um serviço de aplicação de imunogénios dirigido a doenças de alta contagiosidade, de forma a proteger os efectivos animais e a diminuir os impactos financeiros negativos decorrentes das perdas de produção, em caso de manifestação da doença.

Esta acção direccionou-se sobretudo para a cunicultura doméstica tendo-se, no entanto, em colaboração com a Direcção Regional de Florestas, desenvolvido uma acção em coelhos silvestres

Ainda inserido neste programa está o trabalho desenvolvido no âmbito do controlo de carraças na Ilha do Porto Santo. A fim de se proceder ao rastreio do estado da densidade populacional da carraça *Hyalomma lusitanicum* na sua fase adulta de procura de hospedeiro, efectuaram-se deslocações bimestrais de 6 dias à Ilha do Porto Santo, nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro.

Para o rastreio da actividade das carraças no solo foram definidas 12 estações amostrais, cobrindo, quanto possível, toda a ilha.

As estações de rastreio “Pico das Flores”, “Clube de Caça” e “Serra de Fora - Telhado de Salão”, foram introduzidas como estações amostrais no final do ano de 2005 por sugestão de terceiros, devido ao grande número de carraças que apareceram nesses locais durante o Verão desse ano.

As estações “Pico Ana Ferreira” e “Porto Santo Golf” foram adicionadas ao quadro de rastreio pelas implicações no desenvolvimento turístico, atendendo à proximidade do campo de golfe.

As estações “Vereda Pico Castelo - Moledo” e “Vereda de ligação ao Pico Castelo” foram aduzidas à tabela de rastreio de molde a cobrir as veredas, nomeadamente uma vereda turística tão importante quanto o é a primeira.

As estações notadas como “Morenos”, “Camacha”, “Serra de Dentro - Salão”, “Serra de Fora - Correntes” e “Serra de Fora - Pasto João de Melim” faziam já parte integrante do anterior e descontinuado, plano de rastreio.

Para a avaliação quantitativa das carraças presentes num qualquer dos meios amostrados, procedeu-se, durante 15 minutos, devidamente cronometrados, à recolha activa e passiva de todos os exemplares encontrados no local. A recolha passiva consistiu na colheita de todas as carraças presentes sobre o corpo do amostrador durante o processo amostral e ao final da amostragem. A recolha activa consistiu no uso de um pano de flanela de cor branca com 1 m de comprimento, denominado “bandeira” e na observação directa do solo quando desprovido de vegetação.

Durante o ano de 2006 realizaram-se 2 acções de informação sobre os ixodídeos da ilha do Porto Santo. A primeira decorreu no Centro de Saúde e teve como alvo os médicos e enfermeiros

residentes enquanto que a segunda teve lugar no Centro de Congressos e visou a população directamente interessada no problema, a saber, criadores de gado e agentes turísticos.

Para 2007, considera-se unicamente necessário continuar com o controlo sistemático das carraças no gado bovino, ovino e caprino e com a monitorização das populações de *H. lusitanicum* tanto nos ruminantes como nas estações de rastreio.

### **10.50.37.07 – Apoio e Desenvolvimento da Acções de Inspeção Veterinária e Segurança Alimentar**

Em 2006, foram asseguradas e executadas as acções veterinárias de inspecção e fiscalização, no âmbito das atribuições e competências da DRV e promoveram-se acções de natureza preventiva e repressiva, no âmbito da qualidade e segurança alimentar.

## **2.2 Departamento de Informática**

Durante 2006, o Departamento de Informática (DINF) desenvolveu as seguintes actividades:  
**Bases de dados locais**

A Direcção Regional de Veterinária possui na sua infra-estrutura tecnológica de armazenamento e gestão de dados, duas bases de dados de alojamento específico de informação, nomeadamente o SERVIA (Serviço de Identificação Animal e Inseminação Artificial) e o SIRA (Serviço de Identificação e Registo Animal), cujo acesso e utilização é feito ao nível da rede local.

Em 2006, não se realizaram actualizações ou melhoramentos nestas aplicações mas, num futuro próximo, pretende-se efectuar a migração dos dados destas aplicações para o sistema de gestão de bases de dados SQL Server ou, então, integrá-las no novo sistema informático de informação Balcão Verde.

Manteve-se em funcionamento a base de dados de gestão de requisições denominada por Controlo de Requisições (CR) utilizando a tecnologia ASP e disponível na intranet através de um servidor local, executando Web Services.

Em estreita colaboração com a Direcção de Serviços de Sistemas de Informação, Organização e Documentação (DSSIOD), foi implementada uma base de dados de gestão de contabilidade (CAFEBES), armazenada naquela direcção de serviços, acedendo-se pela rede do Governo Regional, através de Terminal Services, tal como a aplicação de gestão de pessoal (PES).

Também se implementou o Programa Informático de Saúde e Bem-Estar Animal (PISAWINS), tendo sido instalado em três postos de trabalho distintos: na sede da Direcção Regional de Veterinária, no Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar e no Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo.

## **Gestão e Manutenção dos Equipamentos e Sistemas**

Durante o ano de 2006, efectuaram-se diversas acções ao nível da gestão e manutenção dos equipamentos informáticos afectos à DRV, nomeadamente:

- Diagnósticos e solução de avarias de hardware;
- Instalação e configuração de sistemas operativos Microsoft Windows®;
- Instalação e configuração de sistemas de produção Microsoft Office®;
- Instalação e configuração de sistema de cliente de correio electrónico Microsoft Outlook®;
- Diagnóstico e aplicação de software correcção de erros e falhas de segurança nos sistemas Microsoft Windows®;



- Diagnóstico e aplicação de software correcção de erros e falhas de segurança nos sistemas Microsoft Office®;
- Instalação e configuração de sistemas antivírus InoculaIT®.

De modo a implementar-se o Programa Informático de Saúde e Bem-Estar Animal (PISAWINS) foram adquiridos três computadores.

### **Gestão e Manutenção da Rede de Dados**

Em relação à gestão e manutenção da rede de dados e respectivos equipamentos, podemos realçar a seguintes actividades:

- Integração dos postos de trabalho no Grupo de Trabalho local para acesso aos recursos de rede e Internet;
- Implementação de políticas de acesso local aos postos de trabalho (utilizador+password) para aplicação de políticas de segurança de acesso aos recursos de rede, em função da actividade desenvolvida pelo utilizador;
- Actualização do número de pontos de rede de acesso à rede local;
- Elaboração de mapa de rede local, contendo informação sobre endereços IP (Internet Protocolo) ocupados e livres, em função do nome do computador na rede e respectivo utilizador, como também os endereços de IP dos equipamentos de routing.

### **Apoio ao Utilizador**

Relativamente ao apoio dado aos utilizadores, foram esclarecidas dúvidas em matéria de software de produção, nomeadamente às ferramentas do Microsoft Office®, nas suas diversas versões, e outras dúvidas sobre a utilização dos computadores.

A organização da informação em pastas e ficheiros, em função dos temas e respectivos conteúdos, foi também uma prioridade.

Deu-se continuidade à divulgação de informação útil através de uma “newsletter” interna. Dado o numeroso e disperso parque informático, assim como o número de utilizadores, foi introduzida uma inovação pelo técnico estagiário de informática, ao compilar informação e enviá-la, via e-mail, num formato de “Newsletter” interna, para os utilizadores da Direcção Regional de Veterinária, sobre os mais diversos aspectos práticos. São de realçar os seguintes aspectos:

- Que acções tomar ao receber correio electrónico de remetente e conteúdo suspeito, evitando assim vírus informáticos e as suas consequências;
- Cuidados a ter em conta no caso de condições meteorológicas adversas (trovoadas, etc.) e consequências nefastas para os equipamentos informáticos;
- “Dicas” e “Truques” na utilização do sistema operativo e ferramentas de produção.

## 2.3 Gestão de Recursos Humanos

### Relação dos Funcionários

Grupo de Pessoal	N.º Funcionários em 31-12-2005	2006		
		Admissões	Saídas	Total*
Dirigente	9			9
Técnico Superior	24	2		26
Técnico	2			2
Técnico de Informática	1			1
Técnico Profissional	25		2	23
Chefia	8			8
Administrativo	20			20
Auxiliar	22			22
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>111</b>

### Estrutura Etária em 31 de Dezembro de 2006

Homens			Mulheres			Total*
Idade	Quantidade	%	Idade	Quantidade	%	
18-24	0	0%	18-24	0	0%	0
25-29	2	2%	25-29	6	5%	8
30-34	4	4%	30-34	10	9%	14
35-39	3	3%	35-39	16	14%	19
40-44	8	7%	40-44	15	14%	23
45-49	2	2%	45-49	11	10%	13
50-54	10	9%	50-54	3	3%	13
55-59	7	6%	55-59	7	6%	14
60-64	2	2%	60-64	4	4%	6
65-69	1	1%	65-69	0	0%	1
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>35%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>65%</b>	<b>111</b>

### Estrutura por Antiguidade em 31 de Dezembro de 2006

Homens			Mulheres			Total*
Antiguidade	Quantidade	%	Antiguidade	Quantidade	%	
Até 5 anos	3	3%	Até 5 anos	10	9%	13
5-9	4	4%	5-9	13	12%	17
10-14	3	3%	10-14	14	13%	17
15-19	6	5%	15-19	15	14%	21
20-24	4	4%	20-24	6	5%	10
25-29	10	9%	25-29	10	9%	20
30-35	6	5%	30-35	2	2%	8
Mais de 36	3	3%	Mais de 36	2	2%	5
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>35%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>65%</b>	<b>111</b>

### Estrutura Habilitacional em 31 de Dezembro de 2006

Homens			Mulheres			Total*
Escolaridade	Quantidade	%	Escolaridade	Quantidade	%	
-4 Anos	0	0%	-4 Anos	1	1%	1
4 Anos	8	7%	4 Anos	9	8%	17
6 Anos	7	6%	6 Anos	10	9%	17
9 Anos	9	8%	9 Anos	8	7%	17
11 Anos	3	3%	11 Anos	5	5%	8
12 Anos	4	4%	12 Anos	11	10%	15
Bacharelato	1	1%	Bacharelato	1	1%	2
Licenciatura	6	5%	Licenciatura	26	23%	32
Mestrado	0	0%	Mestrado	1	1%	1
Doutoramento	1	1%	Doutoramento	0	0%	1
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>35%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>65%</b>	<b>111</b>

\* Estão incluídos 4 funcionários que se encontram na situação de licença sem vencimento, sendo 1 pertencente ao grupo técnico profissional, 2 administrativos e 1 auxiliar.

### Estrutura Remuneratória em 31 de Dezembro de 2006

Maior remuneração base	Menor remuneração base	Média
<b>€ 3.501,66</b>	<b>€ 428,15</b>	<b>€ 1.216,98</b>

## Evolução dos Funcionários da Direcção Regional de Veterinária

Grupo Profissional	Admissões (Funcionários e Agentes)		Reclassificações		Saídas								Effectivos em 31 de Dezembro a)			
	2005	2006	2005	2006	Aposentação		Falecimento		Exoneração		Outras		2005	2006		
					2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006				
Dirigente												4		9	9	
Técnico Superior	4	2										4		24	26	
Técnico												2		2	2	
Informática														1	1	
Técnico profissional					3	2	1					8		25	23	
Administrativo												6		28	28	
Operário qualificado												2		0	0	
Auxiliar	<b>Sub-total</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>89</b>	<b>89</b>	
	Cond. de máquinas pesadas											1		0	0	
	Tratador de animais			1								19		1	1	
	Motorista de ligeiros													4	4	
	Tractorista											1		0	0	
	Telefonista													3	3	
	Auxiliar Administrativo													7	7	
	Trabalhador rural												13		0	0
	Auxiliar de limpeza														7	7
<b>Subtotal .....</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	
<b>Total .....</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	

**OBS:**

a) Em 2005 e 2006, encontravam-se 4 funcionários de licença sem vencimento, sendo 1 técnico profissional (Carlos Pimenta), 2 administrativos (Fernanda Dias e Alfrío Paulo Silva) e 1 motorista (Fernando Sousa)

### Concursos para Admissão de Pessoal Realizados

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º Concursos	Tipo Concurso	N.º Funcionários Admitidos ou a Admitir em Concursos Externos	Situação em 31/12/2006
Técnico superior	Estagiário da Carreira de Médico Veterinário	1	Externo de Ingresso	2	Concluído
<b>Total</b>				<b>2</b>	

\* Início em 2005

### Concursos Internos para Cargos Dirigentes

Cargo	N.º Concursos	N.º Funcionários nomeados ou a nomear	Situação em 31/12/2006
Director de Serviços	4	4	Concluído
Chefe de Divisão	4	4	Concluído
<b>Total</b>		<b>8</b>	

### Estágios Profissionais

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º Estagiários	Local do Estágio	Início	Fim
Técnico superior	Estagiário	1	DSPV/DSIV	15-11-2005	14-08-2006
Técnico superior	Estagiário	1	DSPV/DSIV	01-12-2005	31-08-2006
Técnico superior	Estagiário	1	DSPV	01-10-2006	30-06-2007
<b>Total</b>		<b>3</b>			

### Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º Trabalhadores	Organismo	Início	Fim
Técnico Superior	Eng <sup>a</sup> Alimentar	1	LRVSA	01-09-2006	05-11-2006
Auxiliar	Auxiliar de limpeza	1	DSPG	21-02-2005	23-03-2006
Auxiliar	Auxiliar de limpeza	1	DSPG	22-05-2006	23-03-2007
<b>Total</b>		<b>3</b>			

### Saída de Funcionários do Quadro de Pessoal da DRVeterinária

Grupo de Pessoal	Categoria	N.º Funcionários	Motivo de Saída
Técnico Profissional	Téc. Prof. Esp. Principal	2	Aposentação
<b>Total</b>		<b>2</b>	

### Promoções na Categoria através de Concurso Interno de Acesso Geral e Reclassificações

Grupo de Pessoal	Técnico Superior	Técnico	Informática	Técnico Profissional	Chefia	Adminis-trativo	Auxiliar	Operário	Total
Promoções	8	2	0	2	1	2	0	0	<b>15</b>
Reclassificações	1	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
Mudança de Nível	0	0	1	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>

### Formação

Nos quadros seguintes estão indicadas as participações dos funcionários da Direcção Regional de Veterinária em cursos, seminários, conferências, congressos, reuniões e encontros específicos, realizados em 2006, distribuídos pelos vários serviços:

### Gabinete do Director Regional

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Ação de Formação no âmbito da Gripe Aviária do Projecto EPÍGRIPAVE	Lisboa	Director Regional	1
Conferência “Desafios Sanitários e Serviços Sanitários Oficiais”	Lisboa	Director Regional	1
XLV Reunião Luso-Espanhola de Higiene, Sanidade e Produção Animal	Faro	Director Regional	1
Reunião no âmbito da Evolução Epidemiológica da EEB e Scrapie	Lisboa	Director Regional	1
CAGEP	Funchal	Director Regional	1
Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Director Regional	1
Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Técnico Superior de 1ª Classe	1
Sistema de Garantias e o Novo Contencioso Administrativo: Da Teoria à Prática	Funchal	Técnico Superior de 1ª Classe	1
<b>Total</b>			<b>8</b>

### Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Reunião no âmbito da CPSINS – Comissão Permanente do Sistema de Inspeção Sanitária	Lisboa	Director de Serviços	1
O Processo de Reorganização dos Serviços Públicos Estratégias e Técnicas	Funchal	Director de Serviços	1
Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Director de Serviços	1
XXIV Encontro dos Médicos Veterinários da Macaronésia, V Congresso da Ordem dos Médicos Veterinários e o X Congresso Internacional de Medicina Veterinária em Língua Portuguesa	Açores	Chefe de Divisão	1
Word XP – Iniciação	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Direito Administrativo	Funchal	Chefe de Divisão	1
<b>Total</b>			<b>6</b>

## Direcção de Serviços de Protecção Veterinária

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Avaliação de Parques Zoológicos (CEAPZ)	Lisboa	Director de Serviços	1
26ª Reunião da Comissão Permanente do Sistema Integrado de Protecção Animal (CPSIPA)	Lisboa	Director de Serviços	1
Participação em duas Reuniões no âmbito da Gripe Aviária – Planos de Vigilância e de Contingência	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião do Programa Oficial de Controlo de Alimentos para Animais a Nível de Explorações Pecuárias, Operadores/Receptores e Unidades de Transformação de Sub-produtos (PNCEOS)	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião no âmbito da CPSIPA	Lisboa	Director de Serviços	1
5ª Reunião ordinária da Comissão Ética de Acompanhamento dos Parques Zoológicos (CEPAZ)	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião sobre Missão Comunitária no âmbito da Condicionalidade	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião da Comissão de Acompanhamento com várias Entidades no âmbito do programa Oficial de Controlo da Alimentação Animal	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião da Comissão Especializada de Acompanhamento dos Parques Zoológicos (CEAPZ)	Lisboa	Director de Serviços	1
Reunião da Comissão Permanente do Sistema Integrado de Inspecção Sanitária (CPSINS) realizada em Fevereiro	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião no âmbito do PNCR- resultados parciais de 2006 e PNRC 2006	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião da Comissão Permanente do Sistema Integrado de Inspecção Sanitária (CPSINS), realizada em Maio	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Reunião para harmonização de procedimentos relativos à implementação da legislação alimentar comunitária e de subprodutos, em matéria de registo e aprovação de estabelecimentos de géneros alimentícios de origem animal	Lisboa	Chefe de Divisão	1
XXIV Encontro dos Médicos Veterinários da Macaronésia, V Congresso da Ordem dos Médicos Veterinários e o X Congresso Internacional de Medicina Veterinária em Língua Portuguesa	Açores	Chefe de Divisão	1
Reunião de Trabalho, tendo em vista a aferição dos critérios operacionais para a execução de controlo oficial dos géneros alimentícios	Lisboa	Chefe de Divisão	1
Direito das Contra-Ordenações	Funchal	Técnico Superior de 1.ª Classe	1
O Atendimento ao Público: A Qualidade e Imagem da Organização	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
<b>Total</b>			<b>17</b>

### Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Análise Prática dos Regimes da Despesa Pública e da Contratação Pública – (Aquisição de Bens e Serviços)	Funchal	Director de Serviços	1
Sensibilização à Qualidade	Funchal	Director de Serviços	1
Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos	Funchal	Director de Serviços	1
FORGEP	Funchal	Director de Serviços	1
A Travessia – Descubra o talento que há em si e nos outros	Funchal	Técnico Superior de 1.ª Classe	1
A Gestão de Competências Comportamentais em Contexto de Mudanças e Modernização	Funchal	Técnico Superior de 1.ª Classe	1
Excel XP – Avançado	Funchal	Técnico de Informática – Adjunto Nível 1	1
Programação em ASP.NET	Funchal	Técnico de Informática – Adjunto Nível 1	1
O Estatuto Disciplinar na Administração Pública e a sua Tramitação	Funchal	Chefe de Secção	1
O Estatuto Disciplinar na Administração Pública e a sua Tramitação	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Contabilidade Pública	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Aquisição de Bens e Serviços na Administração Pública	Funchal	Assistente Administrativo Especialista	1
Métodos de Higienização e Limpeza de Acervos Documentais	Funchal	Assistente Administrativo Principal	1
<b>Total</b>			<b>13</b>

### Direcção de Serviços do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar

<b>Cursos, Seminários, Congressos, Reuniões</b>	<b>Local</b>	<b>Categoria do Funcionário</b>	<b>N.º Funcionários</b>
Estágio no Departamento de Parasitologia do Laboratório Regional de Investigação Veterinária com vista à aquisição dos conhecimentos necessários para a implementação do método de digestão para pesquisa de <i>Triquinella spiralis</i> em carnes frescas de suínos	Lisboa	Director de Serviços	1
Estágio no Departamento de Parasitologia do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária no âmbito do Regulamento (CE) n.º 2075/2005 nomeadamente nos controlos oficiais de detecção de Triquininas nas carnes	Lisboa	Director de Serviços	1
FORGEP	Funchal	Director de Serviços	1
5ª Reunião do Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Microbiologia dos Alimentos	Lisboa	Chefe de Divisão	1
XXIV Encontro dos Médicos Veterinários da Macaronésia, V Congresso da Ordem dos Médicos Veterinários e o X Congresso Internacional de Medicina Veterinária em Língua Portuguesa	Açores	Director de Serviços	1
Balanced Scorecard – Traduzir a Estratégia em Acção	Funchal	Director de Serviços	1
<b>Total</b>			<b>6</b>



## 2.4 Gestão dos Recursos Financeiros

### Orçamento de funcionamento

2006	Total	Despesas Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Outras Despesas Correntes	Despesas Capital
Orçamento inicial	2.422.000,00	2.200.000,00	218.000,00	0,00	4.000,00
Orçamento corrigido	2.357.638,79	2.176.568,00	180.190,00	0,00	880,79
Despesa cabimentada	2.318.371,95	2.167.303,63	150.187,56	0,00	880,79
Despesa paga	2.253.090,38	2.166.965,60	85.972,75	0,00	152,03
Taxa Exec. (cab/corr.)	98,33%	99,57%	83,35%	0,00%	100,00%
Taxa Exec. (paga/corr.)	95,57%	99,56%	47,71%	0,00%	17,26%

### Investimentos incluídos no PIDDAR

Class. Orçam.	Descrição	Orçam.	Orçam.	Despesa	Despesa	Taxa Exec. (cab/corr)	Taxa Exec. (paga/corr)
		Inicial	Corrigido	Cabim.	Paga		
10.50.08.11	Tip., Cont.Qual. Prom. Prod. Reg. Orig. Animal	11.750,00	4.539,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10.50.08.31	Genotipagem das Cabras do Bugio	34.500,00	0,00	0,00	0,00	---	---
10.50.12.09	Centros de Atendimento Veterinário	122.000,00	113.521,00	53.741,64	44.134,43	47,34%	38,88%
10.50.25.16	Ações de Divulgação da Actividade Veterinária	30.050,00	16.723,00	3.300,59	1.663,95	19,74%	9,95%
10.50.37.03	Unidade Laboratorial para Rastreio da BSE	33.000,00	34.238,00	28.314,37	19.771,19	82,70%	57,75%
10.50.37.04	Posto de Inspeção Fronteiriço Porto Caniçal	249.500,00	248.065,00	234.289,50	0,00	94,45%	0,00%
10.50.37.05	Programa Laboratorial - Saúde e Segurança Veter.	92.950,00	116.538,00	95.199,51	61.401,31	81,69%	52,69%
10.50.37.06	Epidemiologia de Zoonoses na RAM	80.250,00	58.308,00	30.310,57	21.258,05	51,98%	36,46%
10.50.37.07	Apoio Desen.Ações Insp.Vet.e Seg. Alimentar	91.000,00	45.413,00	8.731,20	5.200,97	19,23%	11,45%
<b>Total Projectos</b>		<b>745.000,00</b>	<b>637.345,00</b>	<b>453.887,38</b>	<b>153.429,90</b>	<b>71,22%</b>	<b>24,07%</b>

### Receitas da DR Veterinária

Em 2006, as receitas arrecadadas pela Direcção Regional de Veterinária atingiram o montante de 32.555,14 € (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e catorze cêntimos) distribuídos da seguinte forma:

Receitas	Valor (€)
Emolumentos (Médicos Veterinários)	1.015,00
Coimas e penalidades por contra-ordenação	536,40
Publicações e Impressos	1.015,00
Laboratório Regional de Veterinária (análises)	19.762,63
Guias sanitárias de trânsito	48,00
Substituição de Brincos Sanitários	1.292,00
Inspeção Sanitária (Matadouro)	5.582,99
Certificados Sanitários	136,00
Vacinação de Coelhos	1.510,79
Reposições Abatidas nos Pagamentos	80,33
Testes Rápidos (BSE)	1.576,00
<b>Total</b>	<b>32.555,14</b>

### **3. Direcção de Serviços de Protecção Veterinária**

#### **Introdução**

Na sequência das mudanças estruturais preconizadas o ano transacto, a Direcção de Serviços de Protecção Veterinária continua a desenvolver as suas linhas de acção assentes em dois grandes pilares, perfeitamente definidos:

- Execução de tarefas tendentes à protecção da saúde pública;
- Apoio, senso lato, aos agricultores regionais.

Inseridas nestes dois parâmetros ou mesmo de uma forma paralela, toda a execução da DSPV teve sempre presente como finalidade máxima a satisfação de todos os pedidos efectuados por terceiros, assim como a passagem de uma imagem actuante e atenta ao desenrolar das situações envolventes.

A par deste enquadramento houve toda uma rede de comunicações com o exterior, nomeadamente com a Autoridade Veterinária Nacional, em articulação estrita no cumprimento de directrizes nacionais e mesmo no cumprimento de programas comunitários. Manteve-se a participação nas Comissões dos vários Planos Nacionais de modo a criar objectivos e critérios uniformizados ao nível dos vários serviços regionais, no intuito de gerar avaliações de resultados consonantes, a maior parte deles para posterior comunicação à Comunidade.

A segurança alimentar foi uma das grandes preocupações, como de resto é nossa obrigação, tendo-se fortalecido esta missão através da inspecção sanitária, do controlo a mercadorias quer do mercado interno quer de países terceiros, da execução do Plano Nacional de Controlo de Resíduos, do Plano Nacional de Controlo de Alimentos para Animais e ainda através da consulta atenta dos Sistemas da Rede de Alerta. Ainda no âmbito da segurança alimentar, mas já na interface da produção regional de produtos de origem animal a nossa postura foi sempre de entreaajuda, por forma a promover os quesitos higiénicos de laboração e o incremento cada vez mais exigente dos padrões de qualidade dos produtos acabados.

Concretizou-se a instalação do Posto de Inspeção Fronteiriço do Funchal no Porto do Caniçal, o que a breve trecho permitirá exercer, na sua plenitude, os controlos a toda a mercadoria proveniente de Países Terceiros.

Neste contexto aguardamos com expectativa a concretização do projecto do novo Laboratório Regional de modo a satisfazer em tempo, e com qualidade, a procura existente não só no âmbito da segurança e qualidade alimentar mas também no apoio à saúde animal e produção animal.

A Saúde e Bem Estar Animal continuou desenvolvendo parte da sua actividade norteadada pela sensibilização de todos os detentores de animais (de produção e de companhia) para o factor “bem estar”, uma vez que este conceito está, cada vez mais, interiorizado na sociedade, desencadeando manifestações de opinião, que obrigaram à intervenção dos serviços. Os controlos efectuados na sequência de denúncias, sobretudo relacionadas com animais de companhia, foram muitos, verificando-se que a população está sensibilizada e atenta para este “novo” conceito. Não podemos deixar de fazer referência, e por mais um ano consecutivo, à inexistência de estruturas municipais (canis), que dificultam, senão mesmo inviabilizam o cumprimento de certos procedimentos legais.

A actividade desenvolvida no âmbito da Saúde Animal fica então registada pela execução dos vários planos de controlo e vigilância de zoonoses, sendo de relevar o papel desempenhado na vigilância da Gripe Aviária. Deu-se continuidade à monitorização das encefalopatias espongiiformes, não obstante as dificuldades sentidas relativamente à gestão dos recursos humanos e materiais disponíveis.

A ausência de quadros auxiliares retira eficiência à prossecução desejável das funções globais desta Direcção de Serviços, limitando assim a execução atempada no terreno.

O Registo e a Identificação Animal, instrumento sanitário indispensável à epidemiovigilância de qualquer região, continua a ser assegurado por estes serviços em simbiose com o produtor pecuário, sempre na perspectiva de facilitar todo o conjunto de procedimentos obrigatórios e a estes imputados, por uma legislação cada vez mais exigente e globalizante.

Os Centros de Atendimento têm desempenhado um papel marcante ao nível do acompanhamento clínico das populações animais, sendo de inteira justiça realçar o desempenho do Centro de Atendimento do Porto Santo, que no decorrer dos anos tem proporcionado à lavoura daquela região um apoio digno de registo. Marcou, e continua fazendo a diferença, a função que este centro desempenha junto da população de animais de companhia, tanto mais se tivermos em consideração o sentido de disponibilidade e responsabilidade impresso aos serviços prestados.

No final desta introdução, apraz-nos no entanto afirmar, que apesar de todas as vicissitudes, o objectivo primordial desta Direcção de Serviços nunca foi colocado em causa, tendo para isso contribuído o esforço de todos os funcionários, a quem desde já anuncio o meu reconhecimento. Lanço no entanto um novo desafio para o ano vindouro, apelando para a participação de todos na construção de um futuro empreendedor no desenvolvimento da missão, sem dúvida, nobre, da Direcção de Serviços de Protecção Veterinária.

### **3.1 Divisão de Saúde e Bem Estar Animal**

À semelhança das dificuldades vividas a nível da União Europeia, a nossa Região sente cada vez mais os efeitos de um mercado que se apresenta mais exigente e competitivo, principalmente a nível da produção pecuária.

O produtor madeirense confrontado com a adversidade da orografia da ilha e condicionado à estrutura e dimensão da sua exploração, continua a desenvolver a sua actividade como um complemento à sua subsistência, tendo a preocupação de apresentar um produto final assente na qualidade.

Assim, e numa tentativa de ir ao encontro das necessidades prementes dos produtores pecuários, a DSBA levou a cabo uma panóplia de intervenções, tendo sempre como objectivo primordial auxiliar e orientar toda a cadeia humana interveniente desde o produtor ao consumidor final.

Paralelamente ao efectivo animal de cariz produtivo, e tendo a componente Saúde Pública na mira a todo o tempo, surge o desenvolvimento de um conjunto de acções incidentes sobre os animais de companhia, que ganha maior ênfase a cada dia que passa, face à mudança de mentalidade e à adopção de uma atitude e de uma prática fundamentais tendentes a uma conduta responsável por parte dos detentores de animais de companhia.

#### **3.1.1 Vigilância Epidemiológica**

##### **Rastreio Serológico em Espécies Pecuárias**

As zoonoses, doenças transmissíveis pelos animais ao homem, revestem-se de Grande importância para a saúde pública. Os custos para os sistemas de saúde atingem valores avultados, a que há que acrescentar o sofrimento pessoal e as quebras na produção, o que só por isso justifica procurar formas de identificar e prevenir a propagação das diferentes patologias zoonóticas.

Assim, o rastreio serológico das diversas doenças efectuado pela DSBA surge como um dos pilares fundamentais da vigilância epidemiológica na nossa Região.

## Brucelose Bovina e dos Pequenos Ruminantes

Uma das zoonoses mais conhecida entre os produtores é a Brucelose que se reveste de grande importância epidemiológica na medida em que constitui um grave problema ao nível da saúde pública, além das perdas económicas que acarreta à produção.

A DSBA tem apostado ao longo dos tempos na sensibilização dos produtores para esta problemática que os rodeia, de modo a proporcionar e facilitar a execução do nosso trabalho, que nem sempre era visto de bom grado.

Salientamos que durante este ano o rastreio foi interrompido por largos períodos de tempo, colocando-nos vários problemas a nível de programação da referida acção. Apesar de todos os obstáculos, durante o ano de 2006 procedeu-se ao rastreio de 147 bovinos em 13 explorações (quadro n.º 1) e de 1.151 pequenos ruminantes em 10 explorações (quadro n.º 2). A descida abrupta do número de explorações e de animais rastreados, relativamente a anos transactos, prende-se com a carência de meios humanos e materiais, que limitaram notoriamente a realização do rastreio.

Apesar de lamentar o irrisório número de explorações rastreadas e o baixo número de amostras colhidas, resta-nos a satisfação da obtenção de resultados negativos na sua totalidade.

**Quadro n.º 1 – Rastreio de Brucelose Bovina**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Machico	1	0	34	34	0
Porto Moniz	1	0	28	28	0
Porto Santo	9	0	23	23	0
Santa Cruz	2	0	62	62	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>147</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

**Quadro n.º 2 – Rastreio de Brucelose dos Pequenos Ruminantes**

Concelho	Número de explorações		Número de animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Funchal	4	0	442	442	0
Porto Santo	2	0	129	129	0
Santana	1	0	158	158	0
Santa Cruz	3	0	422	422	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1151</b>	<b>1151</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

## Leucose Bovina Enzoótica

A Leucose Bovina é uma das patologias abrangidas por um plano de erradicação a nível nacional. Embora a nossa Região não esteja abrangida pelo referido plano, optou-se, à semelhança dos anos transactos, por continuar a realizar o rastreio desta patologia uma vez que o desenvolvimento desta acção é feito simultaneamente com outras e representa uma mais valia no que diz respeito ao conhecimento do estatuto sanitário dos nossos efectivos. Tendo em conta a metodologia de colheita expressa em legislação própria, esta divisão procedeu ao controlo de 147 animais distribuídos por 13 explorações (quadro n.º 3). Atingiu-se, pelo oitavo ano consecutivo, resultados na ordem dos 100% de negatividade, que nos levam a acreditar que esta patologia não tem expressão nos nossos efectivos. Temos consciência que a abrangência do rastreio ao nível dos efectivos da Região ficou aquém das nossas expectativas, deixando-nos de alguma forma desiludidos, mas convictos que esta acção foi desenvolvida da melhor forma tendo em conta as várias condicionantes com que estes Serviços se deparam.

**Quadro n.º 3 – Rastreio De Leucose Bovina Enzoótica**

Concelho	Número de Explorações		Número de Animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Machico	1	0	34	34	0
Porto Santo	9	0	23	23	0
Porto Moniz	1	0	28	28	0
Santana	2	0	62	62	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>147</b>	<b>147</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

## Peripneumonia Contagiosa Bovina

A peripneumonia contagiosa bovina é uma doença micoplásmica contagiosa do gado bovino, que é alvo de vigilância epidemiológica. Subjacente ao conceito sanidade/vigilância, é imperioso ter conhecimento do estatuto sanitário dos nossos efectivos, sob pena de a qualquer momento podermos ser surpreendidos pela negativa. Assim, e tendo em conta que o rastreio desta patologia pode ser posto em acção, paralelamente com a execução de outros rastreios, desenvolvemos esta acção em todo o efectivo bovino intervencionado, tendo-se procedido ao rastreio de 23 animais num total de 13 explorações bovinas. Os resultados obtidos demonstram uma negatividade de 100% (quadro n.º 4).

**Quadro n.º 4 – Rastreio da Peripneumonia Contagiosa dos Bovinos**

Concelho	Número de explorações		Número de animais		
	Rastreadas	Infectadas	Rastreados	Negativos	Positivos
Machico	1	0	4	4	0
Porto Moniz	1	0	3	3	0
Porto Santo	9	0	9	9	0
Santa Cruz	2	0	7	7	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>0</b>
			<b>Percentagem</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

## **Doença de Aujeszky**

Muito embora a Doença de Aujeszky não seja uma zoonose, é uma doença altamente penalizadora da produção, de declaração obrigatória, e condicionadora do comércio intracomunitário do porco. Nesta base, foi criado a nível nacional o Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky (PCEDA), no qual estamos inseridos, e que ao abrigo de legislação específica delinea todo um conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos de forma a atingir os propósitos deste plano. Assim, e de acordo com um conjunto de directrizes emanadas pela Direcção Geral de Veterinária deu-se início ao seu desenvolvimento em finais de 2003. A sua prossecução foi animadora no ano de 2004, mas durante estes últimos dois anos e atendendo aos grandes condicionalismos impostos, quer de origem material, quer de origem humana, não foi possível executar o mínimo desejável, tendo em conta os resultados obtidos anteriormente. Alertamos para o facto da prossecução deste trabalho só ser possível se houver disponibilidade de meios humanos e materiais de suporte ao desenvolvimento do mesmo.

## **Rastreio de Tuberculose**

A Tuberculose é uma zoonose que assume particular importância em saúde pública, até porque cada vez mais são relatados casos de tuberculose humana. Os esforços envidados pelo Sistema Nacional de Saúde no combate a esta patologia são do conhecimento geral. Assim será fácil de compreender a importância deste rastreio nos nossos animais, sobretudo em bovinos, em que é possível fazer o diagnóstico em vida. Sendo uma patologia normalmente de carácter insidioso, com uma evolução quase sempre crónica, seria de todo pertinente intensificar o seu rastreio. Durante 2006 não se realizou qualquer prova na Região por manifesta falta de meios materiais e recursos humanos. Este rastreio exige uma coordenação atempada e perfeitamente sincronizada no tempo, pois os animais têm de ser visitados impreterivelmente com 72 horas de intervalo, o que devido à escassez de meios materiais e humanos, inviabiliza a concretização deste objectivo.

## **Rastreio de Salmoneloses**

A segurança alimentar é tida, hoje em dia, como elemento de afirmação dos mercados e, conseqüente e inevitavelmente, da produção animal. Assim, é indispensável que a vigilância não se circunscreva a um número limitado de zoonoses, mas que todas sejam registadas e identificadas. O rastreio deve abranger todos os elementos da cadeia alimentar, em conformidade com os princípios de Segurança dos Alimentos. Quanto mais cedo, na cadeia alimentar, for possível impedir uma zoonose, mais eficaz e menos oneroso isso será, razão pela qual se reveste de grande importância a vigilância ao nível da produção animal. Neste âmbito, e seguindo as indicações da Direcção Geral de Veterinária por forma a dar cumprimento ao Regulamento n.º 2160/2003, de 17 de Novembro, procedeu-se à execução do Estudo de Prevalência de Salmonelas em Bandos de Frangos para Assar de *Gallus gallus*, nos aviários da nossa Região que se dedicam à produção de carne em modo intensivo. O estudo revelou 100% de amostras negativas (quadro n.º 5) o que poderá ser interpretado como uma mais valia para o mercado regional de frangos.

**Quadro n.º 5 – Rastreio de Salmonelas em Aviários de Produção de Carne**

<b>Concelho</b>	<b>N.º de Aviários</b>	<b>N.º de Amostras</b>	<b>Amostras Negativas</b>	<b>Amostras Positivas</b>
Funchal	1	5	5	0
Santa Cruz	10	50	50	0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>55</b>	<b>55</b>	<b>0</b>
		<b>Percentagem</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>

### **Acções de Profilaxia Médica**

A vacinação é tida como o acto de profilaxia médica, que tem por objectivo primordial proteger o estado de saúde dos animais em geral, conferindo-lhe um grau de imunidade capaz de resistir às doenças, quando na presença de agentes infecciosos.

O uso de vacinas no controlo das doenças reveste-se efectivamente da maior importância quando lidamos com patologias de grupo, ou quando as prevalências de doenças infecto-contagiosas são normalmente elevadas. Contudo, nenhum destes panoramas são identificáveis na nossa Região, tanto mais que os sistemas de produção existentes dificultam por si só a eventual progressão de doenças infecto-contagiosas. É pois neste ambiente, que o nosso produtor desenvolve a sua acção, não sentindo grande necessidade de recorrer a este tipo de intervenção.

É de frisar que, sempre que possível, os técnicos desta divisão tentam incentivar os produtores a procederem à vacinação dos animais deste arquipélago, e de forma muito particular tentam persuadir os produtores que são detentores de explorações com um número de animais considerável. Paulatinamente, sentimos que a mensagem está a surtir efeito, no entanto as nossas restrições materiais e humanas condicionaram muito o desenvolvimento deste nosso objectivo.

No âmbito da cunicultura, prosseguiu-se com as vacinações nas pequenas explorações domésticas de leporídeos, que confrontando-se sistematicamente com patologias de elevada mortalidade solicitam a nossa intervenção. É de referir que o número de coelhos vacinados é superior a 2005, enquanto o número de explorações intervencionadas é notoriamente inferior (quadro n.º 6).

Continuamos a colaborar com a Direcção Regional de Florestas com o intuito de assegurar a vacinação dos coelhos silvestres, e protegê-los, subsequentemente, da doença hemorrágica viral e principalmente da Mixomatose que, mais do que nunca, tem dizimado o efectivo de coelhos das serras da nossa ilha. O número de coelhos vacinados no Paúl da Serra foi ligeiramente superior a 2005, apesar do menor número de intervenções.



## Quadro n.º 6 – Vacinação de Leporídeos

### Coelhos Domésticos

Concelhos	N.º de Explorações	N.º de Animais	
		Doença Hemorrágica Viral	Mixomatose
Calheta	4	51	51
Câmara de Lobos	11	190	190
Funchal	19	297	297
Machico	15	329	329
Ponta do Sol	8	125	125
Porto Moniz	3	48	48
Ribeira Brava	15	210	210
Santa Cruz	17	279	279
Santana	2	33	33
São Vicente	3	48	48
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>1.610</b>	<b>1.610</b>

### Coelhos Silvestres

Concelhos	Zonas	Doença Hemorrágica Viral	Mixomatose
Ponta do Sol	4	233	233

### Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis

As medidas de prevenção e erradicação das encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) ganham cada vez maior expressão no que se refere à salvaguarda da saúde pública e à saúde dos animais mantidos, engordados ou criados para a produção de géneros alimentícios.

Um conjunto de diplomas nacionais e comunitários determinam os procedimentos a desenvolver de forma a que a vigilância seja eficiente, e que a amostra utilizada dê garantias da rastreabilidade desejada. Estas especificações mantêm-se em vigor e constituem os pilares fundamentais no controlo destas patologias que apresentam graves repercussões para a saúde pública.

Assim, e considerando os animais alvo de monitorização, procedeu-se à recolha e análise de 92 troncos cerebrais de bovinos com mais de 24 meses, mortos na exploração, e de 34 troncos cerebrais de ovinos (quadro n.º 7). O resultado de todas estas amostras mostrou, mais uma vez, negatividade na ordem dos 100%.

Como medida complementar de epidemiovigilância das EET, estipulada no Decreto Legislativo Regional n.º 3/99/M, de 13 de Fevereiro, os auto-produtores, armazenistas e autoconsumidores procedem à comunicação sistemática aos nossos Serviços, da entrada na RAM de alimentos para animais de exploração ou para aquicultura (quadros n.º 8 e 8A).

A vigilância das encefalopatias incide igualmente sobre o controlo dos alimentos para animais, nomeadamente ao nível da pesquisa de farinha de carne e ossos (quadro n.º 9) efectuada aos alimentos compostos para ruminantes.

Como medida adicional de vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis, a Divisão deu início à execução do Plano Nacional de Controlo de Alimentos Compostos para Animais a Nível das Explorações Pecuárias, Operadores /Receptores e Unidades de Sub-Produtos (PNCEOS) atendendo à Recomendação da Comissão Relativa ao Programa Coordenado de Controlo no domínio da alimentação animal. O PNCEOS visa a comprovação da correcta aplicação da legislação vigente no âmbito da utilização, aquisição e, ou, produção de matérias primas, de pré-misturas e de alimentos compostos para animais, com a qualidade e salubridade adequadas, tendo como objectivo primordial a defesa da saúde pública. A recolha das amostras, cujos resultados aguardamos, teve lugar ao nível de explorações de animais de pecuária, nomeadamente a nível de explorações bovinas, suinícolas e avícolas (quadro n.º 9A).

**Quadro n.º 7 – Vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis (monitorizações)**

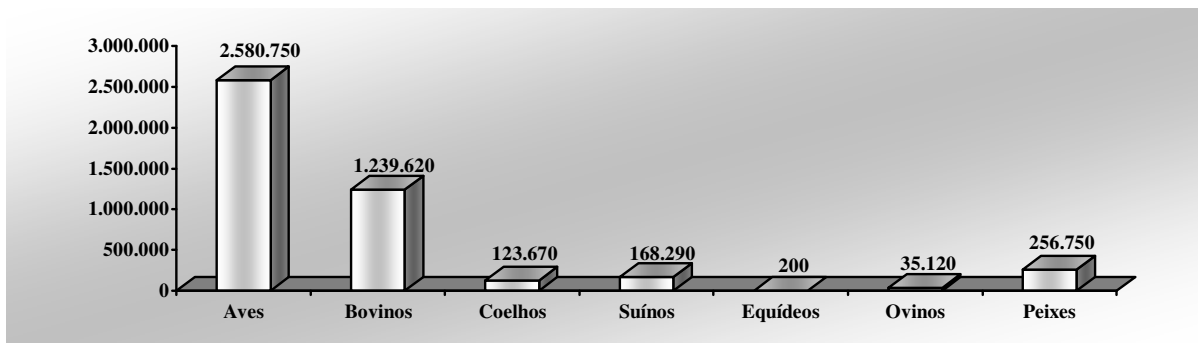
<b>Meses</b>	<b>Número de Bovinos</b>	<b>Número de Ovinos</b>	<b>Resultados</b>
Janeiro	14	7	Negativo
Fevereiro	15	0	Negativo
Março	15	6	Negativo
Abril	6	2	Negativo
Maio	6	2	Negativo
Junho	7	2	Negativo
Julho	5	4	Negativo
Agosto	3	3	Negativo
Setembro	7	3	Negativo
Outubro	3	1	Negativo
Novembro	8	1	Negativo
Dezembro	3	3	Negativo
<b>Total de Bovinos</b>		<b>92</b>	
<b>Total de Ovinos</b>		<b>34</b>	

**Quadro n.º 8 – Entrada de Alimentos Compostos (kg) para Animais de Produção**

Destinatário	Alimento composto para aves	Alimento composto para bovinos	Alimento composto para leporídeos	Alimento composto para ovinos	Alimento composto para suínos	Alimento composto para peixes	Alimento composto para equídeos	Alimento simples	Aditivos
Anónio Nunes Nóbrega	60.000								
Aviário Gonçalves & Pereira	539.820	62.040		1.200	25.800			34.085	
Bovimadeira		720.000						198.000	
Carnes Ramos		260.380						40.910	
Célia Huber	4.900								
Charles Jeremy Zino				440					
Coop. Agrícola do funchal	557.750	44.240	109.325	32.480	1.800			149.026	
Eugenio de Caires	750.625	10.920			2.000			4.385	
Esmoitada	109.200							20.700	
Fernandes & Gomes	66.000								
Gama & Gama		94.600							
Ilha Peixe						256.750			
João E. C. Evangelista	58.100		13.750	600	1.000			7.310	
Leonel P. Cunha									23.040
Nunes & Freitas	397.220								
Pecuária Dias		18.000							
Rações Paulinas	16.635	9.440	595	400	15.050		200		
RAMA									1.293.635
Rui A. F. L. Paulino	20.500								
Santos & Góis					122.640				
SIM									1.700.000
Vieira Gados		20.000						36.200	

**Quadro n.º 8A – Entrada de Alimentos para Animais por Espécie**

Origem	Aves/Kg	Bovinos/Kg	Coelhos/Kg	Suínos/Kg	Equídeos/Kg	Ovinos/Kg	Peixes/Kg
Portugal Continental	2.580.750	1.239.620	123.670	168.290	200	35.120	256.750



**Quadro n.º 9 – Pesquisa de Farinha de Carne e Osso em Alimentos Compostos**

Mês	Número de Amostras	Resultado
Janeiro	1	Negativo
Fevereiro	2	Negativo
Março	1	Negativo
Junho	2	Negativo
Julho	2	Negativo
Agosto	2	Aguarda resultado
Setembro	1	Aguarda resultado
Outubro	1	Aguarda resultado
<b>Total</b>	<b>12</b>	

**Quadro n.º 9 A – Plano Nacional de Controlo de Alimentos para Animais a Nível das Explorações Pecuárias, Operadores/Receptores e Unidades de Transformação de Subprodutos (PNCEOS)**

	Natureza da Amostra	Explorações Pecuárias			
		Suínos Crescimento/Engorda	Bovinos de Acabamento	Frangos de Crescimento	Total
N.º de Amostras	Água	5	5	2	12
	Alimento Composto	5	5	2	12
<b>Total de Amostras</b>		<b>10</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>24</b>

**Nota:** Aguarda-se resultados de todas as amostras

### 3.1.2 Controlos

#### Controlos Sanitários

Desde sempre que a Região Autónoma da Madeira depende do “mercado externo” para satisfazer a procura tanto de animais vivos e de produtos animais, como também de produtos para animais. Deste modo e com base no consignado nos diversos diplomas nacionais e nos que regem o trânsito intracomunitário de animais e de produtos animais, a DSBA efectuou numa base aleatória um conjunto de controlos veterinários, quer de natureza documental e de identidade, quer de carácter físico, com o intuito de corroborar a natureza, os quantitativos e a certificação sanitária dos animais de produção que dão entrada na Região (quadro n.º 10).

À semelhança dos anos transactos, a entrada de gado bovino proveniente da Região Autónoma dos Açores (quadro n.º 11) é a que revela maior expressão. Para nossa maior satisfação, voltamos a assistir à chegada de bovinos de alto valor genético provenientes da UE. A entrada de novos “pools” genéticos representam uma melhoria genética dos nossos efectivos e, subsidiariamente, das performances de produção dos mesmos.

Analogamente à produção pecuária, surge a produção de peixes em aquacultura. O desenvolvimento desta actividade na nossa Região continua a nos apresentar um grande potencial no mercado económico, pelo que começa a cativar a atenção e o interesse de alguns empresários. O

ano de 2006 trouxe-nos o licenciamento de um estabelecimento deste género. Neste contexto registou-se a entrada de 300.000 exemplares de alevins destinados a este tipo de produção.

No âmbito da avicultura, a actividade da Divisão em termos de controlos processou-se de modo idêntico aos anos anteriores, já que a entrada do número de pintos oriundos do continente português e da UE foi muito similar ao dos últimos anos (quadro n.º 12).

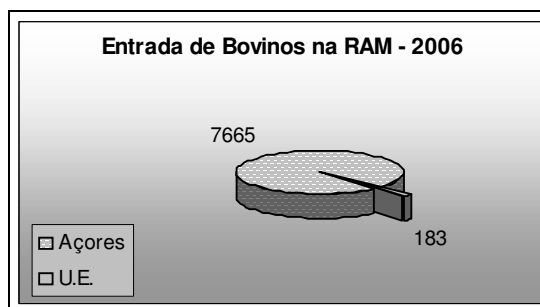
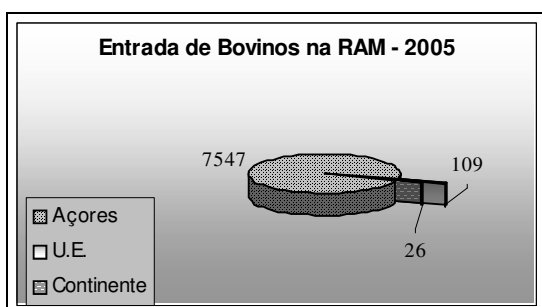
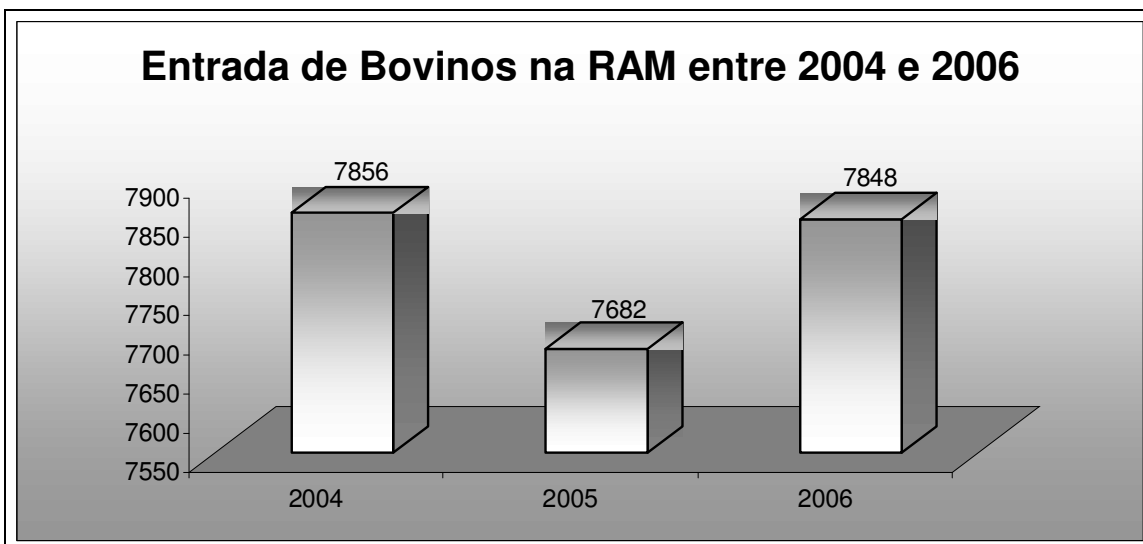
A procura dos animais de companhia no mercado regional encontra-se numa fase de crescimento exponencial. Assim, a entrada de animais de companhia começa a ganhar expressão considerável no universo das entradas de mercadorias na Região. Os animais de companhia que dão entrada na RAM (quadro n.º 13) destinam-se ao comércio em estabelecimentos licenciados para o efeito e, posteriormente, a consumidores que reconhecem que os animais de companhia contribuem para a qualidade de vida do Homem e que são uma mais valia para a sociedade. De acordo com os normativos expressos para o trânsito nacional e intracomunitário destes animais e com o sentido único de uma vigilância considerada imprescindível num comércio sem fronteiras, levou-se a efeito algumas acções de controlo sanitário e documental.

**Quadro n.º 10 – Controlos Documentais/Identidade**

<b>Tipo de Controlos</b>	<b>N.º de Controlos Efectuados</b>	<b>Incidência dos Controlos</b>	<b>Resultado</b>	<b>Observações</b>
<b>Controlos Documentais/ Identidade</b>	28	Bovinos	Satisfatório	Foram Detectadas Incorreções, Rectificadas Posteriormente pela Origem
	1	Suínos	Satisfatório	-
	1	Caprinos	Satisfatório	-

**Quadro n.º 11 – Entrada de Espécies Pecuárias**

<b>Importador</b>	<b>Continente Português</b>	<b>Açores</b>		<b>U.E.</b>	
	<b>Suínos</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Caprinos</b>	<b>França</b>	<b>Rep. Checa</b>
		<b>Bovinos</b>			
Bovimadiera		2.841		70	70
Carnes Ramos		1.859			
Esmoitada		270			
Gama & Gama		1246		43	
João Baptista Ornelas		262			
Vieira Gados, Ldª		1.187	15		
Santagro	70				
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>7.665</b>	<b>15</b>	<b>113</b>	<b>70</b>



**Quadro n.º 12 – Entrada de Aves de Capoeira**

	Portugal	Espanha	Total
<b>Pintos do Dia</b>	448.570	14.880 *	<b>463.450</b>
<b>Perus</b>	1.900	-	<b>1.900</b>

\* Aves de multiplicação

### Quadro n.º 13 – Mapa Anual de Chegada de Animais de Companhia à RAM

Destinatário Espécie	A Bicha-rada	Humber-to Reis	A Selva	Jardim dos Barreiros	Canário da Madeira	Nemo & Companhia	Loro Parque	Pica Pau	Sousa & Gomes	Miau Miau	Vanda Sousa	Ilha-Zoo	Diversos	Total
Pássaros	250	146	391				182			48	56		30	1.103
Peixes	1.540		24.141	1.352	1.281	4.945	6.447	760	5.497	5.945		560		52.468
Cães							23	1						24
Hamsters							86	18						104
Tartarugas	70		160	100	50	125	260			400	10			1.175
Gatos							5							5
Pombos-correios													14	14
Equídeos													3	3
Coelhos Anões							18							18
Faisões													400	400
Perdizes													300	300
Porcos da Índia							14							14
Animais de Circo													21	21
Papagaios													1	1
Cabras Anãs													2	2
Abelhões Utilizados na Polinização de Culturas em Estufas														490

### Controlos de Bem Estar

A sociedade portuguesa desperta progressivamente para a valorização do bem estar dos animais. Constata-se que o conceito de bem estar apresenta-se mais interiorizado pelos cidadãos mais jovens que cada vez mais exigem que se faça cumprir as normas de protecção dos animais, para assegurar, subsequentemente a componente saúde pública. A par do bem estar animal, surge no sector da produção o conceito de qualidade que se reveste, cada vez mais, de carácter primordial para os produtores da região. Apesar de constarmos uma melhoria considerável na forma como os detentores encaram os animais, ainda existem pessoas, menos informadas ou inconscientes, que continuam a não respeitar as condições de salubridade e as normas mínimas para o seu bem estar, dando consequentemente, azo a reclamações contra detentores de animais, quer de produção, quer de companhia, que desencadearam a nossa intervenção (quadro n.º 14).

Conscientes de que nem tudo corre da forma desejada no âmbito do bem estar animal, 2006 foi um ano durante o qual intensificamos ainda mais a nossa acção neste campo (quadro n.º 14 A).

Foi identificado um conjunto de irregularidades que despoletou o levantamento de alguns autos de notícia com o intuito de responsabilizar os intervenientes. Aquando das nossas intervenções tentamos sensibilizar os agentes económicos para a problemática do bem estar animal e a importância da implementação de condições de salubridade, adaptada às diferentes situações em que cada um desenvolve a sua acção. Nem sempre é tarefa fácil, e a aceitação nem sempre é a mais desejada, pois infelizmente grande parte das directrizes emanadas implicam custos, cujos dividendos poderão não ser visíveis a curto prazo. Paralelamente envidou-se esforços no sentido de serem suprimidas as anomalias identificadas.

**Quadro n.º 14 – Controlos Subsequentes a Denúncias**

<b>Tipo de Controlos</b>	<b>N.º de Controlos Efectuados</b>	<b>Incidência dos Controlos</b>	<b>Resultado</b>	<b>Observações</b>
Falta de Condições de Salubridade	7	Alojamento de aves de capoeira	1 Não Satisfatório	Originou o envio de ofício no sentido de corrigir as irregularidades detectadas
	14	Alojamento de cães e gatos	2 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 12 autos de notícia por falta de vacinação anti-rábica e de licença de detenção de canídeos
	2	Alojamento de suínos	1 Não Satisfatório	Encerramento compulsivo de uma exploração
	2	Alojamento de várias espécies no mesmo local	Satisfatório	Motivou o levantamento de 1 auto de notícia por falta de vacinação anti-rábica e de licença de detenção de canídeos
Desrespeito pelas normas de bem-estar Animal	1	Canídeo	Satisfatório	-
Agressões Infringidas por Animais	1	Canídeo	1 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de auto de notícia por falta de vacina anti-rábica e de licença de detenção de canídeos



### Quadro n.º 14 A – Controlos de Bem Estar

Tipo de Controlos	N.º de Controlos Efectuados	Incidência dos Controlos	Resultado	Observações
Controlo de Bem Estar em Animais de Circo	1	Animais de Circo	Satisfatório	-
Controlos de Bem Estar em Estabelecimentos Comerciais	6	Animais de companhia	2 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 2 autos de notícia
Controlos de Bem Estar no Transporte	1	Caprinos	Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 1 auto de notícia
	6	Bovinos	4 Não Satisfatórios	Motivou o levantamento de 5 autos de notícia e foram alertados os Serviços Agrários da Região Autónoma dos Açores por irregularidades ao abrigo do D.L. n.º 294/98
Controlos de Bem Estar em Explorações Pecuárias	1	Pintos do dia	Satisfatório	-
	2	Ovinos	1 Não Satisfatório	Motivou notificação para o detentor proceder a algumas alterações no sentido de melhorar as condições de Bem Estar Animal
	7	Bovinos	3 Não Satisfatório	Motivou notificação para o detentor proceder a algumas alterações no sentido de melhorar as condições de Bem Estar Animal
	2	Equídeos	Satisfatório	-
	1	Caprinos	Satisfatório	-
	3	Galinhas Poedeiras	3 Não Satisfatório	Motivou notificação no sentido de proceder à correcção das irregularidades detectadas
	21	Suínos	12 Não Satisfatório	Motivou envio de ofícios aos produtores para procederem à correcção de anomalias detectadas

#### 3.1.3 Pareceres Técnicos

Uma das competências desta divisão passa pela emissão de pareceres de projectos de estabelecimentos de comércio de produtos para animais e de animais vivos. As dificuldades sentidas pela Divisão nesta área, embora estejam a ser progressivamente minimizadas ao longo do tempo, têm afectado o seu desempenho, na medida em que, regra geral, a maioria dos processos de licenciamento destes estabelecimentos continua a ter início nos municípios do respectivo concelho dos interessados e continua a não ser encaminhada da forma mais correcta. Os esforços envidados no sentido de sensibilizar os municípios para esta problemática estão a começar a dar os seus frutos. Contudo, temos consciência que alguns dos processos continuam a não ser alvo de parecer destes Serviços.

Procedemos igualmente a vistorias a estabelecimentos que prestam cuidados a animais, por forma a emitir o nosso parecer técnico (quadro n.º 15). Constatamos de forma particular que, numa

tentativa de satisfazer a procura deste género de serviços, surge no mercado um número crescente deste tipo de estabelecimentos.

Ainda dentro das nossas competências foram avaliados alguns projectos de unidades de produção pecuária, tendo sempre em consideração os parâmetros higio-técnico-sanitários específicos para a produção em causa.

**Quadro n.º 15 – Pareceres Técnicos – 2006**

Âmbito	Incidência	N.º de Pareceres
Estabelecimentos	Clínica Veterinária	1
	Loja de Animais	3
	Comércio de produtos agrícolas e de alimentos para animais	1
Unidades de Produção	Avicultura	1
	Suicultura	2
Alojamento de Manutenção de Animais de Companhia	Canil	1

### 3.1.4 Visitas Técnicas

A DSBA, dentro do âmbito das suas funções, desencadeou várias acções de âmbito técnico orientadas essencialmente para a identificação de situações incorrectas e, ou, deficientes ao nível dos vários alojamentos de várias espécies animais (quadro n.º 16). A natureza desta intervenção motivou o levantamento de alguns autos de notícia e a emissão de vários ofícios às entidades intervencionadas, no sentido de corrigirem as situações identificadas, dentro de um determinado espaço de tempo, findo o qual voltamos a vistoriar.

**Quadro n.º 16 – Visitas Técnicas**

Visitas Técnicas	N.º de Visitas Efectuadas	Incidência	Resultado	Observações
Lojas de Animais de Companhia	6	Animais de Companhia	1 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 1 auto de notícia. Todas as lojas apresentavam lacunas e foram oficiadas no sentido de proceder às suas correcções
Estabelecimentos de Comércio de Produtos Agrícolas e de Alimentos para Animais	2	Produtos para Espécies Pecuárias e de Companhia	1 Não Satisfatório	Motivou o envio de ofício no sentido de proceder a melhoramentos
Explorações Pecuárias	1	Bovinos	Satisfatório	-
	1	Suínos	-	Foi-nos interdita a entrada na exploração
	2	Aves	2 Não Satisfatório	Motivou o envio de ofícios no sentido de corrigir as deficiências detectadas
Casas Particulares	21	Canídeos e Felídeos	7 Não Satisfatório	Motivou o levantamento de 8 autos de notícias
	2	Pombos	1 Não Satisfatório	Motivou ofício no sentido de reduzir o efectivo
	5	Galinhas	1 Não Satisfatório	

### 3.1.5 Gripe Aviária

O início de 2006 foi algo conturbado para os portugueses face às notícias alarmantes e os diversos cenários catastróficos extrapolados pela comunicação social caso sobreviesse um foco de Gripe Aviária no nosso país. Com o decorrer do ano verificamos que a população aos poucos serenou. O decréscimo da ocorrência de focos de Gripe Aviária e a própria localização mundial dos novos casos desta patologia, trouxeram alguma tranquilidade aos nossos cidadãos e restabeleceu a confiança dos consumidores relativamente ao comércio de frango.

A rápida propagação da influenza aviária de alta patogenicidade, com ocorrência de surtos em vários países ao mesmo tempo, é historicamente inédita e de grande preocupação para a saúde humana e animal. Especialmente alarmante, em termos de riscos para a saúde humana, é a detecção da estirpe viral de alta patogenicidade conhecida por H5N1, como a causa da maioria desses surtos.

Há evidências de que esta estirpe tem uma capacidade singular de mutação entre as espécies e de causar doença grave, com alta mortalidade em humanos. Destaca-se a possibilidade de que a situação presente possa originar outra pandemia de influenza em humanos.

A ameaça de uma pandemia, com as suas repercussões sociais, económicas e de ordem pública, obriga os diversos países a desenvolver, escrupulosamente, planos de vigilância epidemiológica capazes de fornecer alertas precisos e oportunos tendentes a contrariar qualquer tipo de disseminação indesejável e planos de contingência que compreendem as directrizes de actuação em situações de emergência.

Desde 2005 que o Plano de Vigilância de Gripe Aviária foi implementado na RAM, e revela-se cada vez mais abrangente à medida que a comunidade científica avança nos seus estudos e nas suas consequentes descobertas. Assim, foi lançado no terreno o Plano Regional – Plano de Vigilância da Gripe Aviária 2006 – que abrangeu o rastreio de aves das lojas de animais (quadro n.º 17) dos parques zoológicos (quadro n.º 18) assim como de aves abatidas em matadouro (quadro n.º 19). Os cadáveres de aves que foram encaminhados para o Laboratório Regional de Veterinária ascenderam a um total de 108 exemplares, tendo-se efectuado a pesquisa do vírus apenas naqueles cujas lesões eram suspeitas (13 animais).

O Plano de Contingência para a RAM foi concebido de acordo com as directrizes das Decisões emanadas pela Comissão. Para assegurar a execução dos procedimentos que visam o controlo e a erradicação de um eventual foco de Gripe Aviária e garantir a salvaguarda da saúde pública, foi necessário reunir com diversos organismos regionais, definir as funções de cada entidade, a qual se comprometeu disponibilizar e providenciar os meios exigidos para combater um eventual foco de Gripe Aviária, de forma rápida e eficaz. Assim, e atendendo a toda a panóplia de exigências que uma situação de emergência nacional apresenta, compareceram às referidas reuniões de trabalho, que foram convocadas e orientadas pelo nosso Director Regional, representantes da Alfândega do Funchal, Direcção Regional de Florestas, Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública, Guarda Nacional Republicana, Parque Natural da Madeira, Serviço Regional de Protecção Civil, Polícia de Segurança Pública, Sodiprave – Sociedade de Produtos Avícolas S. A. e da Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S. A.

**Quadro n.º 17 – Plano de Vigilância da Gripe Aviária**

Rastreio de Aves nas Lojas de Animais

Concelho	Loja de Animais	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
Funchal	A Selva	Aves de Várias Espécies	Fezes	51
	Pássaros de Stº Antº			13
	Loro Park			25
	Miau Miau (R. da Carreira)			13
	Miau Miau (Oudinot)			29
	Ilha Zoo			22
Câmara de Lobos	Canário da Madeira	Aves de Várias Espécies	Fezes	14
	Loro Park			14
Machico	A Bicharada	Aves de Várias Espécies	Fezes	15
Santa Cruz	Mundo dos Animais	Aves de Várias Espécies	Fezes	35
	Nemo & Comp.			18
<b>Total</b>				<b>249</b>

**Quadro n.º 18 – Plano de Vigilância da Gripe Aviária**

Rastreio de Aves nos Parques Zoológicos

Concelho	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
Calheta (Prazeres)	Aves de Capoeira	Fezes	7
		Zaragatoa Cloacal	13
Funchal (Jardim Botânico da Madeira)	Psitacídeos	Fezes	8
	Aves de Capoeira	Fezes	2
		Zaragatoa Cloacal	10
Porto Santo	Aves de Capoeira	Zaragatoa Cloacal	17
	Passariformes	Zaragatoa Cloacal	2
	Psitacídeos	Zaragatoa Cloacal	1
<b>Total</b>			<b>60</b>

**Quadro n.º 19 – Plano de Vigilância da Gripe Aviária**

Rastreio de Aves em Matadouro

N.º Aviários Alvo de Rastreio	Espécie Alvo	Tipo de Amostra	N.º de Amostras
24	Aves de Capoeira	Sangue	240

### **3.1.6 Registo de Explorações de Bovinos**

A produção de gado bovino representa um segmento fulcral da política de desenvolvimento agro-pecuário do nosso país e da nossa região. Com a entrada em vigor do novo diploma que estabelece o regime jurídico do licenciamento das explorações bovinas, e por forma a dar cumprimento ao seu conteúdo, a DSBA envidou esforços, com a grande maioria das Juntas de Freguesia da Região, no sentido de proceder à declaração de actividade de todas as explorações bovinas já existentes.

Com o novo diploma, foram estabelecidas normas que, por um lado, potenciam o crescimento económico e, por outro, garantem a salvaguarda da saúde pública, o bem estar animal e a protecção do ambiente. Foi, pois, neste âmbito que a DSBA se debruçou sobre a etapa seguinte do licenciamento, já no período final de 2006. Esta fase passa obrigatoriamente pela avaliação individual de cada processo por forma a apurar o tipo de licença em que cada exploração recai e os respectivos requisitos exigidos para a obtenção da referida licença. A licença de uma exploração de bovinos será finalmente atribuída ao produtor após o cumprimento e a conclusão das exigências legais previstas.

Como acontece com todos os licenciamentos “em massa”, a Divisão deparou-se com dificuldades de múltipla ordem, desde o envio de ofícios ao esclarecimento dos próprios produtores sobre o processo de licenciamento, que para eles será sempre visto como algo moroso e muito complicado. Aos poucos estas situações de carácter complexo foram sendo ultrapassadas com a entajada dos diversos elementos destacados a recepcionar e a preencher as declarações de actividade dos produtores.

### **3.1.7 Perspectivas para 2007**

Perspectivar o conjunto de acções a desenvolver pela DSBA para o ano de 2007, torna-se uma tarefa ingrata que se reveste de um carácter de incerteza crescente. Muito embora os objectivos delineados para 2007 se apresentem de forma clara, os meios para atingi-los não vêm ao encontro das necessidades da Divisão.

Perfeitamente cientes das dificuldades que nos esperam, quer de ordem material, quer de natureza humana pretende-se, de forma geral, continuar a envidar esforços no sentido de, no mínimo, igualar os quantitativos alcançados nos diversos sectores de actuação da Divisão aos do ano que ainda há pouco findou.

Relativamente aos controlos de bem estar visa-se dar cumprimento à execução da parte do Plano Nacional de Bem Estar Animal (PNBEA) que nos for incumbida. Paralelamente ao PNBEA ambicionamos intensificar os controlos aleatórios nos diversos campos de acção, e apostar mais na componente didáctica no sentido de divulgar e sensibilizar a população para esta problemática, que mobiliza de forma crescente a opinião pública. Acreditamos que uma vez que as pessoas tomam conhecimento de determinada matéria, aos poucos despertam para a realidade assistindo-se, conseqüentemente, à mudança da sua mentalidade.

Na área da sanidade animal pretende-se retomar as campanhas de tuberculização, que se revestem de importância primordial na medida em que a tuberculose continua a ser uma patologia temida por todos e com grande impacto para a saúde pública.

No sector da prevenção, e no âmbito do actual contexto da Gripe Aviária, temos como objectivo desenvolver o Plano de Vigilância para esta doença na nossa Região.

No campo da produção pecuária, mais precisamente, ao nível da bovinicultura almeja-se proceder, à luz da nova legislação, à classificação de todas as explorações bovinas dos detentores que já procederam à declaração de actividade, à análise dos projectos das explorações e, finalmente, à atribuição das respectivas licenças.

Apesar de todas as limitações que se advinham, e cientes das proporções que estas podem tomar, a DSBA continuará a prossecução de todas as suas actividades com o rigor necessário ao desenvolvimento das mesmas.

### **3.2 Divisão de Higiene Pública Veterinária**

A Divisão de Higiene Pública Veterinária (DHPV), tem a seu cargo promover e assegurar acções que visam a salvaguarda da genuinidade e salubridade das matérias-primas e demais produtos alimentares de origem animal, incluindo os da pesca e da aquicultura.

Assim, tem no âmbito das suas competências as seguintes actividades:

- Registo e licenciamento dos estabelecimentos que laboram produtos de origem animal, e de subprodutos animais;
- Emissão de pareceres técnicos sobre projectos de instalação e funcionamento de estabelecimentos, equipamentos e actividades no âmbito do abate, inspecção, recolha, laboração, manipulação, armazenagem, distribuição e comercialização de matérias primas, produtos de origem animal, e respectivos subprodutos, incluindo os da pesca, aquicultura e apicultura;
- Atribuição do número de controlo veterinário;
- Registo dos operadores económicos para trocas intracomunitárias, com atribuição do número operador/receptor;
- Controlar as condições higio-técnico-sanitárias dos estabelecimentos acima referidos, através de auditorias para verificar se as empresas têm instituído as boas práticas de higiene e fabrico e implementados os processos baseados nos princípios HACCP (Hazard Analysis of Critical Control Point), traduzido por sistema de análise de perigos e controlo dos pontos críticos;
- Controlo analítico dos produtos de origem animal, produzidos nas unidades de transformação da Região, bem como do leite cru;
- Controlar os normativos legais relativos às marcas de salubridade, identificação, rotulagem dos produtos de origem animal, documentos de acompanhamento das remessas e guias de acompanhamento dos subprodutos de origem animal.
- Controlos veterinários aos produtos de origem animal provenientes de trocas intracomunitárias e do espaço nacional;
- Controlos veterinários de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal provenientes de países terceiros, ao nível dos postos de inspecção fronteiriços (PIF);
- No âmbito dos PIF, assegurar o Sistema de Alerta Rápido - RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed), bem como o funcionamento do sistema TRACES (Trade Control Expert System);
- Controlo Oficial dos Géneros Alimentícios;
- Plano Nacional de Controlo de Resíduos (PNCR), nos animais vivos, no leite e no matadouro;
- Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares;
- Emissão de certificados para exportação de produtos de origem animal;
- Promover uma eficiente articulação com as demais Entidades Regionais, no âmbito da Higiene Pública Veterinária;
- Manter actualizada toda a informação estatística da Divisão.

### **3.2.1 Licenciamento e Registo de Estabelecimento**

#### **Licenciamento Industrial**

De acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 69/2003, de 10 de Abril, que estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial, é definido como um estabelecimento industrial, a totalidade de área coberta ou não coberta sob a responsabilidade do industrial, onde seja exercida uma ou mais actividades industriais, independentemente da sua dimensão, do n.º de trabalhadores, do equipamento ou de outros factores de produção.

O licenciamento industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril, tem como objectivos a prevenção de riscos e inconvenientes resultantes da laboração destes estabelecimentos, visando a salvaguarda da saúde pública e dos trabalhadores, segurança das pessoas e bens, higiene e segurança nos locais de trabalho e correcto ordenamento do território e qualidade do ambiente.

A actividade industrial consiste em qualquer actividade incluída na Classificação Portuguesa das Actividades Económicas nos termos do disposto na Portaria n.º 464/2003 de 6 de Junho, estando definido o regime de licenciamento em quatro tipos, classificados de 1 a 4, em sentido decrescente relativamente ao grau de risco potencial para o Homem e ao ambiente inerente ao seu exercício. Além destes poderá ser considerada a potência eléctrica e térmica, e o número de trabalhadores.

O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2004/M, de 15 de Junho, define na Região as entidades que exercem as competências de entidade coordenadora atribuídas pelos diplomas atrás mencionados. Este diploma atribui, a nível regional, competências de entidade licenciadora dos estabelecimentos industriais às direcções regionais que tenham a seu cargo os sectores da veterinária, pescas, agricultura, indústria e energia.

De realçar que os estabelecimentos industriais de tipo 4, licenciados no continente pelas câmaras municipais, são na RAM da competência desta Direcção Regional, particularmente da DHPV.

Compete à entidade coordenadora, após apresentação do pedido de licenciamento de instalação ou alteração de estabelecimento industrial, efectuar a devida instrução do processo e solicitar pareceres às entidades a consultar.

No ano de 2006 foram iniciados dois processos de licenciamento industrial:

- Um estabelecimento tipo 3 – entreposto frigorífico com sala de desmancha e acondicionamento de carne de reses e aves e uma secção de preparados de carne;
- Um estabelecimento tipo 4 – unidade de produção de produtos à base de leite.

De referir ainda, que no ano de 2006 procedeu-se à fase de auscultação das entidades intervenientes e de emissão de parecer global final, sobre outros três processos de licenciamento industrial, cuja instrução havia sido iniciada em anos transactos:

- Um estabelecimento tipo 2 - unidade de abate de aves;
- Um estabelecimento tipo 2 - unidade de produção de produtos à base de carne;
- Um estabelecimento tipo 3 - unidade de produção de produtos à base de leite.

#### **Emissão de Pareceres Técnicos sobre Estabelecimentos Licenciados por outras Entidades**

É uma atribuição desta Divisão, a emissão de pareceres técnicos e participação em vistorias, decorrentes do processo de licenciamento, coordenados por outras Entidades.

Dependendo do tipo de estabelecimento, somos consultados pelas seguintes Entidades Coordenadoras:

- Câmaras Municipais – licenciamento de estabelecimentos de armazenagem e comercialização de produtos de origem animal, tais como, armazéns frigoríficos, talhos, peixarias, entre outros), segundo Decreto-lei n.º 370/99, de 18 de Setembro e Portaria n.º 33/2000, de 28 de Janeiro;
- Direcção Regional das Pescas – licenciamento de estabelecimentos de preparação e de transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, segundo Decreto legislativo regional n.º 9/2004/M, de 15 de Junho;
- Direcção Regional de Comércio, Indústria e Energia – estabelecimentos de comércio não especializado de produtos alimentares, conforme Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/M, de 2 de Março.

Foram emitidos, no ano de 2006, 16 pareceres técnicos, dos quais foi solicitada a nossa participação em três vistorias, como é possível observar no quadro seguinte.

**Quadro n.º 1 – Emissão de Pareceres Técnicos**

<b>Entidade Coordenadora do Processo de Licenciamento</b>	<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º Pareceres</b>	<b>Vistorias</b>
Câmaras Municipais	Armazém Frigorífico de Produtos da Pesca	2	-
	Armazém de Peles	1	-
	Estabelecimento de Comércio a Retalho de Carne e Produtos à Base de Carne - Talho	4	-
	Estabelecimento de Comércio a Retalho de Peixe e Produtos à Base de Peixe - Peixaria	4	1
	Mini-mercados	1	-
	Centro de Inspeção e Classificação de Ovos	1	-
	Posto de Recepção de Pescado	1	-
Direcção Regional de Pescas	Entreposto Frigorífico de Produtos de Aquicultura	1	-
	Entreposto Frigorífico de Produtos da Pesca	1	1
Direcção Regional de Comércio e Indústria	Unidades Comerciais de Dimensão relevante	-	1
<b>Total</b>		<b>16</b>	<b>3</b>

### **Emissão de Licenças Sanitárias de Funcionamento de Estabelecimentos e de Unidades Móveis**

No ano de 2006 foram emitidas 24 licenças sanitárias de funcionamento a estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal. Estes estabelecimentos são de forma aleatória sujeitos a visitas técnicas de forma a verificar o cumprimento dos requisitos higio-técnico-sanitários impostos pela legislação vigente.



Esta Divisão, sempre que solicitado procede à emissão de licença sanitária a unidades móveis de transporte e comercialização de produtos alimentares de origem animal e unidades móveis de venda de produtos alimentares.

A inspecção das viaturas tem como objectivo verificar se dispõem de meios que permitam o transporte dos géneros alimentícios à temperatura adequada e em condições de higiene, a fim de proteger os géneros alimentícios de contaminações. As caixas das viaturas devem ser concebidas de forma a permitir uma limpeza e desinfectação adequadas, bem como, sempre que necessário, permitir que as temperaturas sejam controladas.

Foram emitidas 4 licenças a unidades móveis de transporte e/ou comercialização de produtos de origem animal, com carácter definitivo. Estas só serão alteradas em caso de mudança de proprietário ou viatura ou ainda alteração da caixa do veículo.

#### **Quadro n.º 2 – Emissão de Licenças Sanitárias de Funcionamento de Estabelecimentos**

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º de Licenças Emitidas</b>
Entrepósitos com sala de Desmancha	3
Entrepósitos com Sala de Reacondicionamento	2
Estabelecimento de Produção de Produtos à Base de Carne	1
Estabelecimento de Produção de Produtos à Base de Leite	5
Centros de Inspeção e Classificação de Ovos	3
Entrepósitos Frigoríficos de Produtos de Alimentares	10
<b>Total</b>	<b>24</b>

#### **Quadro n.º 3 – Emissão de Licenças Sanitárias de Unidades Móveis**

<b>Tipo de Actividade da Unidade Móvel</b>	<b>N.º de Licenças Emitidas</b>
Transporte e Comercialização de Carnes Frescas	1
Transporte e Comercialização de Pescado	3
<b>Total</b>	<b>4</b>

#### **Registo de Operadores do Sector Leiteiro**

Segundo a Portaria n.º 47/2004, de 3 de Março, os operadores que pretendam exercer as actividades de leiteiro devem ser autorizados anualmente pela Direcção Regional de Veterinária, devendo cumprir com a legislação aplicável na matéria de higiene, segurança e qualidade alimentar.

No ano transacto, foram registados quatro leiteiros.

#### **3.2.2 Atribuição de Número de Controlo Veterinário**

A atribuição de número de controlo veterinário, pela entidade licenciadora, subsequente à aprovação de um estabelecimento ou alteração de actividade, apenas pode ser concedida após vistoria formal de licenciamento e desde que se verifique o cumprimento dos requisitos legais pertinentes.

Esta atribuição é feita pela Direcção Geral de Veterinária por solicitação desta Divisão, após a conclusão do processo de licenciamento.

No ano transacto não foi atribuído qualquer número de controlo veterinário, mantendo-se na Região um total de 17 estabelecimentos aprovados.

O quadro seguinte ilustra a actividade desenvolvida pelos estabelecimentos sedeados na Região.

**Quadro n.º 4 – Estabelecimentos Detentores de N.º Controlo Veterinário**

<b>Secção</b>	<b>Categoria/Actividade</b>	<b>N.º</b>
Actividade Geral	Entrepósitos Frigoríficos	2
	Entrepósitos Frigoríficos com sala de reacondicionamento	1
Carne de Ungulados Domésticos	Sala de Desmancha com Entrepósito Frigorífico (Espécies: B;O;C;P;A)	1
	Sala de Desmancha com Entrepósito Frigorífico e Unidades de Carne Picada e Preparados de Carne (Espécies: B;O;C;P;A)	1
Leite e Produtos Lácteos	Unidade de Produtos Lácteos com Sala de Reacondicionamento	1
Produtos da Pesca	Unidades de Processamento	9
	Lotas	2
<b>Total</b>		<b>17</b>

### **3.2.3 Registo dos Operadores Económicos para Trocas Intracomunitárias Atribuição do Número de Operador/ Receptor**

Os operadores económicos que pretendam comercializar no território nacional, produtos de origem animal oriundos de um Estado-membro da União Europeia, necessitam de efectuar um registo de operador/receptor, segundo a Portaria n.º 576/93, de 4 de Junho, que aprova o Regulamento dos Controlos Veterinários Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Produtos de Origem Animal.

Assim, é solicitado por esta Divisão à Direcção Geral de Veterinária, a atribuição de número de operador /receptor para trocas intracomunitárias.

No ano transacto foi solicitada a atribuição de três números de operador/receptor, perfazendo assim um total de 46 empresas regionais registadas para efectuar trocas intracomunitárias.

### **3.2.4 Controlos Veterinários**

#### **Controlo Higió-Técnico-Funcional de Estabelecimentos**

Os Serviços Oficiais efectuem controlos para verificar o cumprimento pelos operadores das empresas do sector alimentar, dos requisitos dos Regulamentos (CE) n.º 852/2004, n.º 853/2004, relativos à higiene geral e específica dos géneros alimentícios, e do Regulamento (CE) n.º 1774/2002, que estabelece as regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano.

Os controlos oficiais compreendem:

- Auditorias de boas práticas de higiene, para verificar se estão a ser aplicados procedimentos de forma constante e correcta em matéria de verificação das informações relativas à cadeia alimentar, concepção e manutenção das instalações e do equipamento do estabelecimento, higiene das operações, antes, durante e após a sua realização, higiene do pessoal, formação em matéria de higiene e métodos de trabalho, luta contra pragas, qualidade da água, controlo da temperatura e controlo dos alimentos que entram e saem dos estabelecimentos e de toda a documentação que os acompanha;
- Auditorias aos procedimentos baseados no sistema de análise de perigos e controlo dos pontos críticos (HACCP), para determinar se os produtos de origem animal cumprem com os critérios microbiológicos previstos no Regulamento (CE) nº 2073/2005, com a legislação comunitária sobre os resíduos, contaminantes e substâncias proibidas e que não têm perigos físicos, como corpos estranhos;
- Verificação da observância em matéria da aplicação de marcas de salubridade e de identificação;
- Observância dos requisitos de rastreabilidade dos produtos.

No intuito da verificação dos requisitos mencionados anteriormente, procedemos no ano de 2006, de forma aleatória, a 31 controlos a estabelecimentos com actividade agro-alimentar. Nestes controlos, incluem-se outros estabelecimentos nomeadamente, restaurantes, hotéis e de comercialização de produtos biológicos.

Os controlos oficiais realizados no decurso de 2006, permitiram constatar que alguns dos operadores económicos não têm ainda instituído os pré-requisitos e o plano HACCP.

Assim, reveste-se de extrema importância as acções desenvolvidas pelos serviços oficiais, com vista a alertar os operadores de empresas do sector alimentar da obrigatoriedade legal de criar e aplicar programas de segurança dos géneros alimentícios e processos baseados nos princípios HACCP, e do facto deste sistema ser um instrumento que os auxilia a alcançar padrões elevados de segurança dos géneros alimentícios.

A metodologia do sistema HACCP é suficientemente flexível para ser aplicável em todas as situações, mesmo em empresas de pequena dimensão, como nalgumas existentes na Região, sendo que as Boas Práticas de Higiene podem por vezes substituir a monitorização dos pontos críticos de controlo.

A rastreabilidade dos géneros alimentícios ao longo da cadeia alimentar constitui um elemento essencial na segurança dos mesmos.

Verificamos ainda falta de formação quer dos operadores das empresas, bem como do pessoal responsável pela produção, qualidade e demais funcionários, havendo mesmo nalguns casos desconhecimento quanto à legislação nesta matéria.

Foram elaborados relatórios dos controlos, tendo os resultados dos mesmos sido enviados aos operadores das empresas, de forma a procederem às devidas medidas correctivas, de acordo com as deficiências verificadas.

Acompanhamos algumas empresas regionais, com produção própria, de forma a verificar o processo de fabrico e a implementação de boas práticas de higiene e de fabrico.

Não foram detectadas anomalias que pusessem em risco a segurança alimentar, no entanto, em casos de deficiências a Divisão procede a controlos regulares, até à resolução dos problemas.

O quadro n.º 5 é relativo às visitas técnicas efectuadas por tipo de estabelecimento.

## Quadro n.º 5 – Visitas Técnicas a Estabelecimentos

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>N.º Visitas</b>
Unidade de Produção de Produtos à Base de Leite	3
Centro de Inspeção e Classificação de Ovos	1
Entrepasto Frigorífico	3
Entrepasto Frigorífico com Sala de Desmancha	2
Entrepasto Frigorífico com Sala de Reacondicionamento	2
Unidade de Preparação e Conservação de Pescado Fresco e Congelado	2
Lotas	2
Estabelecimentos de Restauração	2
Estabelecimentos de Hotelaria	12
Estabelecimento de Comercialização de Produtos Biológicos	1
Armazém de Peles (Unidade Intermédia)	1
<b>Total</b>	<b>31</b>

### Controlo Analítico da Produção Regional

#### Controlo Analítico dos Produtos de Origem Animal Produzidos na RAM

A segurança dos géneros alimentícios é principalmente garantida por uma abordagem preventiva, quer pela implementação de Boas Práticas de Higiene e de Fabrico, como pela aplicação de procedimentos baseados no sistema de HACCP.

Os operadores das empresas do sector alimentar devem assegurar que todas as fases da produção, transformação e distribuição dos géneros alimentícios sob o seu controlo satisfazem os requisitos exigidos pela legislação em vigor.

Os critérios microbiológicos são utilizados na validação e verificação de procedimentos do sistema de HACCP, como definição da aceitabilidade dos processos, e ainda como critérios de segurança dos géneros alimentícios, fixando limites acima dos quais um determinado produto será considerado inaceitavelmente contaminado.

O Regulamento n.º 2073/2005, de 15 de Novembro, estabelece os critérios microbiológicos para certos microorganismos e as regras de execução a cumprir pelos operadores das empresas do sector alimentar aquando da aplicação das medidas de higiene geral e específicas, impostas pelos Regulamentos n.º 852/2004 e 853/2004, de 29 de Abril.

No decurso do ano de 2006, a DHPV procedeu a nível regional ao controlo microbiológico de produtos de origem animal, tendo sido efectuadas no total 32 colheitas de amostras, das quais, 14 em produtos à base de leite, 2 em produtos à base de carne, 2 em carnes picadas e 8 em produtos da pesca.

Em consequência dos resultados insatisfatórios obtidos nos produtos à base de leite e nas carnes picadas, foram efectuadas novas colheitas de amostras: 4 aos produtos, 16 zaragoas a equipamentos e instalações e 2 zaragoas às mãos dos manipuladores.

Foram ainda realizadas 2 colheitas de amostras em leite UHT, tendo sido efectuadas provas de estabilidade e esterilidade, com obtenção de resultados satisfatórios.

Os resultados analíticos obtidos estão representados no quadro abaixo, por tipo de produto.

**Quadro n.º 6 – Controlo Analítico de Produtos de Origem Animal Produzidos na RAM**

Parâmetros	Produtos à Base de Leite			Produtos à Base de Carne			Carnes Picadas			Pescado		
	S	A	I	S	A	I	S	A	I	S	A	I
<i>Salmonella sp.</i>	15	-	-	2	-	-	3	-	-	8	-	-
<i>Listeria monocytogenes</i>	15	-	1	2	-	-	2	-	2	-	-	-
Estafilococos Coagulase Positiva	15	-	1	2	-	-	2	1	-	8	-	-
<i>E. coli</i>	6	2	8	2	-	-	3	-	-	8	-	-
Enterobacteriaceae	5	-	8	2	-	-	1	-	2	6	1	1
Microorganismos a 30°	4	-	11	-	-	2	-	-	3	1	-	7
<i>V. parahaemolyticus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>39</b>	<b>1</b>	<b>8</b>

S= Satisfatório; A= Aceitável; I= Insatisfatório

Da análise dos resultados analíticos obtidos podemos concluir:

- 1 Relativamente aos produtos à base de leite, 65,9% dos resultados foram satisfatórios, 2,2 % aceitáveis, e 31,9% foram insatisfatórios. Os resultados insatisfatórios foram verificados nas contagens de microorganismos a 30°, de enterobacteriaceae, e de estafilococos coagulase positivos. De referir ainda, que numa das análises efectuadas foi detectada a presença de *L. monocytogenes*, e de *E. coli*.

Por conseguinte, foram repetidas análises ao produto, e efectuadas zaragatoas a equipamentos e instalações e às mãos dos manipuladores, com obtenção de resultados satisfatórios.

- 2 Nas análises efectuadas às carnes picadas, 57,89% dos resultados foram satisfatórios e 5,26% aceitáveis. No entanto, verificaram-se resultados insatisfatórios (36,84%) para as contagens de microorganismos a 30°, e de enterobacteriaceae. Foi detectada ainda a presença de *L. monocytogenes*, num dos produtos analisados. Consequentemente, foram repetidas análises ao produto, com resultados satisfatórios e efectuadas zaragatoas a equipamentos e instalações e às mãos dos manipuladores, igualmente com resultados satisfatórios.
- 3 Nas colheitas de amostras de produtos à base de carne e de pescado, os resultados obtidos foram na sua generalidade satisfatórios.

Com vista à salvaguarda da Saúde Pública, e tendo em conta os resultados insatisfatórios obtidos, foram os operadores económicos advertidos para a implementação nos estabelecimentos de medidas correctivas, nomeadamente:

- Retirada imediata do produto em causa do circuito comercial;
- Implementação de Boas Práticas de Higiene e de Fabrico.
- Avaliação criteriosa dos planos e procedimentos higiénicos respeitantes à unidade fabril;
- Boas Práticas de Higiene dos manipuladores;
- Reforço do programa de análises laboratoriais sobre a matéria-prima, produto acabado, bem como dos equipamentos e das superfícies das instalações;
- Reavaliação do controlo da matéria-prima e do processo de produção.

## Controlo do Leite Cru na RAM

À semelhança dos anos anteriores, esta Divisão, procedeu em acção conjunta com as centrais leiteiras e leiteiros, ao controlo microbiológico, físico-químico e pesquisa de inibidores no leite cru, perfazendo um total de 851 colheitas de amostras nos vários concelhos da Região.

Comparativamente ao ano anterior, podemos verificar que o número de colheitas aumentou em 163 amostras e que incidiram sobre um número menor de produtores, o que dá uma média 4,8 colheitas de amostras por produtor.

Os quadros seguintes apresentam os dados relativos aos controlos efectuados.

**Quadro n.º 7 – Controlo do Leite Cru na RAM**

Concelhos	N.º de Produtores com Controlo Analítico		N.º de Colheitas de Amostras	
	2005	2006	2005	2006
Santa Cruz	32	32	96	125
Santana	45	55	204	246
Machico	26	15	66	114
Ribeira Brava	38	45	151	227
Porto Moniz	19	13	84	71
Ponta do Sol	12	7	40	32
Calheta	15	8	47	31
Funchal	0	2	0	5
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>177</b>	<b>688</b>	<b>851</b>

A totalidade do leite produzido na Região é entregue em unidades de transformação para produção de “requeijão madeirense”, e de algum queijo fresco, sendo ainda vendida directamente ao consumidor, através dos leiteiros, uma porção irrelevante.

As colheitas de leite são efectuadas pelas próprias centrais leiteiras e leiteiros, aquando da sua recolha diária, em sistema de rotatividade entre eles, e aleatoriamente, com base nas respectivas listas de produtores.

Das análises efectuadas podemos constatar que os resultados obtidos foram maioritariamente não satisfatórios, tanto para os parâmetros microbiológicos, como para os parâmetros físico-químicos.

Relativamente à pesquisa de inibidores os resultados foram na sua totalidade satisfatórios.

**Quadro n.º 8 – Controlo do Leite Crú na RAM**

Parâmetros		N.º Análises Realizadas	Resultados		
			Satisfatório	Não Satisfatório	
			Nº	Nº	%
<b>Microbiológicos</b>	Teor de Germes a 30°C	<b>851</b>	39	812	95,4
	Teor de Células Somáticas		159	692	81,3
<b>Físico-químicos</b>	Matéria Gorda		289	562	66
	Matéria Proteica		354	497	58,4
	Lactose		363	488	57,3
	Extracto Seco		455	396	46,5
	Extracto Seco Total		266	585	68,7
	Índice Crioscópico		308	543	63,8
	% DFB		308	543	63,8
	Pesquisa de Inibidores		<b>863</b>	863	0

Neste sector e pela análise dos resultados obtidos ao leite cru produzido na Região, destacamos as deficientes condições de higiene durante a ordenha, recolha e transporte, com falta de equipamentos adequados à ordenha e à refrigeração do leite, que associadas à falta de formação do pessoal, bem como à existência de pequenas explorações, com baixas capacidades de produção de leite, distribuídas pelos vários concelhos da ilha, constituem factores que contribuem para a má qualidade higiénica do mesmo.

Assim e face às graves carências verificadas neste sector, chamamos à atenção para que sejam tomadas decisões capazes, com vista à implementação de medidas urgentes nesta matéria.

### **Controlos Veterinários Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Produtos Animais e de Origem Animal**

A Portaria n.º 576/93, de 4 de Junho, aprova o regulamento dos controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário de produtos de origem animal.

Os estabelecimentos dos estados membros devem cumprir com o estipulado nos Regulamentos (CE) n.º 852/2004 e 853/2004, de 29 de Abril, relativos à higiene geral e específica dos géneros alimentícios, devendo a autoridade competente do país de origem efectuar controlos regulares aos estabelecimentos, para verificar se os produtos estão em conformidade com os quesitos exigidos para as trocas comunitárias.

Por conseguinte, os controlos veterinários têm início no país membro de origem, só podendo ser comercializados produtos obtidos, controlados, marcados e rotulados em conformidade com a regulamentação comunitária.

Os operadores a quem sejam fornecidos produtos provenientes de outro Estado-membro ficam sujeitos a um registo prévio junto da entidade competente, devendo avisar a chegada dos produtos, em tempo útil, de modo a permitir-lhes a realização dos controlos.

Assim, no destino a autoridade competente procede através de controlos por sondagem e de carácter não discriminatório, à verificação dos produtos, dos certificados ou documentação de acompanhamento.

Deve o Estado-membro de origem ser avisado sempre que os controlos no destino revelarem que a mercadoria não satisfaz às condições estabelecidas pela legislação comunitária, ou sempre que se registe incumprimento relativamente ao certificado ou aos documentos.

Assim, no ano 2006, foram vistoriados 27 dos 3.761 contentores (0,72%) chegados à Região Autónoma da Madeira, provenientes de países pertencentes à União Europeia e de Portugal Continental (quadro n.º 9). Nos controlos efectuados não foram detectadas anomalias dignas de registo.

Também se procedeu em 2006, a várias acções de controlo, no Aeroporto da Madeira, de produtos de origem animal, transportadas de avião, provenientes da União Europeia e de Portugal Continental.

Ainda em 2006, e nos termos do Regulamento (CE) n.º 3846/87, de 17 de Dezembro, que estabelece a nomenclatura dos produtos agrícolas para as restituições à exportação, foram realizados 6 controlos a contentores de carne de suíno.

**Quadro n.º 9 – Controlo de Mercadorias Provenientes da Comunidade Europeia e Portugal**

**Via marítima**

Meses	Contentores	Verificações	Mercadoria
Janeiro	256	5	Carne de bovino
			Charcutaria
			Carne de bovino
Fevereiro	314	2	Charcutaria
			Carne de frango, Carne de peru, Carne de pato, Carne de codorniz
Março	358	2	Carne de suíno
Abril	306	1	Pescado
Maiο	229	2	Pescado
Junho	309	2	Carne de suíno, Miudezas de suíno
Julho	331	7	Produtos lácteos, Charcutaria, Vitela
			Produtos lácteos, Charcutaria
			Queijo
			Miudezas de suíno, Carne de suíno, Carne de coelho
Agosto	313	2	Carne de suíno, Pescado
Setembro	313	1	Carne de suíno
Outubro	348	-	-
Novembro	350	1	Carne de frango, Carne de peru, Carne de pato
Dezembro	334	2	Carne de bovino, Miudezas de bovino, Carne de suíno, charcutaria
			Carne de bovino
<b>Total</b>	<b>3.761</b>	<b>27</b>	

Numa retrospectiva desde 2004, podemos verificar que as entradas na Região, desde a Comunidade Europeia e Portugal, incluindo R.A.A., têm aumentado relativamente ao número de contentores e conseqüentemente de produtos e quilogramas. (quadro n.º 10)

**Quadro n.º 10 – N.º de Contentores Entrados na Região**

Ano	N.º Contentores	Entradas da CE e Portugal -Total/ Quilogramas
2004	2.796	32.008.531,65
2005	2.936	34.379.210,68
2006	3.761	49.198.696,8

No quadro n.º 11 estão representados os vários produtos de origem animal que deram entrada na Região no ano transacto, proveniente de trocas intracomunitárias e países terceiros, bem como de Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores.

Entraram em 2006 provenientes de outros Estados-membros uma grande diversidade de produtos, num total de 12.121.560,66 quilogramas, sendo na sua maioria pescado e carnes de bovino, suíno e de frango.

À Região chegaram ainda provenientes de Portugal Continental e da Região Autónoma dos Açores 37.077.136,22 quilogramas de produtos de origem animal.



Mais especificamente dos Açores deram entrada 1.368.058,41 kg de produtos lácteos, 218.758,61 kg de pescado e 31.792,0 kg de carne de bovino, totalizando 1.618.609,02 quilogramas.

Oriundas de Portugal Continental foram diversas as mercadorias chegadas à Região, no entanto, destacam-se os produtos lácteos que apresentam um valor considerável, seguindo-se o pescado, os preparados de carne e as carnes de frango e de suíno.

**Quadro nº. 11 - Entrada na RAM de Produtos de Origem Animal**

Provenientes de Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores, da Comunidade Europeia e Países Terceiros

<b>Produtos</b>	<b>Portugal Continental e RAA</b>	<b>C. E.</b>	<b>P. T.</b>	<b>Totais</b>
Carne de bovino	364.047,95	2.864.139,46	2.857.432,76	6.085.620,17
Carne de caprino	12.061,89	11.143,46	-	23.205,35
Carne de codorniz, tordo, coelho, veado, javali, faisão, veado, pombo	27.862,42	21.049,95	-	48.912,37
Carne de frango e moelas	2.221.930,30	1.651.398,72	24.752,00	3.898.081,02
Carne de ovino	73.356,09	26.980,60	80.518,33	180.855,02
Carne de pato	16.142,83	81.229,90	-	97.372,73
Carne de peru	115.329,95	72.814,73	-	188.144,68
Carne de suíno	1.859.333,27	2.410.606,94	-	4.269.940,21
Leite e produtos lácteos (manteiga, iogurtes, queijo, requeijão e outros)	24.991.626,35	638.703,72	-	25.630.330,07
Leite em pó	352.000,00	432.500,00	-	784.500,00
Miudezas de bovino	47.122,56	187.039,09	114.587,38	348.749,03
Miudezas de suíno	199.293,09	391.797,84	-	591.090,93
Pescado	2.844.381,57	3.286.768,10	294.314,74	6.425.464,41
Preparados de carne	3.898.772,36	41.282,17	-	3.940.054,53
Preparados de peixe	53.875,59	4.105,98	-	57.981,57
<b>Totais</b>	<b>37.077.136,22</b>	<b>12.121.560,66</b>	<b>3.371.605,21</b>	<b>52.570.302,09</b>

**Controlos Veterinários Aplicáveis aos Animais Vivos, Produtos Animais e Produtos de Origem Animal Importados de Países Terceiros**

Após 1 de Janeiro de 1993 foi instituído, pelos Estados-Membros da União Europeia, um sistema comum de controlo veterinário de produtos animais ou de origem animal e animais vivos importados de Países Terceiros, cujos princípios base são:

- 1- Cada lote de produtos introduzidos na União Europeia a partir de Países Terceiros deve, qualquer que seja o seu destino aduaneiro, ser submetido a um controlo veterinário.
- 2- O controlo veterinário deve efectuar-se aquando da introdução do lote de produtos na União Europeia.
- 3- Esse controlo veterinário não pode efectuar-se senão em locais especialmente designados e autorizados pela União Europeia para o efeito e equipados em conformidade, que são os Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF's).

O interessado no carregamento deve notificar o PIF da chegada da mercadoria, através do envio de uma mensagem do sistema TRACES (Trade Control Expert System), com a primeira parte do Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE) devidamente preenchida.

Um controlo veterinário comporta várias etapas, que são executadas de acordo com os diferentes destinos aduaneiros dos produtos animais ou de origem animal:

- 1- **O Controlo Documental** – consiste na verificação da forma e do conteúdo dos certificados ou documentos veterinários que acompanham a produto.
- 2- **O Controlo de Identidade** – consiste na verificação por inspecção visual da concordância entre os certificados ou documentos veterinários e os produtos animais que constituem o lote.
- 3- **O Controlo Físico** – consiste na verificação se o produto corresponde às especificações da legislação comunitária. Pode incluir controlos de embalagem e de temperatura, bem como a colheita de amostras e ensaios laboratoriais.

Após a realização dos controlos veterinários necessários, o Veterinário Oficial, através do sistema TRACES, emite por remessa de produtos verificados, o respectivo DVCE onde atesta os resultados desses controlos.

Os Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF's) são instalações que são aprovadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 9.º e o Anexo II da Directiva 90/675/CEE, com a Decisão 93/352/CEE, com a Directiva 97/78/CE e com a Decisão da Comissão 2001/812/CE.

Estas instalações estão sob a responsabilidade de um Veterinário Oficial, que assume efectivamente a execução dos controlos veterinários.

Na Região Autónoma da Madeira existem dois Postos de Inspeção Fronteiriços autorizados:

- PIF Porto do Funchal, que está autorizado para a recepção de produtos de origem animal para consumo humano (congelados/refrigerados);
- PIF Aeroporto da Madeira, que está autorizado para a recepção de animais vivos, designadamente outros animais, definidos de acordo com a Decisão 2001/881/CE. Este PIF está a partir de 20 de Novembro de 2003, de acordo com a Decisão 2003/831/CE, igualmente autorizado para a recepção de produtos de origem animal para consumo humano e de outros produtos.

Em 2002, procedemos à abertura de concurso para a construção do novo PIF do Porto do Funchal, dando assim cumprimento ao determinado pela Comissão Europeia, na sequência da visita dos Peritos da Comissão, efectuada de 13 a 24 de Novembro de 2000, aos PIF's de Portugal. No entanto, em finais de 2003 houve uma proposta de transferência do PIF do porto do Funchal para o porto do Caniçal, futuro porto comercial da Região.

Assim, e somente no decurso do ano de 2006 foi possível a construção do novo posto de inspecção, localizado no Caniçal, não sendo contudo possível ainda a transferência dos serviços para as referidas instalações, dado que a sua conclusão ocorreu somente no final do ano.

No ano de 2006, a Região Autónoma da Madeira recebeu, provenientes de Países Terceiros, 187 contentores, num total de 3.371.605,21 kg (quadros n.º 12 a n.º 14), com produtos de origem animal para consumo humano, dos quais 123 (2.142.132,56 kg.) foram inspeccionados no PIF do Porto do Funchal e 64 (1.229.472,65 kg.) foram inspeccionados noutros PIF's da União Europeia.

O somatório dos controlos (DVCE) efectuados nos PIF's difere do número de contentores entrados na RAM. Tal facto fica a dever-se nalguns casos, à presença no mesmo contentor de mais do que um produto, sendo por isso necessário emitir mais do que um DVCE. Com efeito, a cada certificado sanitário de produtos de origem animal correspondente a emissão do respectivo DVCE.

**Quadro n.º 12 – Entrada de Mercadorias Provenientes de Países Terceiros**

**Via marítima**

Meses	N.º Total Contentores	N.º Contentores PIF Funchal	N.º Contentores Noutros PIF'S
Janeiro	12	3	9
Fevereiro	19	2	17
Março	12	6	6
Abril	14	8	6
Maio	18	6	12
Junho	12	9	3
Julho	10	2	8
Agosto	16	16	-
Setembro	22	21	1
Outubro	19	18	1
Novembro	12	11	1
Dezembro	21	21	-
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>123</b>	<b>64</b>

Os quadros seguintes permitem tirar elações quanto às entradas de produtos introduzidos na Região a partir de Países Terceiros, pois podemos verificar quais os tipos de produto que predominam, sua proveniência, tipo de conservação e peso, bem como o número de contentores e de controlos veterinários realizados. Estes revelam, sobretudo entradas de carne de bovino da América do Sul, na sua maioria refrigerada e do Brasil, seguido do Uruguai, e ainda a entrada de carne de bovino e ovino, na maioria congelada e da Nova Zelândia. Quanto ao pescado, constata-se que é todo congelado, sendo a grande maioria proveniente do continente asiático, seguido do africano.

**Quadro n.º 13 – Controlos Efectuados no PIF Funchal – Porto**

Produto	Origem	N.º de contentores	Peso (Kg)		N.º Controlos (DVCE)		
					Ref.	Cong.	Total
Carne de Bovino	Brasil	70	1.175.033,72	1.740.297,97	51	15	104
	Nova Zelândia	10	198.097,13		6	9	
	Uruguai	21	367.167,12		18	5	
Carne de Ovino	Nova Zelândia	6	89.813,60	89.813,60	-	6	6
Estômago de Bovino	Brasil	1	23.854,48	41.721,25	-	1	3
	Nova Zelândia	1	15.840,00		-	1	
	Uruguai	0	2.026,77		-	1	
Pescado (lula, polvo, perca do Nilo, tamboril, camarão, mexilhão, peixe-gato, atum, amêijoia)	China	2	44.036,00	270.299,74	-	5	21
	Índia	1	18.250,00		-	1	
	Moçambique	1	10.920,00		-	2	
	Indonésia	1	22.316,74		-	1	
	Quénia	2	45.760,00		-	2	
	Nova Zelândia	1	18.432,00		-	1	
	Panamá	1	25.435,00		-	1	
	Tanzânia	4	64.104,00		-	4	
Vietname	1	21.046,00	-	4			
		<b>123</b>	<b>2.142.132,56</b>	<b>2.142.132,56</b>	<b>75</b>	<b>59</b>	<b>134</b>

**Quadro n.º 14 – Controlos Efectuados Noutros PIF da Comunidade Europeia**

Produto	Origem	N.º de contentores	Peso (kg)		N.º Controlos (DVCE)		
					Refriger.	Congel.	Total
Carne de Bovino	Brasil	44	849.682,04	1.107.839,52	36	8	63
	Argentina	1	3.798,10		1	0	
	Uruguai	14	254.359,38		3	15	
Estômago de Bovino	Brasil	3	72.866,13	72.866,13	1	2	3
Pescado (Pota)	Peru	1	24.015,00	24.015,00	0	2	2
Moelas de frango	Brasil	1	24.752,00	24.752,00	0	2	2
		<b>64</b>	<b>1.229.472,65</b>	<b>1.229.472,65</b>	<b>41</b>	<b>29</b>	<b>70</b>

No quadro n.º 15 é possível observar de uma forma global o total de contentores e o número de controlos veterinários realizados por Posto de Inspeção, bem como os tipos e quilogramas de produtos entrados na Região provenientes de Países Terceiros.

**Quadro n.º 15 – Entrada de Produtos de Origem Animal na R.A.M. Provenientes de Países Terceiros**

Produto	PIF Funchal - Porto	Outros PIF	Total
Carne de Bovino	1.740.297,97	1.107.839,52	2.848.137,49
Carne de Ovino	89.813,60	-	89.813,60
Moelas de Frango	-	24.752,00	24.752,00
Estômagos de Bovino	41.721,25	72.866,13	114.587,38
Pescado	270.299,74	24.015,00	294.314,74
<b>Total em KG</b>	<b>2.142.132,56</b>	<b>1.229.472,65</b>	<b>3.371.605,21</b>
<b>N.º de Contentores</b>	<b>123</b>	<b>64</b>	<b>187</b>
<b>N.º de Controlos (DVCE)</b>	<b>134</b>	<b>70</b>	<b>204</b>

Deram entrada directamente na Região Autónoma da Madeira, através do PIF do Funchal – Porto, 123 contentores oriundos de Países Terceiros, dos quais 5 foram submetidos a análises laboratoriais pelo PIF do Funchal, tendo totalizado 4,06% das entradas. Dependendo da mercadoria e das pesquisas a efectuar as amostras foram colhidas e enviadas para o Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar e/ou laboratórios do Continente, nomeadamente ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária de Lisboa e do Porto e ao Instituto de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP).

As colheitas de amostras efectuadas em 2006, foram realizadas por suspeita e tendo como base os registos da Rede de Alerta, recebidos através de mensagens de alerta ou notificações de informação. (quadro n.º 16). Assim, as mercadorias ficaram retidas até à obtenção dos resultados das análises. Todos os resultados foram satisfatórios, pelo que foi dada a livre prática às mercadorias em causa.

Foi ainda realizada uma colheita de amostras aleatória noutro PIF, com resultados satisfatórios.

**Quadro n.º 16 – Análises Efectuadas na Entrada de Mercadorias de Países Terceiros**

	Produto	Congel.	Ref.	Origem	Motivo	Análises Realizadas	Resultados
PIF Funchal Porto	Atum	X		Panamá	Suspeita	Mercúrio	Satisfatórios
						Histamina	
	Camarão	X		China	Suspeita	Inibidores Bacterianos	
	Lula	X		Índia	Suspeita	Cádmio	
	Miolo Amêijoia	X		Vietname	Suspeita	Mesofilos aeróbios a 30°C	
						<i>Bacillus cereus</i>	
	Polvo	X		Indonésia	Suspeita	Cádmio	
Mercúrio							
Chumbo							
Outros PIF	Carne de Bovino		X	Brasil	Aleatória	<i>E. coli</i>	
						<i>Salmonella sp.</i>	

O Sistema de Alerta Rápido – RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed) visa restringir a colocação no mercado ou impor a retirada do mercado de géneros alimentícios ou alimentos para animais, que veiculem um risco grave, directo ou indirecto para a Saúde Humana. Uma mercadoria será não apta para o mercado interno, sempre que os controlos evidenciarem que o produto não satisfaz as condições de importação ou quando revelarem uma irregularidade, sendo determinada a sua reexportação, destruição (Quadro nº17), ou transformação.

Assim, no ano de 2006 foi determinada a rejeição de um contentor, por se ter verificado, no decurso dos controlos, que o mesmo havia sofrido uma quebra no circuito de frio, pelo que o mesmo, foi enviado para destruição na Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra.

**Quadro n.º 17 – Destruição de Produtos de Origem Animal Provenientes de Países Terceiros**

Via marítima

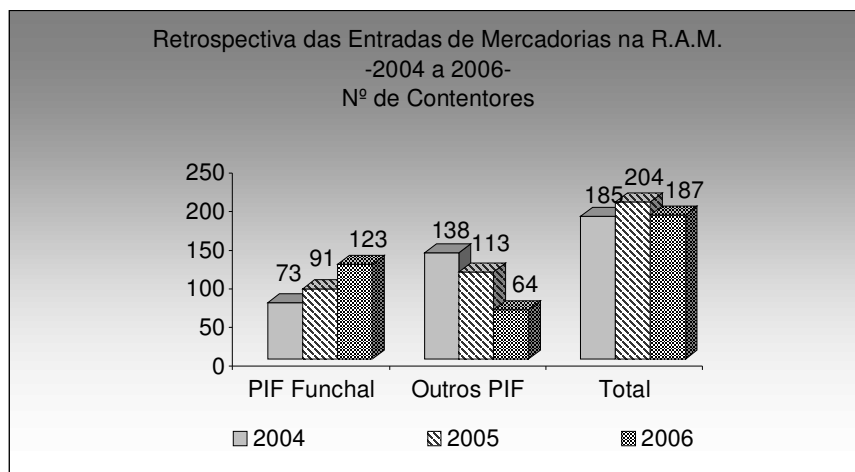
N.º de Contentores	Produto	Origem	Motivo de Destruição
1	Camarão	Moçambique	Higiene Física Insuficiente (Temperatura)

### Retrospectiva das Entradas de Mercadorias na RAM – 2004 a 2006

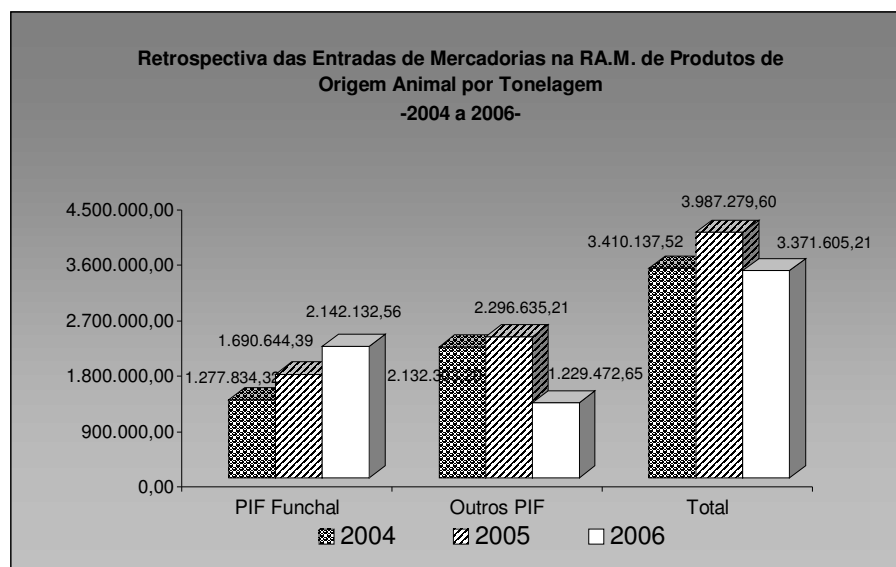
Como é possível verificar nos gráficos abaixo, as entradas no PIF Funchal têm registado um aumento em relação aos anos anteriores, designadamente de 50 e de 25 contentores, respectivamente, aos anos de 2004 e de 2005. Este acréscimo reflecte-se ainda na tonelagem de produtos de origem animal sujeitos a controlos veterinários no PIF.

Comparativamente ao ano de 2005 e em relação ao total de contentores, verificamos que entraram na Região menos 17 contentores de mercadorias provenientes de países terceiros, correspondendo a menos 615.674,394 quilogramas de produtos de origem animal. Salientamos no entanto, que embora na sua globalidade, o número e tonelagem tenham decrescido, verificou-se um aumento de 32 contentores (451.488,166 kg.) no que se refere às entradas directamente pelo PIF do Funchal – Porto. Em contrapartida entraram menos 49 contentores (1.067.162,56 kg.) pelos restantes PIF

**Gráfico n.º 1 – Retrospectiva das Entradas de Mercadorias na RAM**



**Gráfico n.º 2 – Retrospectiva das Entradas de Mercadorias na RAM**



### **Importação de Produtos de Origem Animal para Consumo Pessoal**

No âmbito do Regulamento n.º 745/2004 de 16 de Abril de 2004, que estabelece medidas relativamente à importação de produtos de origem animal para consumo pessoal, foram apreendidas e destruídas remessas da bagagem pessoal dos passageiros no PIF Funchal – Aeroporto da Madeira (quadro n.º 18).

Os controlos veterinários rigorosos visam evitar a introdução de doenças infecciosas dos animais na União Europeia, por produtos de origem animal que podem ser portadores dos agentes patogénicos responsáveis por essas doenças nos animais.

Os produtos apreendidos em colaboração com a Delegação Aduaneira do Aeroporto da Madeira foram inutilizados com hipoclorito de sódio concentrado e enviados para incineração em contentores de bio-segurança.

**Quadro n.º 18 – Relação de Produtos de Origem Animal Apreendidos**

<b>Produto</b>	<b>Peso (kg)</b>	<b>País</b>	<b>Destino</b>
Carne de suíno	8.90	África do Sul	ETRS – Estação de Tratamentos de Resíduos da Meia Serra / IIRHM - Instalação de Incineração de Resíduos Hospitalares e de Matadouro
	17.20	Ucrânia	
	5.00	República Moldava	
Carne de leporídeo	2.40	Venezuela	
Carne de bovino	24.00	Venezuela	
	6.60	Canadá	
Queijo	8.90	Ucrânia	
	5.60	Brasil	
	17.20	Venezuela	
	7.00	República Moldava	
Carne de frango	7.90	Venezuela	
	5.50	Brasil	
Pescado	10.00	África do Sul	
	3.90	Canadá	
	2.00	República Moldava	
Ovos (7 unidades)	0.50	Venezuela	
Produtos à base de carne de suíno	14.00	Brasil	
<b>Total</b>	<b>146.60</b>		

### **Entrada de Animais de Companhia sem Carácter Comercial Provenientes de Países Terceiros**

A circulação de cães e gatos como animais de companhia, sem carácter comercial, provenientes ou reintroduzidos após estadia em Países Terceiros está sujeita a novas regras, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 998/2003, de 26 de Maio, relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia.

No ano de 2006, deram entrada na Região, sem passar por qualquer outro posto de inspecção, 25 animais provenientes de Países Terceiros, os quais foram sujeitos a controlo no PIF Funchal – Aeroporto da Madeira, conforme é possível visualizar no quadro n.º 19.

Estes controlos são efectuados conjuntamente com a Delegação Aduaneira do Aeroporto da Madeira.

Na sua globalidade os controlos têm revelado algumas anomalias à chegada dos animais à Região, designadamente no que concerne à falta de titulação de anticorpos da raiva, ao tempo que medeia entre a vacinação anti-rábica e a titulação e entre esta e o período de circulação dos animais, e ainda no que se refere ao modelo de certificado sanitário apresentado.

Nesses casos os controlos têm resultado na implementação de quarentena domiciliária aos animais, até à referida colheita de sangue para titulação de anticorpos neutralizantes da raiva, não podendo os mesmos circular por um período de três meses após a mesma.

Todos os resultados das referidas análises foram satisfatórios.

A colheita de sangue é efectuada no Laboratório Regional de Veterinária e de Segurança Alimentar, sendo de seguida o mesmo enviado para o laboratório de referência nacional, Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, em Lisboa.

Constatamos que na sua grande maioria estas irregularidades ocorrem sobretudo em animais provenientes da Venezuela, pelo que, temos ao longo dos anos, e também no ano de 2006, efectuado diligências no sentido de alertar para as novas regras sobre a circulação destes animais, nomeadamente através do contacto com outras entidades envolvidas, tais como o consulado desse país na Região, a companhia aérea que efectua estes voos directos, bem como pela divulgação de panfletos junto de passageiros e de algumas agências de viagens daquele país.

### Quadro n.º 19 – Entrada de Animais de Companhia de Países Terceiros

Via aérea

Meses	N.º Controlos PIF Funchal	Espécie	Origem
Janeiro	-	-	-
Fevereiro	-	-	-
Março	-	-	-
Abril	-	-	-
Maió	3	Canídeo	Brasil (1), Venezuela (2)
Junho	1	Canídeo	Canadá
Julho	2	Canídeo	Brasil (1), Venezuela (1)
Agosto	3	Canídeo	Venezuela
Setembro	1	Canídeo	Venezuela
Outubro	1	Canídeo	Venezuela
	1	Felídeo	Ucrânia
Novembro	6	Canídeo	Venezuela
Dezembro	7	Canídeo	Brasil (1), Venezuela (6)
<b>Total</b>		<b>25</b>	

#### 3.2.5 Controlo Oficial dos Géneros Alimentícios

O Regulamento n.º 178/2002, de 28 de Janeiro, responsabiliza os operadores das empresas dos sectores alimentar e dos alimentos para animais, pelo cumprimento dos requisitos da legislação alimentar, aplicáveis às suas actividades, relativamente aos géneros alimentícios ou alimentos para animais sob o seu controlo.

Por sua vez, os serviços oficiais procedem ao controlo e verificação da observância dos requisitos relevantes dessa legislação, em todas as fases da produção, transformação e distribuição. Para o efeito, cada Estado-membro deve implementar, o mais tardar a partir de 1 de Janeiro de 2007, um único Plano Nacional de Controlo Plurianual Integrado, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 882/2004, de 28 de Maio.

Consequentemente e com vista à elaboração deste plano para o ano de 2007, foi realizada uma reunião no ano transacto, junto da entidade coordenadora nacional, com competência nesta matéria.

Dada a entrada em vigor do “Pacote Higiene”, e face ao atrás exposto, não foi emanada pela Comissão, no ano de 2006, qualquer recomendação, relativa ao Programa Coordenado do Controlo Oficial dos Géneros Alimentícios, pelo que, o mesmo não foi realizado.



### 3.2.6 Plano Nacional de Controlo de Resíduos

Em cumprimento do estipulado no Decreto-lei n.º 148/99, de 4 de Maio, relativo às medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos em animais vivos e respectivos produtos, e no Decreto-lei n.º 185/05, de 4 de Novembro, relativo à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias  $\beta$ -agonistas em produção animal, e em coordenação com a Direcção Geral de Veterinária, foi levado a efeito pela DHPV, o plano de colheita de amostras para pesquisa de resíduos.

No âmbito deste plano, foram efectuadas 164 colheitas em matadouro, 47 em animais vivos e 26 em leite cru, com todos os resultados obtidos até à data satisfatórios. (quadros n.ºs 20 a 22)

**Quadro n.º 20 – Plano de Pesquisa de Resíduos em Matadouro**

<b>Grupo de Substâncias</b>	<b>Compostos</b>	<b>Espécie</b>	<b>Matriz</b>	<b>N.º Colheitas</b>
Estilbenos	Vários	Bovinos	Musculo/ fígado	5
Antitiroídianos	Vários	Bovinos	Urina	3
Esteróides Gestagénicos Bovinos	Vários	Bovinos	Músculo / fígado + gordura	10
RAL	Vários	Bovinos	Músculo / fígado	5
Betagonistas	Vários	Bovinos	Fígado	20
		Suínos	Fígado	10
Substâncias inscritas no Anexo IV do Reg.2377	Cloranfenicol	Bovinos	Músculo	5
		Suínos	Músculo	5
		Frangos	Músculo	10
Inibidores microbianos	Vários	Bovinos	Músculo	15
		Suínos	Músculo	13
		Frangos	Músculo	10
Anti-helmínticos	Vários	Bovinos	Fígado	3
Anti-coccídios	Vários	Frangos	Fígado	5
Carbamatos e Piretroídes	Vários	Bovinos	Músculo	5
Tranquilizantes	Vários	Bovinos	Rim	5
		Suínos	Rim	10
Organoclorados	Vários	Bovinos	Gordura	5
		Frangos	Gordura	3
		Suínos	Gordura	5
Organofosforados	Vários	Bovinos	Fígado	5
		Suínos	Fígado	2
Micotoxinas	Vários	Suínos	Fígado	3
		Frangos	Fígado	2
<b>Total</b>				<b>164</b>

**Quadro n.º 21 – Plano de Pesquisa de Resíduos em Animais Vivos**

Grupo de Substâncias	Compostos	Espécie	Matriz	Totais		
Estilbenos	Vários	Bovinos	Urina	2		
Antitiroídianos	Vários	Bovinos	Urina	2		
Esteróides	Vários	Bovinos	Urina	2		
RAL	Vários	Bovinos	Urina	2		
Betagonistas	Vários	Bovinos	Urina	7		
			Alimento	5		
			Água	5		
		Suínos	Urina	0		
			Alimento	5		
			Água	5		
		Ovinos Caprinos	Alimento	0		
			Água	0		
		Frangos	Alimento	0		
			Água	0		
Substâncias inscritas no Anexo IV do Reg.2377	Cloranfenicol	Bovinos	Urina	2		
	Nitrofuranos	Bovinos	Alimento	1		
			Água	1		
		Suínos	Alimento	2		
			Água	2		
		Ovinos Caprinos	Alimento	0		
			Água	0		
		Frangos	Alimento	2		
			Água	2		
		Perus	Alimento	0		
			Água	0		
		Codornizes	Alimento	0		
			Água	0		
		Patos	Alimento	0		
			Água	0		
		Coelhos	Alimento	0		
			Água	0		
		<b>Total</b>				<b>47</b>

**Quadro n.º 22 – Plano de Pesquisa de Resíduos em Leite**

Grupo de Substâncias	Compostos	Espécie	Matriz	N.º Colheitas
Substâncias inscritas no Anexo IV do Reg. 2377	Cloranfenicol	Vaca	Leite	10
		Ovelha	Leite	0
		Cabra	Leite	0
Anti-helmínticos	Ivermectina	Vaca	Leite	10
	Benzimidazóis	Ovelha	Leite	0
		Cabra	Leite	0
Corticosteróides	Vários	Vaca	Leite	2
Organoclorados	Vários	Vaca	Leite	2
Micotoxinas	Vários	Vaca	Leite	2
		Ovelha	Leite	0
		Cabra	Leite	0
<b>Total</b>				<b>26</b>

### 3.2.7 Plano Estratégico Sectorial dos Resíduos Hospitalares

Segundo o Decreto-lei n.º 310/95, de 20 de Novembro, entende-se por resíduos hospitalares, os resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, tratamento e prevenção da doença, em seres humanos ou animais, e ainda as actividades de investigação relacionadas.

Os Resíduos Hospitalares estão classificados em quatro grupos (I, II, III, IV), sendo que os resíduos não perigosos estão englobados nos grupos I e II, e os resíduos perigosos nos grupos III e IV, conforme disposto no Despacho n.º 242/96 de 13 de Agosto.

Este diploma define ainda as condições aplicáveis ao acondicionamento, armazenamento, transporte e tratamento destes resíduos.

Compete a esta Divisão a recolha anual dos quantitativos de resíduos hospitalares produzidos nas unidades de prestação de cuidados de saúde e de investigação animal da Região e envio ao Centro Regional de Saúde Pública.

No quadro seguinte estão representados os dados relativos ao ano 2006. (quadro n.º 23)

**Quadro n.º 23 – Registo Anual de Resíduos Hospitalares**

<b>Estabelecimentos de Saúde Animal</b>	<b>Resíduos do Grupo I e II</b>	<b>Resíduos do Grupo III</b>	<b>Resíduos do Grupo IV</b>
Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo	2100 lts	1800 lts	120 lts
Consultório Veterinário - AUQMIA	118,8 kg	10 lts	50 lts
Ecovet - Consultório Veterinário	20 kg/semana	10 kg/ semana	10 kg/semana
Laboratório Regional de Veterinária	1500 kg	1000 kg	4000 kg
Sena & Bento - Consultório Veterinário	53,6 kg	60 lts	60 lts
SPAD - Sociedade Protectora dos Animais	28350 kg	6825 kg	27300 kg
VETFUNCHAL - Centro Médico Veterinário, Lda.	1800 kg	17160 lts	4800 lts
VETMÉDIS - Sociedade Veterinária, Lda.- Funchal	25 kg	50 kg	110 lts
VETMÉDIS - Sociedade Veterinária, Lda.- Machico	25 kg	75 kg	60 lts

### 3.2.8 Emissão de Certificados de Origem e Salubridade de Produtos de Origem Animal

De acordo com a legislação nacional e comunitária em vigor, a emissão, por parte dos Serviços Oficiais, de certificados de origem e salubridade para produtos de origem animal só é efectuada para determinados produtos sujeitos a requisitos específicos ou, quando o país ou empresa de destino o exige.

Assim, e uma vez que todas as empresas exportadoras possuem, ou utilizam, instalações possuidoras do número de controlo veterinário, só foram emitidos certificados de origem e salubridade quando os países ou empresas de destino da mercadoria os exigiram.

**Quadro n.º 24 – Saída da RAM de Pescado e Produtos da Pesca**

Designação do Produto	Peso em Kg.	Modo de Conservação		Destino
		Cong.	Refrig.	
Atum ( <i>Thunnus thynnus</i> )	48,0	X	-	Inglaterra, Dinamarca
Bacalhau ( <i>Gadus morhua</i> )	4,0	X	-	Inglaterra
Chicharro ( <i>Trachurus trachurus</i> )	4,0	X	-	Espanha
Gaiado ( <i>Katsuwonus pelantis</i> )	4,0	X	-	Inglaterra
Gata ( <i>Dalatias licha</i> )	4,0	X	-	Inglaterra
Lapa ( <i>Patella spp.</i> )	26,0	X	-	Espanha
Ovas de Espada	39,0	X	-	Inglaterra
Peixe-espada Preto ( <i>Aphanopus carbo</i> )	90,5	X	-	Canadá, Inglaterra, Espanha, Dinamarca
Peixe-agulha ( <i>Belone belone</i> )	35,0	X	-	Espanha
Pescada ( <i>Merluccius merluccius</i> )	3,0	X	-	Canadá
Polvo ( <i>Octopus spp.</i> )	2,5	X	-	Canadá
Salmão ( <i>Salmo salar</i> )	1,0	X	-	Inglaterra
<b>Total</b>	<b>261,0</b>			

Neste contexto, os valores apresentados não reflectem totalmente o volume de produtos de origem animal exportados pela

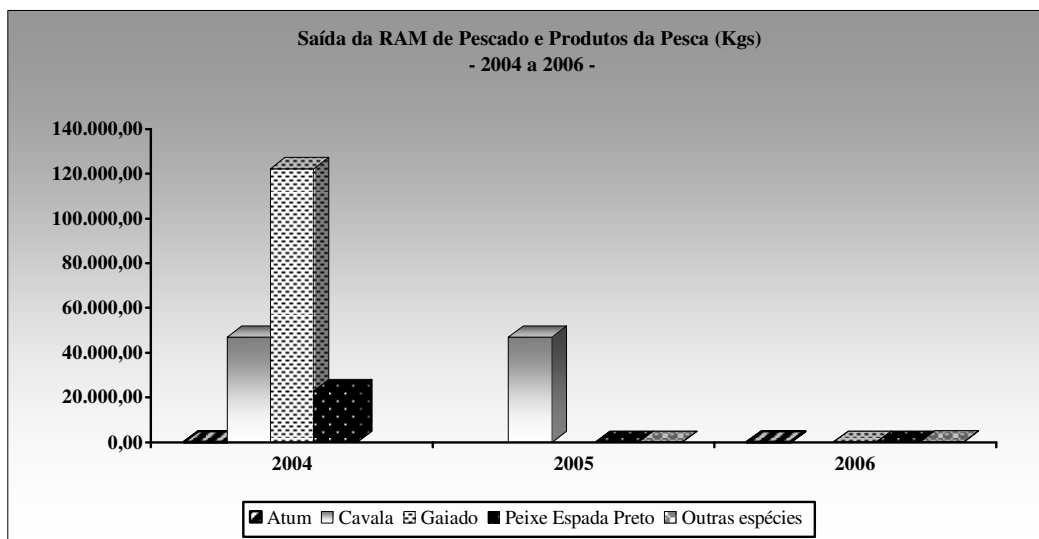
Região Autónoma da Madeira. No quadro n.º 24 estão representadas as saídas de pescado, por espécie e por país de destino, para as quais foi solicitado a emissão de um certificado sanitário.

Numa retrospectiva, podemos verificar que têm sucessivamente ao longo dos anos sido emitidos um menor número de certificados de origem e salubridade para o pescado e produtos da pesca (quadro n.º 25 e gráfico n.º 25)

**Quadro n.º 25 – Saída da RAM de Pescado e Produtos da Pesca (kg)**

Designação do Produto	2004	2005	2006
Atum ( <i>Thunnus thynnus</i> )	15,00	-	48,00
Cavala ( <i>Scomber scombrus</i> )	47.000,00	47.000,00	-
Gaiado ( <i>Katsuwonus pelantis</i> )	122.330,00	-	4,00
Peixe Espada Preto ( <i>Aphanopus carbo</i> )	23.012,00	70,00	90,50
Outras Espécies	-	13,72	118,50
<b>Total</b>	<b>192.357,00</b>	<b>47.083,72</b>	<b>261,00</b>

**Gráfico n.º 3 – Saída da RAM de Pescado e Produtos da Pesca**

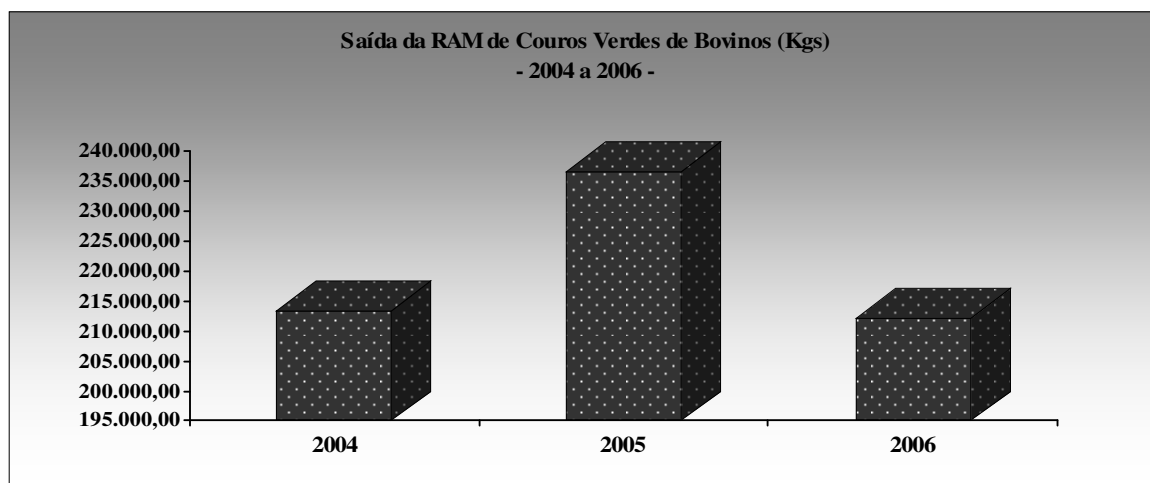


Registou-se ainda a saída de couros verdes de bovino para Portugal Continental. No gráfico n.º 4 estão expressos os dados relativos ao ano de 2006, no quadro n.º 26 é feita uma retrospectiva em relação aos últimos quatro anos.

**Quadro n.º 26 – Saída da RAM de Couros (kg)**

Designação do Produto	2004	2005	2006
Couros verdes salgados de bovino	213.400,00	236.800,00	212.100,00

**Gráfico n.º 4 – Saída da RAM de Couros Verdes de Bovinos**



### 3.2.8 Conclusões

- ◆ O ano de 2006 foi o ano da entrada em vigor do “Pacote da Higiene”, o que, em simultâneo com a reestruturação a nível Regional dos Serviços Veterinários, veio trazer nalgumas situações mudanças na planificação e execução de algumas actividades e planos de acção da Divisão, contudo sem que tenham sido descuradas as acções primordiais no âmbito da Saúde Pública;
- ◆ A livre circulação de géneros alimentícios seguros e sãos constitui um aspecto essencial no mercado interno e contribui para a saúde e bem-estar dos cidadãos, competindo ao operador, assegurar que não coloca no mercado géneros alimentícios que possam conter perigos para a saúde, e aos Serviços Oficiais instaurar controlos, em todas as fases da produção, transformação e distribuição dos géneros alimentícios, para auditar o grau de conformidade dos processos, no âmbito da legislação alimentar;
- ◆ Para tal, e face às competências atribuídas aos Serviços Oficiais pelos novos regulamentos, em matéria de segurança alimentar, torna-se imprescindível os Serviços garantirem formação adequada e actualizada ao pessoal encarregue de efectuar os controlos oficiais, por forma a que lhes permita exercer as suas funções com competência;
- ◆ Com vista a garantir a protecção da Saúde Pública, torna-se necessário dotar a Região de um laboratório capaz de fazer face à nova legislação alimentar e às exigências dos controlos oficiais, incluindo os controlos veterinários aplicáveis aos produtos de origem animal, oriundos da União Europeia e de Países Terceiros;
- ◆ Os controlos oficiais realizados na Região ao nível das empresas do sector alimentar, no intuito de verificar a observância dos requisitos da legislação alimentar, permitiram constatar que alguns operadores económicos não têm ainda instituído os pré-requisitos e o plano HACCP;
- ◆ Os requisitos do sistema HACCP são suficientemente flexíveis para serem aplicáveis em todas as situações, mesmo em empresas de pequena dimensão, como nalgumas existentes na Região. Assim, há necessidade dos operadores económicos investirem nestas metodologias, até porque de acordo com os novos regulamentos em matéria de segurança alimentar, têm a responsabilidade primária sobre a colocação dos produtos no mercado;
- ◆ Das visitas efectuadas denota-se igualmente alguma falta de formação dos operadores regionais para o adequado desempenho das suas funções, no que respeita às boas práticas de higiene e de fabrico e dos princípios do sistema de HACCP, verificando-se nalguns casos desconhecimento quanto à legislação nesta área, o que demonstra a necessidade de reforçar as acções de controlo aos estabelecimentos;
- ◆ É ainda da competência dos operadores económicos dar garantias quanto à rastreabilidade dos géneros alimentícios, elemento essencial para garantir a segurança dos mesmos, permitindo ainda fornecer ao consumidor uma base de escolha quanto aos géneros alimentícios que consome;
- ◆ Realçamos os resultados negativos obtidos a nível do plano nacional de pesquisa de resíduos, bem como os resultados globalmente satisfatórios obtidos, aquando do controlo analítico dos produtos de origem animal, produzidos na Região;
- ◆ Relativamente ao controlo analítico do leite cru verifica-se a necessidade de uma abordagem urgente quanto ao futuro deste sector a nível regional, uma vez que conforme já tem sido verificado em anos anteriores, os resultados obtidos reflectem uma má qualidade higiénica do mesmo, embora sem presença de resíduos de antibióticos;
- ◆ De referir que no decurso do ano de 2006, não se registaram entradas de mercadorias com carácter comercial pelo PIF – Aeroporto da Madeira, embora esteja autorizado à

recepção de produtos de origem animal para consumo humano e de outros produtos, assim como de outros animais vivos, conforme definido na Decisão 2001/881/CE, e demais alterações.

- ◆ Ao nível do PIF – Aeroporto da Madeira, os controlos veterinários restringiram-se à entrada sem carácter comercial, de animais de companhia, cães e gatos, que acompanham os seus proprietários, não havendo obrigatoriedade de aviso prévio de chegada. Dado ser imprevisível a sua chegada, e por se verificar que na maioria das vezes estas situações ocorrem aos fins-de-semana, salientamos a importância de um serviço de prevenção a funcionar nesses dias;
- ◆ Constituinte a raiva um perigo para a Saúde Pública e dado o elevado risco de introdução da mesma na Comunidade Europeia, por animais provenientes de países ou partes de países que não dão garantias quanto a esta zoonose, torna-se também imprescindível dotar a Região de uma quarentena oficial para os animais de companhia, provenientes destes países terceiros, que não satisfaçam as exigências estabelecidas pelo Regulamento (CE) n.º 998/2003, de 26 de Maio.
- ◆ A entrada de mercadorias por via marítima, passou a efectuar-se pelo Porto do Caniçal e não através do Porto do Funchal, sendo actualmente este o porto comercial da Região;
- ◆ No ano 2006 foram mantidos os procedimentos e actuações até então efectuados ao nível do posto de inspecção do Porto do Funchal, estando por isso garantidos os controlos veterinários efectuados às mercadorias provenientes de países terceiros e assegurada a articulação com as demais entidades envolvidas na importação destas mercadorias;
- ◆ No PIF – Porto e em relação aos anos transactos é de salientar o aumento registado no número de contentores e tonelagem entrados na Região provenientes de Países Terceiros;
- ◆ Com a construção do novo Posto de Inspeção Fronteiriço, localizado no Caniçal, julgamos ter reunidas as condições estruturais e funcionais, para que no ano de 2007, se dê a transferência destes serviços para as novas instalações, por forma a que os procedimentos se façam de acordo com as determinações comunitárias e nacionais em vigor nesta matéria;
- ◆ É imprescindível para a plena execução dos controlos oficiais, uma maior disponibilidade de meios humanos e materiais, nomeadamente, viaturas.

### **3.3 Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações**

Ao Chefe de Divisão de Identificação Animal e Registo de Explorações, no desempenho das suas funções, compete-lhe propor a adopção de medidas no âmbito das actividades e atribuições da DSPV e colaborar com o Director de Serviços no delinear da estratégia de desenvolvimento no âmbito das suas competências.

No que concerne aos sistemas de identificação animal, o Chefe de Divisão acredita os agentes identificadores, promove e aplica sistemas de identificação animal de espécies pecuárias, coordena e controla os procedimentos técnicos e informáticos que regem os programas de identificação animal de espécies pecuárias e que, por sua vez, gerem o Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos (SNIRB).

Em relação aos aspectos burocráticos, o Chefe de Divisão concebe, emite e controla a documentação referente à identificação e circulação de animais de espécies pecuárias em colaboração com outras entidades.

### 3.3.1 Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos – SNIRB

#### Actividades Relevantes

A 28 de Março, uma equipa de formadores pertencente à Direcção Geral de Veterinária, Dr.<sup>a</sup> Heloísa D'Álmeida e Dr.<sup>a</sup> Frederica D'Éspiney, deslocaram-se a esta Direcção Regional com o objectivo de formar equipas de Controlos SNIRB.

Em Maio, solicitou-se à Direcção Geral de Veterinária esclarecimento sobre:

- O preenchimento do RED, nas colunas 7 e 10 uma vez que, na Região não são utilizadas guias de trânsito;
- A obrigatoriedade de aplicação de carimbos, na recepção dos documentos de suporte ao SNIRB.

Como consequência deste pedido de esclarecimento, fomos informados de que:

- “Inicialmente as colunas 7 e 10 do RED dos bovinos destinavam-se à inscrição das guias de trânsito, também no continente se generalizou e é aceite a identificação (n.º) da declaração de deslocações que suportou o movimento de cada bovino;
- Será de toda a conveniência a harmonização de procedimentos entre os PI das Confederações e os PI dos Serviços Oficiais, sobretudo quando responsáveis pelas mesmas tarefas, e tanto mais quando por vezes se torna necessário confirmar/validar os elementos constantes na base de dados recorrendo aos documentos em arquivo.

Assim, em toda a documentação (bem como nas cópias/vias destinadas aos detentores) recepcionada pelos Serviços deverá ser aposto um carimbo que identifique o Serviço e a data de recepção do documento.”

No mês de Maio, solicitaram-se 4 utilizadores com acesso consulta, os quais, foram atribuídos à Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Em Setembro, solicitou-se e foi-nos atribuído a integração de um técnico como utilizador do matadouro – CARAM-EPE, Calheta e Porto Moniz, pertencente ao Centro da Abate da Região Autónoma da Madeira – EPE., com acesso Consulta, Inserção e Alteração.

No mês de Outubro, o Posto de Recolha Informática do Porto Moniz – **D90400**, sofreu uma avaria grave, resultante de uma descarga eléctrica proveniente de uma tempestade, ficando inoperacional.

A partir dessa data, como consequência desta avaria, toda a documentação que envolve a identificação, registo e circulação de bovinos, tem sido inserida no Posto de Recolha Informática da Direcção Regional de Veterinária – PI **D90300**.

No mês de Novembro iniciaram-se aos Controlos SNIRB 2006, previamente marcados pela Direcção Geral de Veterinária. Colocaram-se em campo duas equipas de controladores, formadas por um elemento de cada uma das Direcções Regionais de Veterinária e da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No mês de Dezembro, solicitou-se e foi atribuída a integração de um técnico como utilizador, pertencente à Direcção Regional de Veterinária, com o tipo de acesso Consulta, Inserção e Alteração.



## Condicionalidade – Controlos

Qualquer agricultor que beneficie de pagamentos directos deve respeitar os requisitos legais de gestão nos seguintes domínios:

- Saúde pública, saúde animal e fitossanidade;
- Ambiente;
- Bem-estar dos animais.

A 28 de Março, a equipa de formadores pertencente à Direcção Geral de Veterinária e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola/Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas, constituída pela Dr.<sup>a</sup> Frederica D'Éspiney, Eng. Hugo Piteira e Dr.<sup>a</sup> Cristina Evangelista, deslocaram-se a esta Direcção Regional com o objectivo de formar equipas de Controlos para Condicionalidade.

Em Abril a Direcção Regional de Veterinária, em parceria com a Direcção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, formou e colocou em campo 4 equipas de controlo para a condicionalidade 2005.

No mês de Maio, solicitou-se e foi atribuída a integração de dois técnicos como utilizadores do sistema *iSinga* para a recolha, inserção e validação dos controlos da condicionalidade de 2005.

Durante os meses de Novembro e Dezembro realizaram-se os controlos da Condicionalidade de 2006, com duas equipas de controladores, formadas por um elemento de cada uma das Direcções Regionais de Veterinária e da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**Quadro n.º 1** – Representa os controlos da Condicionalidade 2005

Concelhos	Controlos Efectuados	Número de Animais Controlados	
		Bovinos	Ovinos/caprinos
Funchal	12	143	428
Câmara de Lobos	2	0	-
Ribeira Brava	10	21	-
Ponta do Sol	3	19	-
Calheta	44	162	-
Porto Moniz	8	37	-
S. Vicente	1	7	-
Santana	8	10	190
Machico	7	4	-
Santa Cruz	11	15	20
Porto Santo	2	10	70
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>428</b>	<b>708</b>

**Quadro n.º 2** – Representa os Controlos da Condicionalidade 2006

Concelhos	Controlos Efectuados	Número de Animais Controlados	
		Bovinos	Ovinos/caprinos
Funchal	7	79	83
Câmara de Lobos	3	106	-
Ribeira Brava	12	66	-
Ponta do Sol	11	96	-
Calheta	35	235	-
Porto Moniz	9	99	-
S. Vicente	2	43	-
Santana	8	52	125
Machico	4	4	-
Santa Cruz	12	442	19
Porto Santo	2	10	59
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>1.232</b>	<b>286</b>

**Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal – SNIRA**

**Quadro n.º 3** – Representa os Valores Registados no SNIRA- Ovinos/Caprinos

Concelhos	Entidades	Explorações	Espécie	Reprodutores	Outros - Engorda	Total
Funchal	8	8	Ovinos	75	39	<b>114</b>
			Caprinos	7	5	<b>12</b>
Câmara Lobos	6	6	Ovinos	11	7	<b>18</b>
			Caprinos	0	0	<b>0</b>
Ribeira Brava	1	1	Ovinos	0	0	<b>0</b>
			Caprinos	2	0	<b>2</b>
São Vicente	1	1	Ovinos	2	2	<b>4</b>
			Caprinos	0	0	<b>0</b>
Santana	3	3	Ovinos	4	0	<b>4</b>
			Caprinos	6	4	<b>10</b>
Santa Cruz	2	2	Ovinos	3	3	<b>6</b>
			Caprinos	2	12	<b>14</b>
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>21</b>		<b>112</b>	<b>72</b>	<b>184</b>

**Quadro n.º 4** – Representa os Valores Registados no SNIRA – Suínos

Concelhos	Entidades	Explorações	Reprodutores	Outros - Engorda	Total
Funchal	3	3	1	19	<b>20</b>
Porto Moniz	1	1	3	30	<b>33</b>
Santa Cruz	2	2	5	40	<b>45</b>
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>89</b>	<b>98</b>

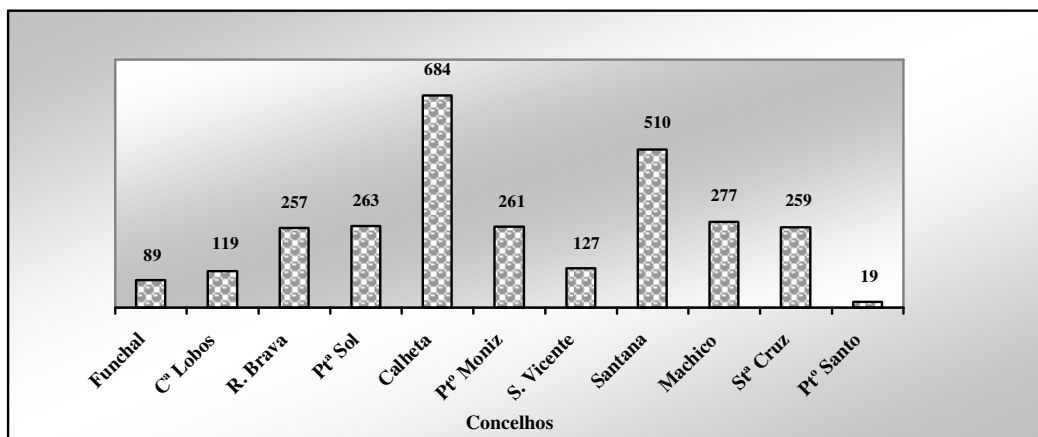
### 3.3.2 Caracterização do Efectivo Bovino na RAM – SNIRB

#### Explorações de Bovinos

Verifica-se que o número máximo de explorações, acontece no Concelho da Calheta (684 exp.) e o número mínimo no Concelho do Porto Santo (19 exp.), ver Gráfico n.º 1. Em média, existem aproximadamente 260 explorações por concelho.

O número actual de explorações na RAM com bovinos, é de 1.666.

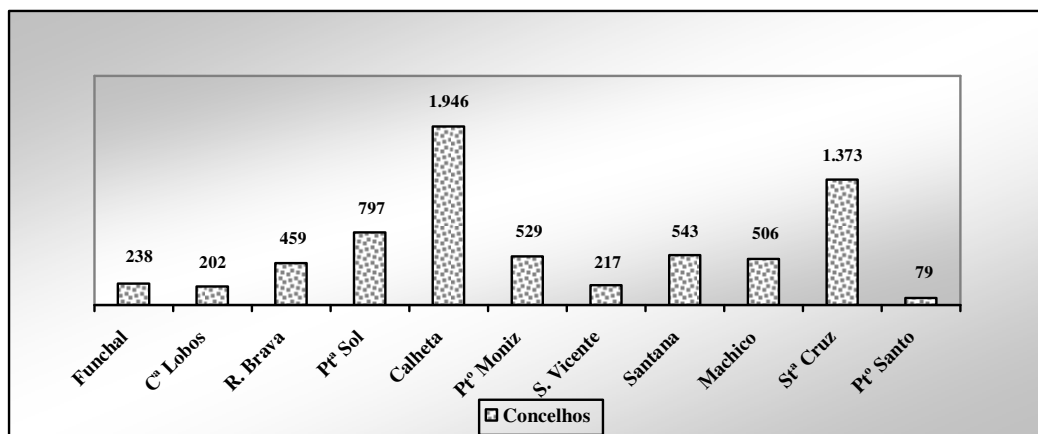
Gráfico n.º 1 – Explorações de Bovinos por Concelho



#### Efectivo Bovinos

À semelhança do ano anterior, é no Concelho da Calheta que se regista o maior efectivo de bovinos (1.946 animais), sendo o Concelho do Porto Santo onde se verifica menor número de bovinos (79 animais), ver gráfico n.º 2. A média aproximada de bovinos por concelho é de 626 animais.

Gráfico n.º 2 – Bovinos por Concelho



### **Bovinos/Explorações**

Ao relacionar o número de bovinos com o número de explorações por cada concelho, conclui-se que a média de bovinos por exploração mais elevada acontece no Concelho de Santa Cruz (5.30).

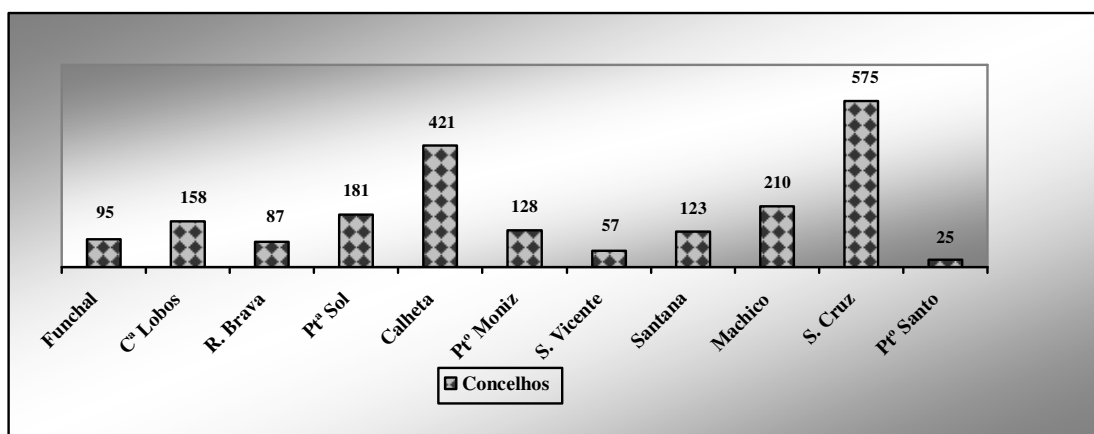
A média de bovinos por exploração mais baixa sucede no Concelho de Santana (1.06).

### **Número de Nascimento**

O maior número de nascimentos pertence ao Concelho de Santa Cruz (575 nascimentos), gráfico n.º 3. O Concelho de Porto Santo possui o número mais baixo de nascimentos (25 nascimentos). No total, registaram-se 2.060 nascimentos na RAM.

A média de nascimentos por exploração mais elevado ocorre no Concelho de Santa Cruz (2.22 nascimentos/exploração). Por outro lado, é no Concelho de Santana onde se regista a média de nascimentos por exploração mais baixo (0.24 nascimentos/exploração).

**Gráfico n.º 3 – Nascimento de Bovinos por Concelho**

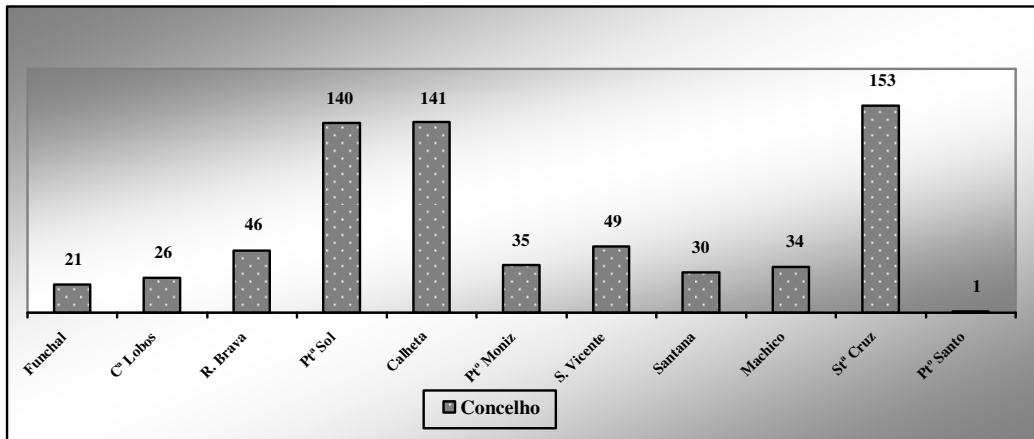


### **Bovinos Mortos na Exploração**

Da análise do Gráfico 4, constata-se que o maior número de bovinos mortos na exploração, verifica-se no Concelho de Santa Cruz (153 mortos na exploração). No Concelho do Porto Santo acontece o número mais baixo de bovinos mortos na exploração (1 morto na exploração). No total, registaram-se 676 mortos na exploração na RAM.

Deste modo, a média mais elevada verifica-se no Concelho de Santa Cruz (0.59 mortos/exploração), pertencendo ao Concelho de Porto Santo a média mais baixa de bovinos mortos por exploração (0.05 mortos/exploração).

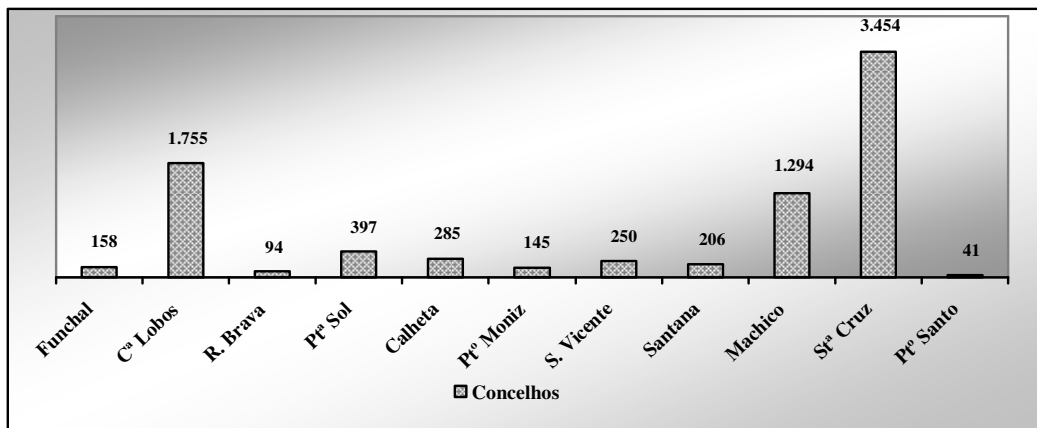
**Gráfico n.º 4 – Bovinos Mortos na Exploração por Concelho**



### Bovinos Abatidos por Concelho

Foi no Concelho de Santa Cruz onde ocorreu o maior número de abates (3.454 abates). No Concelho do Porto Santo registou-se o menor número de abates (41 abates). (gráfico n.º 5).

**Gráfico n.º 5 – Número de Animais Abatidos por Concelho**



Estes valores foram fornecidos pela DGV, uma vez que a listagem obtida através do SNIRB apresenta valores incorrectos

### 3.3.3 Controlos às Explorações

O Decreto-Lei n.º 338/99 que aprova o Regulamento de Identificação, Registo e Circulação de Animais define, no seu artigo 11º relativo a “Controlos”, que a autoridade competente procederá a inspeções nas explorações e centros de agrupamento de bovinos.

As inspeções têm como objectivo controlar todos os aspectos relativos á identificação, registo e circulação de bovinos, nomeadamente, no que concerne a:

- Marcas auriculares;
- Passaportes;
- Livro de Registo da Exploração;

Número do efectivo;  
Toda a documentação relacionada com a base de dados.

### Número de Explorações Controladas

O número de explorações a controlar deve ser igual ou superior a 5% das explorações registadas no território nacional.

A marcação das explorações a inspecionar é efectuada pela Direcção Geral de Veterinária, de acordo com os seguintes critérios de análise:

- A – Número de Animais;
- B – Saúde Pública;
- C – Prémios Pagos;
- D – Alterações Significativas;
- E – Resultados das Inspeções Efectuadas em Anos Anteriores;
- F – Comunicação à Base de dados;
- G – Transgressões Sanitárias;
- H – Outras.

Os controlos decorreram, durante os meses de Novembro e Dezembro e abrangeram todos os animais da exploração.

Os critérios dos 44 controlos seleccionados foram: A – 15; C – 25 e E – 4.

Controlaram-se 1.54% do total de explorações existentes na RAM. O concelho com maior número de controlos efectuados foi em Ponta do Sol com 2.92%. No Concelho da Santana, acontece a percentagem mais baixa de explorações controladas (0.39%), quadro n.º 5.

#### Quadro n.º 5 – Controlos Efectuados às Explorações

Concelhos	N.º Controlos	N.º Explorações
Funchal	4	89
Câmara de Lobos	2	119
Ribeira Brava	4	257
Ponta do Sol	4	263
Calheta	20	684
Porto Moniz	3	261
S. Vicente	-	127
Santana	2	510
Machico	2	277
Santa Cruz	3	259
Porto Santo	-	19
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>2.865</b>

### Número de Bovinos Controlados

Controlaram-se 11.66 % do total de animais existentes na RAM. O concelho com maior número de animais controlados foi em Câmara de Lobos com 97.03%. No Concelho de Machico, acontece a percentagem mais baixa de animais controladas (1.19%), quadro n.º 6.

### Quadro n.º 6 – Controlos Efectuados aos Animais

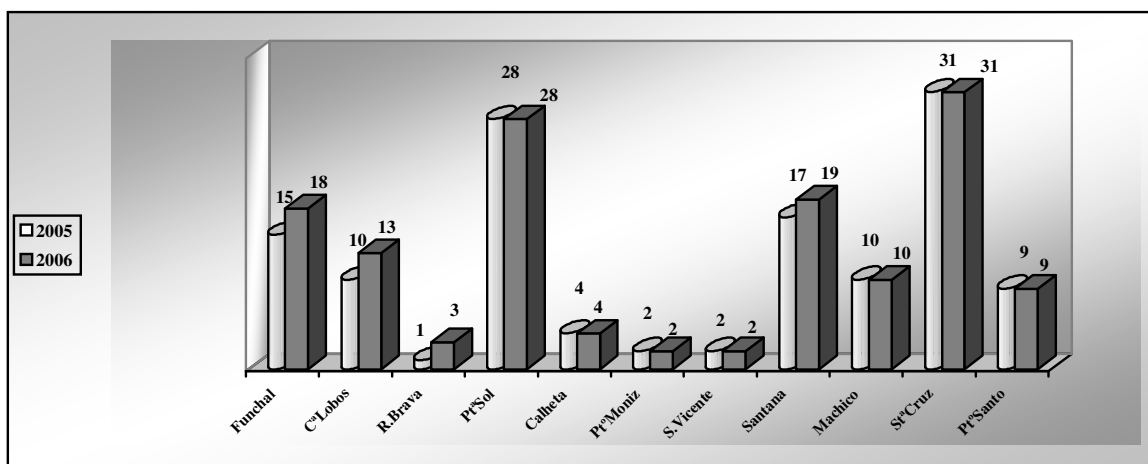
Concelhos	N.º Animais Controlos	N.º Total de Animais
Funchal	17	238
Câmara de Lobos	196	202
Ribeira Brava	37	459
Ponta do Sol	47	797
Calheta	148	1946
Porto Moniz	36	529
S. Vicente	-	217
Santana	13	543
Machico	6	506
Santa Cruz	303	1373
Porto Santo	-	79
<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>6.889</b>

### 3.3.4 Caracterização do Efectivo de Pequenos Ruminantes na RAM - SERVIA

#### Explorações de Ovinos

Ocorreu um aumento em número de 10, as explorações de ovinos existentes nos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Santana relativamente ao ano de 2005. Existe em média 12.6 explorações por concelho.

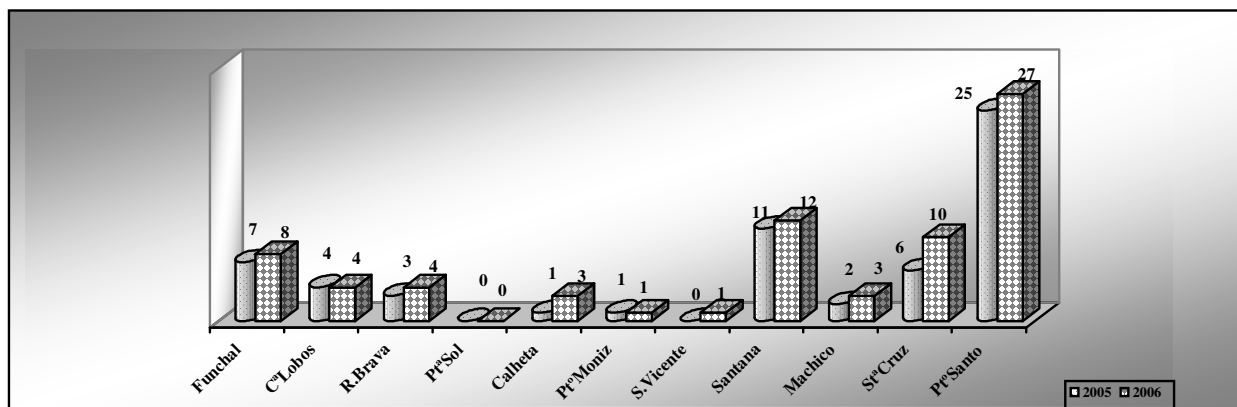
Gráfico n.º 7 – Explorações de Ovinos por Concelho



#### Explorações de Caprinos

Embora a criação de caprinos seja em menor quantidade, verifica-se um aumento de 14 explorações em relação ao ano de 2005. Existem, na RAM, 73 explorações de caprinos, com uma média aproximada de 6.6 explorações por concelho.

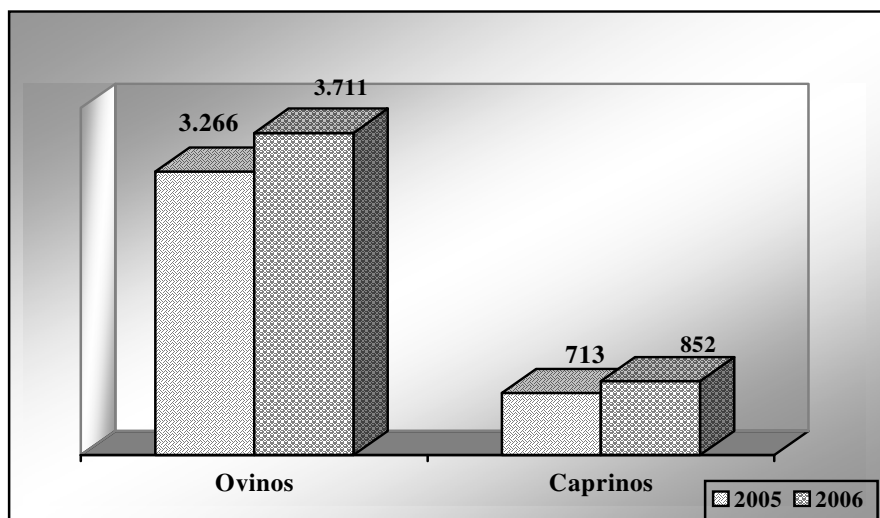
**Gráfico n.º 8 – Explorações de Caprinos por Concelho**



### Efectivo de Pequenos Ruminantes

Da observação do gráfico n.º 9, verifica-se um aumento significativo no efectivo de ovinos, relativamente ao ano anterior.

**Gráfico n.º 9 – Efectivo de Pequenos Ruminantes 2005 e 2006**



### Ovinos/Explorações

Ao relacionar o número de ovinos com o número de explorações por cada concelho, verifica-se que a média mais alta de ovinos por exploração acontece no concelho de Santana (61.47). A média mais baixa de ovinos por concelho acontece no concelho de Machico (2.80). Existem aproximadamente em média 337.7 ovinos por concelho.

### Caprinos/Explorações

Ao relacionar o número de caprinos com o número de explorações por cada concelho, verifica-se que a média mais alta de caprinos por exploração acontece no concelho de Santa Cruz

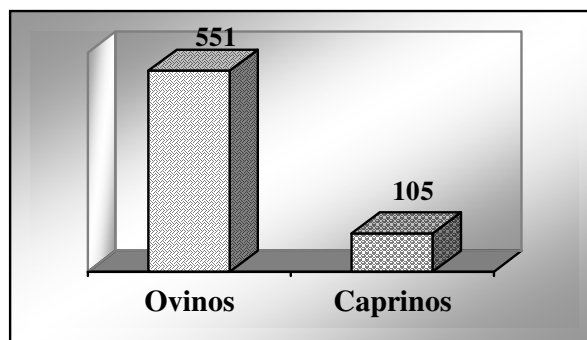


(21.10). A média mais baixa de caprinos por concelho acontece no concelho de Calheta (2.33). Existem aproximadamente em média 77.5 caprinos por concelho.

### Nascimentos de Pequenos Ruminantes

**Quadro n.º 7 e Gráfico n.º 10 – Nascimentos de Pequenos Ruminantes**

Concelhos	Ovinos	Caprinos
Funchal	168	9
Câmara de Lobos	7	-
Ribeira Brava	-	-
Ponta do Sol	8	-
Calheta	-	3
Porto Moniz	-	-
São Vicente	-	2
Santana	178	34
Machico	-	-
Santa Cruz	182	22
Porto Santo	8	35

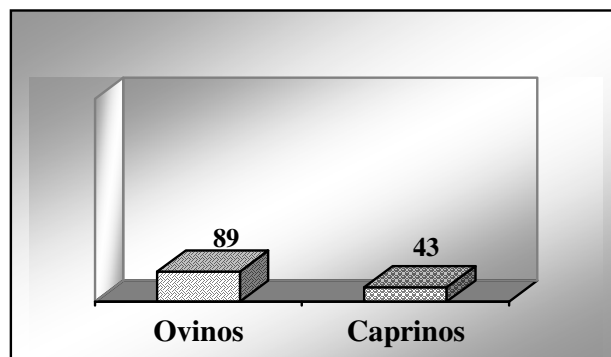


O maior número de pequenos ruminantes nascidos e identificados verifica-se nos concelhos de Santana (178 ov. e 34 cap.), Santa Cruz (182 ov. e 22 cap.) e Funchal (168 ov. e 9 cap.) Nasceram e identificaram-se em média 50.1 ovinos e 9.5 caprinos por concelho.

### Mortes de Pequenos Ruminantes

**Quadro n.º 8 e Gráfico n.º 11 – Mortes de Pequenos Ruminantes**

Concelhos	Ovinos	Caprinos
Funchal	44	11
Câmara de Lobos	3	1
Ribeira Brava	2	-
Ponta Sol	-	-
Calheta	2	1
Porto Moniz	-	-
São Vicente	-	-
Santana	16	9
Machico	-	-
Santa Cruz	10	1
Porto Santo	12	20



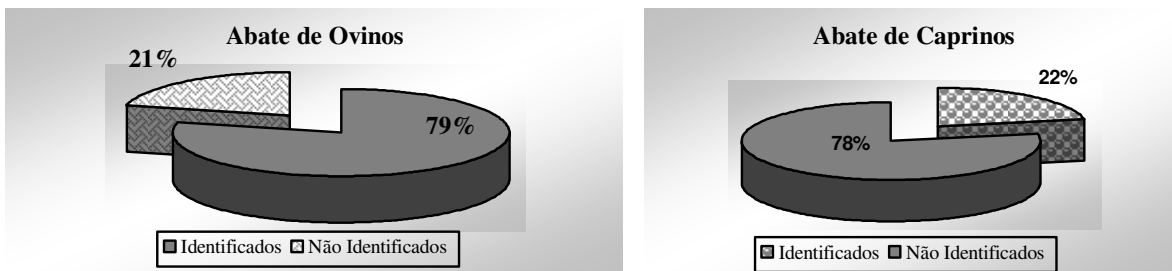
Foram nos concelhos do Funchal, Santana e Porto Santo, onde ocorreram mais mortes de ovinos e caprinos na exploração.

### Abates de Pequenos Ruminantes

Verifica-se que a percentagem de ovinos identificados abatidos (79 %), é superior à dos Caprinos (22%).

Dos 494 pequenos ruminantes abatidos na Região, 58% encontravam-se devidamente identificados.

Gráfico n.º 12 – Abates de Pequenos Ruminantes

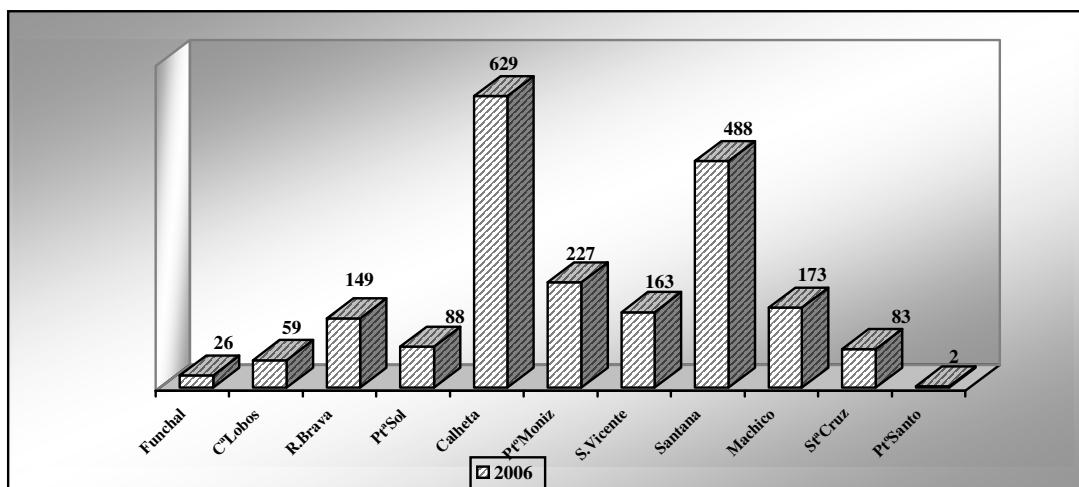


### 3.3.5 Caracterização do Efectivo de Suínos na RAM – SERVIA

#### Explorações de Suínos

As explorações de suínos estão registadas na Servia associadas a explorações de bovinos. Aquando do registo das explorações de bovinos, no inquérito efectuado perguntou-se sobre a existência de outras espécies pecuárias, para além de bovinos. Toda a exploração, madeirense possui sempre um porco, por este motivo, aconteceu uma quase justaposição entre as explorações de bovinos e suínos.

Gráfico n.º 13 – Explorações de Suínos



Verifica-se um maior número de explorações de suínos nos concelhos da Calheta e Santana, respectivamente com 629 e 488 explorações. No total existem 2087 explorações de suínos, e uma média de 189.7 explorações por concelho.

## Efectivo de Suínos Identificados Individualmente – SERVIA

Da observação do quadro 9, verifica-se que o maior número de suínos identificados pertencem aos concelhos do Funchal, Porto Moniz e Santa Cruz.

**Quadro n.º 9 – Efectivo de Suínos**

Concelhos	Suínos
Funchal	110
Câmara de Lobos	9
Ribeira Brava	40
Ponta Sol	0
Calheta	0
Porto Moniz	80
São Vicente	3
Santana	53
Machico	0
Santa Cruz	205
Porto Santo	12

## Suínos/Explorações

Ao relacionar o número de suínos com o número de explorações por cada concelho, verifica-se que a média mais alta de suínos por exploração acontece no concelho do Funchal (4.23). A média mais baixa de suínos por concelho acontece no concelho de São Vicente (0.02). Existem aproximadamente em média 46.5 suínos por concelho.

## Nascimentos de Suínos

**Quadro n.º 10 – Nascimentos de Suínos**

Concelhos	Suínos
Funchal	16
Câmara de Lobos	1
Ribeira Brava	40
Ponta Sol	0
Calheta	0
Porto Moniz	34
Santana	8
Machico	0
Santa Cruz	122
Porto Santo	0

O maior número de Suínos nascidos e identificados na Região ocorre nos concelhos de Santa Cruz (122.).

Em toda a região identificaram-se em média 20.4 suínos por concelho.

## **Mortes e Abates de Suínos**

A identificação de suínos na RAM está na fase de implementação, por este motivo não se registaram mortes e abates de suínos identificados.

### **3.3.6 Aspectos Condicionantes à Persecução dos Objectivos da DIARE**

Ao longo do ano de 2006, constataram-se condicionantes ao bom funcionamento desta Divisão, que manifestamente limitam a satisfação das atribuições e competências desta, as quais, cumpre-me especifica-las a seguir:

- 1) De Janeiro a Setembro de 2006, esta Divisão teve ao seu dispor apenas um técnico para a identificação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos, para os concelhos do Funchal, Câmara de Lobos; Ribeira Brava; Calheta, Porto do Moniz, São Vicente, Santana, Machico e Santa Cruz, uma vez que, o outro técnico encontrava-se de atestado médico.
- 2) Devido a inexistência de viaturas, sem a boa vontade da DRADR na disponibilização de viaturas e recursos humanos não teria sido possível a realização dos três tipos de controlos, Condicionalidade 2005, SNIRB 2006 e Condicionalidade 2006.
- 3) Durante os meses que decorreram os controlos, Abril, Maio e Novembro, não foram disponibilizados técnicos para a inserção dos dados no PI da DRV – D90300, dado que os técnicos que realizaram os controlos são os mesmos do PI.
- 4) Os técnicos utilizadores do sistema *iSinga*, não receberam qualquer tipo de formação para a emissão, recolha e validação dos controlos da Condicionalidade. Apenas lhes foram ministradas algumas noções acerca da base de dados via telefone.

## **Identificação de Suínos na RAM**

A matança do porco assume-se como uma tradição sócio-cultural de forte implantação centenária no agregado familiar madeirense que se insere no meio rural.

Deste modo, é frequente a existência de um suíno em cada casa madeirense rural que, será abatido pouco antes da época Natalícia.

Ora, a inadequação da documentação necessária para a identificação de apenas um suíno (RED; Declaração de Deslocações e Declaração de Nascimento/Morte) e de certas normas (abate no matadouro) definidas na legislação em vigor *Decreto-Lei n.º 142, 27 de Julho de 2006*, faz com que o criador de suínos assuma um comportamento de resistência em identificar um, dois ou três suínos que possa ter, dificultando assim a identificação.

## **3.4 Centros de Atendimento Veterinário**

Os CAV são pequenas unidades orgânicas e funcionais que representam na sua área geográfica de influência os diversos serviços da DRV. Durante o ano de 2006 apenas o CAV do Funchal e o CAV do Porto Santo desenvolveu actividade, pois as restantes unidades previstas em outros três concelhos da região, nomeadamente Santana, Porto Moniz e Calheta não dispõem de logística adequada. Salienta-se no entanto que as obras de remodelação do imóvel designado para o CAV do Porto Moniz encontram-se praticamente concluídas, faltando apenas equipa-lo. Estima-se que esta estrutura possa entrar em funcionamento durante o ano que agora se inicia, pese embora as restrições anunciadas.

Na génese destas unidades orgânicas esteve sempre subjacente a intenção de aproximar da produção todas as prestações desenvolvidas por estes serviços, facilitando a vida aos produtores na medida em que seriam poupadas muitas deslocações aos serviços sedeados no Funchal. As obrigações administrativas impostas à produção são cada vez mais exigentes e em maior número, decorrentes da implementação de legislação vária. Ao longo dos últimos anos tentámos facilitar algumas questões recorrendo ao serviço dos técnicos profissionais sedeados nos concelhos rurais, o que se vem afigurando cada vez mais limitativo na medida em que muitos destes funcionários já se encontram aposentados, havendo mesmo concelhos que já não dispõem de nenhum técnico.

Na ausência destas estruturas funcionais, todo o serviço é assegurado pelos técnicos da sede da DRV, o que, nem sempre facilita o atendimento atempado, face à área geográfica de abrangência e às muitas limitações humanas e materiais com nos deparamos diariamente. Fica contudo aqui expresso que a intenção de “bem servir” está sempre presente no desenvolvimento das nossas tarefas.

Não obstante as limitações o CAV – Funchal, assim como o CAV do Porto Santo desenvolveram as suas actividades no âmbito das seguintes áreas:

- Assistência clínica aos animais de interesse pecuário em toda a região;
- Colaboração com as divisões da DSPV, nomeadamente ao nível da saúde e bem estar animal, registo e identificação animal e higiene pública veterinária;
- Colaboração com a DSIV sobretudo ao nível da inspecção veterinária;

A actividade dos centros de atendimento é mais expressiva no âmbito da clínica de animais de interesse pecuário, pois a carência desta actividade, desenvolvida pela a iniciativa privada é notória. Os médicos veterinários assistem os animais cobrando apenas a medicação utilizada conforme tabela aprovada por estes serviços. É de realçar que a aquisição destes produtos é feita pelos próprios.

Conforme poderemos constatar no quadro n.º 1, em 2006 foram assistidos 3649 animais, sendo a grande fatia destinada à prestação de cuidados de saúde a suínos seguida dos bovinos. No entanto, em muitas situações e de acordo com a patologia identificada é necessário equacionar visitas subsequentes aos mesmos animais o que traduz um aumento das nossas intervenções, conforme o expresso no quadro n.º 2.

A actividade clínica desenvolvida é sobretudo dedicada aos casos concretos de doença, a pedido expresso do produtor. No entanto é de salientar que as acções preventivas, nomeadamente ao nível das desparasitações, desempenham uma fatia importante da nossa acção, pois cada vez mais temos conseguido passar a mensagem que a prevenção é sempre uma mais valia na produção animal. (quadro n.º 3)

O acompanhamento sistemático da clínica da região ao nível da produção pecuária permite-nos constatar que grande parte das patologias encontradas nos nossos animais são fruto de regras de manejo desadequadas, sobretudo ao nível do manejo alimentar. Em parte esta situação tranquiliza-nos pois a ausência de patologias zoonóticas induz segurança se em última instância analisarmos a situação sobre o ponto de vista da saúde pública.

As patologias detectadas encontram-se resumidas, por espécie, nos quadros n.ºs 4, 5, 6 e 7.

Sendo o CAV do Porto Santo o único que, de acordo com os objectivos traçados para estas estruturas, funciona na sua plenitude, apresentamos o respectivo relatório em anexo.

**Quadro n.º 1 – Anual de Assistência Clínica  
(Animais assistidos)**

	Concelhos	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Totais
	Espécies												
<b>Total de Animais Assistidos</b>	Bovinos	204	15	33	41	41	65	289	18	62	46	4	<b>818</b>
	Ovinos	4	17	47	6	6	0	216	15	32	2	1	<b>346</b>
	Caprinos	17	41	28	8	8	0	298	5	45	22	14	<b>486</b>
	Suínos	389	153	78	275	275	85	17	249	201	238	152	<b>2.112</b>
	Equídeos	0	0	1	0	0	0	2	23	1	0	0	<b>27</b>
	Cunídeos	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>4</b>
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>614</b>
<b>Totais</b>	<b>614</b>	<b>226</b>	<b>191</b>	<b>330</b>	<b>330</b>	<b>150</b>	<b>822</b>	<b>310</b>	<b>342</b>	<b>308</b>	<b>171</b>	<b>3.794</b>	

**Quadro n.º 2 – Assistência Clínica – 2006  
(Intervenções efectuadas)**

	Concelhos	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Totais
	Espécies												
<b>Total de Intervenções efectuadas</b>	Bovinos	223	17	42	26	56	68	296	23	77	58	10	<b>896</b>
	Ovinos	5	17	51	14	6	0	221	16	35	2	1	<b>368</b>
	Caprinos	18	53	29	34	9	0	328	5	48	22	14	<b>560</b>
	Suínos	426	164	83	142	347	85	19	344	247	310	176	<b>2.343</b>
	Equídeos	0	0	1	0	0	0	8	23	3	0	0	<b>35</b>
	Cunídeos	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>4</b>
	Aves	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>Totais</b>	<b>672</b>	<b>251</b>	<b>210</b>	<b>216</b>	<b>418</b>	<b>153</b>	<b>872</b>	<b>411</b>	<b>411</b>	<b>392</b>	<b>201</b>	<b>4.207</b>	

**Quadro n.º 3 – Assistência Clínica**

	Concelhos	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Totais	
	Espécies													
<b>Total de Intervenções Efectuadas</b>	Bovinos	100	8	25	18	35	34	11	15	49	21	2	<b>318</b>	
	Ovinos	3	15	37	9	8	0	4	15	27	2	1	<b>121</b>	
	Caprinos	22	27	16	20	7	0	53	7	31	4	14	<b>201</b>	
	Suínos	223	99	22	84	141	59	9	148	89	90	118	<b>1.082</b>	
	Equídeos	1	0	1	0	0	0	2	0	1	0	0	<b>5</b>	
	Cunídeos	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>3</b>	
	Aves	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	<b>1</b>	
	<b>Totais</b>	<b>349</b>	<b>149</b>	<b>104</b>	<b>131</b>	<b>191</b>	<b>93</b>	<b>79</b>	<b>185</b>	<b>198</b>	<b>117</b>	<b>135</b>	<b>1.731</b>	
<b>N.º de Consultas de Acompanhamento /Tratamento</b>	Bovinos	19	2	9	4	15	3	7	5	15	12	6	<b>97</b>	
	Ovinos	1	0	4	4	0	0	5	1	3	0	0	<b>18</b>	
	Caprinos	1	12	1	8	1	0	30	0	3	0	0	<b>56</b>	
	Suínos	37	11	5	15	72	0	2	95	46	72	24	<b>379</b>	
	Equídeos	0	0	0	0	0	0	6	0	2	0	0	<b>8</b>	
	<b>Totais</b>	<b>58</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>88</b>	<b>3</b>	<b>50</b>	<b>101</b>	<b>69</b>	<b>84</b>	<b>30</b>	<b>558</b>	
<b>Ações Preventivas</b>	Desparasitações	Bovinos	136	6	9	6	9	41	279	3	15	26	1	<b>531</b>
		Ovinos	0	8	15	3	3	0	211	7	8	0	0	<b>255</b>
		Caprinos	6	13	15	12	2	0	264	4	19	18	5	<b>358</b>
		Suínos	196	50	8	62	41	64	0	25	68	150	76	<b>740</b>
	Aplicação de Ferro	Suínos	73	22	41	0	91	0	8	61	49	0	3	<b>348</b>
<b>Totais</b>	<b>411</b>	<b>99</b>	<b>88</b>	<b>83</b>	<b>146</b>	<b>105</b>	<b>762</b>	<b>100</b>	<b>159</b>	<b>194</b>	<b>85</b>	<b>2.232</b>		
<b>Castrações</b>	Suínos	5	7	23	1	0	1	0	51	11	0	9	<b>108</b>	
	Caprinos	0	6	2	1	0	0	5	0	1	0	0	<b>15</b>	
	<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>123</b>	

**Quadro n.º 4 – Assistência Clínica de Suínos**

<b>Concelhos</b>	<b>Calheta</b>	<b>Câmara de Lobos</b>	<b>Funchal</b>	<b>Machico</b>	<b>Ponta do Sol</b>	<b>Porto Moniz</b>	<b>Porto Santo</b>	<b>Ribeira Brava</b>	<b>Santa Cruz</b>	<b>Santana</b>	<b>São Vicente</b>	<b>Total Anual</b>
<b>Patologias</b>												
Intoxicação Alimentar	4	5	0	2	10	0	0	2	1	16	10	50
Enterite	19	17	0	8	4	7	0	23	12	2	2	94
Parasitismo Interno	10	0	1	2	3	4	0	5	0	2	21	48
Processos Bronco-pulmonares	105	34	2	37	36	38	0	23	17	30	20	342
Assistência ao Parto	0	4	1	0	0	0	0	1	1	0	0	7
Síndrome Mastite-Metrite Agalaxia (MMA)	0	1	2	1	3	0	0	1	4	0	1	13
Mamite	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Metrite	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Síndrome Stress Pós Parto	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	3
Prolapso Rectal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Luxações	3	2	0	3	7	0	0	2	3	0	0	20
Processos Articulares	4	4	0	3	2	0	0	4	3	2	9	31
Fracturas	2	2	0	1	1	0	0	3	2	1	8	20
Pododermatite	3	0	0	0	0	3	0	4	1	1	1	13
Dermatoses	22	11	4	4	7	2	0	5	6	0	0	61
Abcessos	1	2	0	2	1	0	0	3	1	1	0	11
Feridas	3	1	0	4	3	0	0	1	0	0	0	12
Otite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conjuntivite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doença dos Edemas	36	1	1	1	17	0	0	40	22	14	10	142
Mal Rubro	14	14	3	4	23	1	0	10	3	0	3	75
Hérnia Umbilical	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3
Parasitismo Externo	10	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	14
Indução de Cio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção Urinária	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Intoxicação por Produto Químico	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Indução do Parto	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Diagnóstico de Gestação	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Patologias sem Diagnóstico Definido	8	5	3	7	21	2	0	7	9	15	26	103
<b>Totais</b>	<b>245</b>	<b>105</b>	<b>21</b>	<b>81</b>	<b>141</b>	<b>57</b>	<b>0</b>	<b>137</b>	<b>92</b>	<b>84</b>	<b>111</b>	<b>1.074</b>
<b>N.º de Animais Doentes</b>	<b>211</b>	<b>101</b>	<b>21</b>	<b>78</b>	<b>148</b>	<b>54</b>	<b>0</b>	<b>132</b>	<b>90</b>	<b>84</b>	<b>85</b>	<b>1.004</b>

**Nota:** existem animais doentes que apresentam mais que uma patologia

### Quadro n.º 5 – Assistência Clínica de Bovinos

Concelhos Patologias	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Total Anual
Indigestão	13	0	3	1	3	4	0	2	3	0	1	30
Enterite	18	1	4	1	4	4	0	0	1	0	0	33
Processos Bronco-Pulmonares	19	4	7	5	1	14	0	3	7	3	0	63
Indução do Parto	1	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	4
Indução do Cio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diagnóstico de Gestação	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	3
Assistência ao Parto	2	0	0	0	0	2	0	1	2	1	0	8
Retenção de secundinas	8	0	1	2	3	1	0	1	1	0	2	19
Mamite	4	0	0	0	2	1	0	1	1	1	0	10
Metrite	1	0	1	0	4	0	0	0	1	0	0	7
Parésia Puerperal Hipocalcémica	0	0	1	0	1	0	0	1	3	0	0	6
Prolapso Uterino	2	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	5
Prolapso Vaginal	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	4
Luxação	1	0	4	0	2	0	0	0	6	1	0	14
Processos Articulares	3	1	1	1	2	1	0	0	0	3	0	12
Fracturas Ósseas	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4
Pododermatite	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	0	5
Dermatoses	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	4
Papilomatose	2	2	0	0	1	1	0	1	0	1	0	8
Conjuntivite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hematúria	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	3
Pericardite Traumática	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Reticulite Traumática	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Parasitismo Externo	4	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	8
Parasitismo Interno	1	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	5
Onfalite	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Feridas	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	5
Abcessos	2	0	0	0	1	0	0	0	1	4	1	9
Infecção Pós-Castração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reacção Anafilática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecção Urinária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Corpo Estr. ao Nível do Esófago	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Patologias sem diagnóstico definido	8	0	1	2	1	3	0	0	7	4	1	27
<b>Totais</b>	<b>98</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>47</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>300</b>
<b>N.º de Animais Doentes</b>	<b>95</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>45</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>291</b>

**Nota:** existem animais doentes que apresentam mais que uma patologia



**Quadro n.º 6 – Assistência Clínica de Caprinos**

Concelhos	Calheta	Câmara de Lobos	Funchal	Machico	Ponta do Sol	Porto Moniz	Porto Santo	Ribeira Brava	Santa Cruz	Santana	São Vicente	Total Anual
Indigestão	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	6
Enterite	2	6	4	6	4	0	0	2	5	0	1	30
Processos Bronco-Pulmonares	0	2	1	1	0	0	0	0	3	0	0	7
Parasitismo Interno	0	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	4
Assistência ao Parto	1	1	0	2	0	0	0	1	1	0	0	6
Mamite	3	1	1	3	1	0	0	2	1	0	1	13
Prolapso Vaginal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prolapso Uterino	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Retenção de secundinas	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Metrite	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Fracturas Ósseas	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	0	4
Processos Articulares	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3
Dermatoses	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Feridas	2	0	1	0	1	0	0	1	3	1	0	9
Abcessos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parasitismo Externo	0	1	0	2	0	0	0	0	3	0	0	6
Enterotoxémia	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Indução do Parto	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Hipocalcémia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diagnóstico de Gestação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Toxémia de Gestação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infeção Pós-Castração	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Intoxicação por Produto Químico	0	2	2	0	1	0	0	0	1	0	0	6
Hérnia Abdominal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Patologias sem Diagnóstico Definido	1	4	2	1	1	0	0	0	6	1	7	23
<b>Totais</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>34</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>134</b>
<b>Nº de Animais Doentes</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>32</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>129</b>

**Nota:** existem animais doentes que apresentam mais que uma patologia

**Quadro n.º 7 – Assistência Clínica de Ovinos**

<b>Concelhos</b>	<b>Calheta</b>	<b>Câmara de Lobos</b>	<b>Funchal</b>	<b>Machico</b>	<b>Ponta do Sol</b>	<b>Porto Moniz</b>	<b>Porto Santo</b>	<b>Ribeira Brava</b>	<b>Santa Cruz</b>	<b>Santana</b>	<b>São Vicente</b>	<b>Total Anual</b>
Indigestão	0	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Enterite	0	2	2	1	1	0	0	0	7	0	0	13
Processos Bronco-Pulmonares	1	0	18	1	0	0	0	7	7	0	0	34
Assistência ao Parto	0	1	2	1	0	0	0	1	1	0	0	6
Mamite	0	0	2	1	1	0	0	0	0	1	0	5
Metrite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos Articulares	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Dermatoses	0	0	3	0	2	0	0	0	0	0	0	5
Feridas	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	0	4
Enterotoxémia	1	0	1	2	1	0	0	0	1	0	0	6
Indução de Parto	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Toxémia de Gestação	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Conjuntivite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hipocalcémia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Retenção de secundinas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Fracturas	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4
Abcessos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anemia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diagnóstico de Gestação	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Parasitismo Interno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Luxação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Patologias sem diagnóstico definido	0	3	2	0	0	0	0	0	5	1	0	11
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>37</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>105</b>
<b>Nº de animais doentes</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>36</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>102</b>

**Nota:** existem animais doentes que apresentam mais que uma patologia

### 3.5 Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo

O Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo constitui uma unidade orgânica e funcional da Direcção Regional de Veterinária no Porto Santo que desenvolve actividades no âmbito da saúde e bem-estar animal, higiene pública veterinária, inspecção veterinária, identificação animal e registo de explorações e clínica de animais de companhia.

Em exercício desde Outubro de 2000 tem vindo a definir e a implementar os planos, programas e as medidas adoptadas pela Direcção Regional de Veterinária na região do Porto Santo.

Este relatório pretende apresentar as actividades desenvolvidas pelo Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo, adiante designado por CAVPS.

#### Saúde e bem-estar animal

No campo de acção da saúde e bem-estar animal o CAVPS desenvolveu diversas actividades ao longo do ano, nomeadamente:

- 1) Programa de vigilância e controlo de Brucelose, Leucose e Peripneumonia Bovina
- 2) Programa de vigilância e controlo de Brucelose de Pequenos Ruminantes
- 3) Monitorizações de Encefalopatia Espongiforme Bovina e Tremor Epizóotico
- 4) Assistência Clínica a Espécies Pecuárias
- 5) Assistência Clínica a Fauna Silvestre
- 6) Controlo de entradas e saídas de animais na região
- 7) Controlo de bem-estar animal
- 8) Plano de vigilância da gripe aviária

Segue-se uma breve descrição das actividades desenvolvidas.

#### Programa de vigilância e controlo da Brucelose, Leucose e Peripneumonia Bovina

Durante o ano de 2006 o CAVPS assegurou o controlo sanitário periódico e permanente às explorações pecuárias da região mediante a aplicação de programas de vigilância, controle e erradicação das doenças infecciosas e parasitárias dos animais, dos quais destacamos os programas referentes à Brucelose, Leucose e Peripneumonia.

No quadro n.º 1 é possível observar o número de animais e explorações sujeitas ao rastreio de Brucelose, Leucose e Peripneumonia no ano de 2006.

**Quadro n.º 1 – Rastreio de doenças nos Bovinos**

	<b>Brucelose</b>	<b>Leucose</b>	<b>Peripneumonia</b>
<b>Explorações</b>	9	9	9
<b>Animais</b>	23	23	9

#### Programa de Vigilância e Controlo da Brucelose em Pequenos Ruminantes

No ano de 2006 foi efectuado na região do Porto Santo o programa de controlo da brucelose ovina/caprina, no quadro n.º 2 é demonstrado o número de animais e de explorações sujeitas ao programa.

## Quadro n.º 2 – Rastreio de Brucelose nos pequenos ruminantes

	Brucelose
Explorações	2
Animais	129

Pretende-se no ano de 2007 efectuar o rastreio de Brucelose à totalidade do efectivo ovino e caprino na região. A existência de pequenas explorações muito dispersas e a falta de cooperação dos produtores têm condicionado as colheitas.

### Monitorização da Encefalopatia Espongiforme Bovina e Tremor Epizoótico

De acordo com a legislação em vigor os bovinos com idade superior a 24 meses e ovinos/caprinos com idade superior a 18 meses com morte na exploração, ou submetidos a abate especial de urgência devem ser sujeitos ao teste de detecção rápida da EEB ou TE.

O quadro 3 demonstra o número de mortes na exploração para o ano de 2006 na região do Porto Santo e o número de animais sujeitos a monitorização da encefalopatia espongiforme bovina e tremor epizoótico.

### Quadro n.º 3 - Número de Mortes na Exploração

	N.º Mortes na Exploração na Região Porto Santo	N.º de Animais Sujeitos a Monitorização
Bovinos com mais de 24 meses	1	1
Ovinos/caprinos com mais de 18 meses	11	10

### Assistência clínica a espécies pecuárias

O CAVPS mediante a solicitação dos produtores de animais de criação ministra cuidados médico veterinários, promovendo também acções de profilaxia e controlo de doenças infecto-contagiosas e parasitárias dos animais. Sempre na salvaguarda da saúde e bem-estar animal, implementa as acções contra as doenças transmissíveis aos animais e ao ser humano e em simultâneo efectua acções de educação sanitária.

O quadro n.º 4 ilustra o número de animais assistidos clinicamente e o carácter das intervenções efectuadas. No quadro n.º 5 é possível avaliar a incidência de patologias na região.

**Quadro n.º 4 – Assistência clínica 2006 região Porto Santo**

N.º de Consultas de Diagnóstico	Bovinos	11
	Ovinos	4
	Caprinos	48
	Suínos	9
	Asininos	2
	Aves	0
	<b>Total</b>	<b>74</b>
N.º de Tratamentos	Bovinos	7
	Ovinos	5
	Caprinos	29
	Suínos	2
	Asininos	5
	<b>Total</b>	<b>48</b>
Desparasitações	Bovinos	279
	Ovinos	125
	Caprinos	262
	Suínos	1
	<b>Total</b>	<b>667</b>
Aplicação Ferro	Suínos	8
Castrações	Caprinos	5

**Quadro n.º 5 - Distribuição da Incidência de Patologias por Espécie**


Patologia \ Espécie	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Asininos	Totais
	Numero					
Abcessos			1	1		2
Assistência ao Parto	1		3			4
Problema Dermatológico			7	2		9
Enterite	2	1	1			4
Índigestão	1		2			3
MMA				1		1
Parasitismo Interno			8			8
Processos Articulares	1		9			10
Processos Bronco Pulmonares	1	1	4			6
Retenção de secundinas	1					1
S/ Diagnostico Definido			1	2	1	4
Toxémia de Gestação			1			1
Problema Reprodutivo			2	1		3
Endocardite			1			1
Higroma	1					1
Traumatismo	1		7		1	9

## Assistência clínica a Fauna Silvestre

Durante o ano de 2006 o CAVPS proporcionou assistência a espécies silvestres que foram apresentadas para consulta por particulares. Os animais recolhidos, foram sujeitos aos cuidados médico veterinários primários no centro, que posteriormente fez a sua reintrodução no ambiente ou os encaminhou ao Parque Natural da Madeira para subsequente tratamento.

O quadro n.º 6 demonstra o número de animais assistidos clinicamente no Centro durante o ano de 2006.

**Quadro n.º 6 – Assistência Clínica 2006 Região Porto Santo**

 <b>Total de animais assistidos</b>	Aves de Rapina	2
	Aves Marinhas	5
	Leporídeos	1
	<b>Total</b>	<b>8</b>

## Controlo de entradas e saídas de animais de espécie pecuária na região

O CAVPS de acordo com a portaria n.º 54/93 que regulamenta a circulação de animais da espécie bovina, suína, ovina e caprina na região da Madeira, executa o controlo dos animais destas espécies que circulam entre a região do Porto Santo e a região da Madeira assim como emite e controla os certificados e outros documentos sanitários de acordo com a legislação em vigor.

O quadro n.º 7 testemunha o número de animais controlados na região.

**Quadro n.º 7 – Número de Animais Controlados na Região**

<b>Espécie</b>	<b>Funchal → Porto Santo</b>	<b>Continente → Porto Santo</b>	<b>Porto Santo → Funchal ou Continente</b>
Bovinos	31	0	0
Suínos	155	0	0
Caprinos	0	0	0
Ovinos	0	0	35
Pintos	400	0	4
Equinos	0	0	3
Asininos	0	0	1
Outras Aves	0	0	2
<b>Total</b>	<b>586</b>	<b>0</b>	<b>45</b>

## Controlo de bem-estar animal

No âmbito do bem-estar animal o centro promove, controla e fiscaliza o cumprimento das normas legais que regulamentam a protecção e bem-estar animal, habitat, alojamento, maneo, utilização, transporte e abate ou occisão.

O quadro n.º 8 certifica o número de animais e de explorações controladas no ano de 2006.

**Quadro n.º 8 – Número de Animais e de Explorações Controladas**

<b>Espécie Controlada</b>	<b>N.º de Animais Controlados</b>	<b>N.º de Explorações Controladas</b>
Galinhas Poedeiras em Bateria	<b>4.868</b>	<b>1</b>
Canídeos	<b>51</b>	<b>1</b>
Bovinos	<b>5</b>	<b>1</b>
Suínos	<b>25</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>4.949</b>	<b>4</b>

Durante o ano de 2006 foram também promovidas acções de educação de bem-estar animal junto dos detentores de animais das espécies caprina, bovina e suína aquando da sua solicitação no âmbito da assistência clínica. O quadro n.º 9 refere-se às explorações onde foram efectuadas acções de educação de bem-estar animal.

**Quadro n.º 9 – Explorações onde foram efectuadas acções de educação de bem-estar animal**

<b>Espécie</b>	<b>N.º de Animais</b>	<b>N.º de Explorações Sujeitas a Acções Educativas</b>
Caprinos/Ovinos	56	1
Bovinos	14	2
Suínos	35	2
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>5</b>

**Plano de Vigilância da Gripe Aviária**

No âmbito do conjunto de medidas de bio-segurança destinadas a reduzir o risco de transmissão de gripe aviária de alta patogenicidade, o CAVPS procedeu ao recenseamento de espécies avícolas na região do Porto Santo, quando solicitada por particulares. O quadro n.º 10 demonstra o número de animais e explorações cujo recenseamento foi efectuado no Centro de Atendimento Veterinário.

**Quadro n.º 10 – Número de Animais e Explorações cujo Recenseamento foi Efectuado no CAV**

<b>Espécie</b>	<b>N.º de Animais</b>	<b>N.º de Explorações</b>
Faisões	9	3
Frangos	164	9
Galinhas poedeiras	279	22
Galos	53	18
Patos	178	10
Patos bravos	2	1
Perdizes	4	1
Perus	29	2
Pombos	294	9
Pombos correio	180	2
Aves ornamentais	8	2
Aves exóticas	11	1
Outras	52	2
<b>Total</b>	<b>1.263</b>	<b>Total de explorações recenseadas 25</b>

Similarmente no âmbito do plano de prevenção da gripe aviária foram efectuadas colheitas em animais vivos para despiste do Vírus H5N1 que são apresentados no quadro n.º 11.

**Quadro n.º 11 – N.º de Animais e de Explorações Controladas**

<b>Espécie Controlada</b>	<b>N.º de Animais Controlados</b>	<b>N.º de Explorações Controladas</b>
Galinhas poedeiras em bateria*	20	1
Pombo	5	1
Peru	1	
Galinhas	11	
Papagaio	1	
Catatua	1	
Mainata	1	
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>2</b>

Foram igualmente recolhidas aves cuja morte foi comunicada por particulares ou entidades públicas, após inquérito preliminar às circunstâncias de morte de aves silvestres ou domésticas os cadáveres foram acondicionados e enviados ao Laboratório Regional de Veterinária para subsequente processamento. O quadro n.º 12 representa o número de colheitas.

**Quadro n.º 12 – N.º de Colheitas Efectuadas**

<b>Espécie Controlada (nome vulgar)</b>	<b>N.º de Colheitas</b>
Coruja	1
Gaivota	7
Garça	1
Pombo	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

### **Projecto PIIDAR Controlo das Carraças na Ilha do Porto Santo**

No ano de 2006, as acções efectuadas no âmbito do projecto compreenderam a avaliação periódica dos níveis de parasitismo no gado bovino, ovino e caprino, a avaliação da população de Ixodídeos no solo em áreas da região vocacionadas para o turismo e a aplicação de um ectoparasiticida a deltametrina a 0,75% formulada em solução para unção contínua “pour on”.

Ao longo dos anos tem sido assinalado um decréscimo na População de ixodídeos, situação que julgamos ser condicionada pelo controlo efectuado no gado bovino, ovino e caprino assim como pela limitação das áreas de pasto imposta na região e pelo decréscimo do número de cabeças de gado que tem sido registado.

O quadro n.º 13 e o quadro n.º 14 demonstram o número de bovinos e pequenos ruminantes respectivamente sujeitos ao controlo pela aplicação de Butox Pour on.



**Quadro n.º 13 – N.º de Bovinos Controlados com Butox Pour on**

Meses	N.º de Animais	N.º de Explorações
Janeiro	0	0
Fevereiro	23	7
Março	31	9
Abril	26	7
Maio	0	0
Junho	31	9
Julho	41	11
Agosto	37	9
Setembro	41	10
Outubro	2	1
Novembro	53	9
Dezembro	0	0
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>Total de deslocações 72</b>

**Quadro n.º 14 – N.º de Pequenos Ruminantes Controlados com Butox Pour on**

Meses	N.º de animais	Explorações
Julho	197	2
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>2</b>

### **Inspeção Veterinária**

#### **Inspeção Sanitária Matadouro do Porto Santo 2006**

È competência do CAVPS assegurar as acções de Inspeção higio-sanitária dos animais, carnes e outros produtos de origem animal destinados ao consumo público. Neste âmbito, o Médico Veterinário do CAVPS efectua a inspeção higio-sanitária, a classificação de carcaças e assegura a rotulagem das carnes destinadas ao consumo público, dos animais abatidos no Matadouro do Porto Santo.

No quadro n.º 15 é possível observar o n.º de animais abatidos na região e os totais de quilogramas aprovados e rejeitados.

**Quadro n.º 15 – Inspeção sanitária total de animais inspeccionados no Matadouro do Porto Santo**

Espécie	N.º de Animais Abatidos	N.º de Animais Rejeitados	Kg. Aprovados	Kg. Rejeitados
Bovinos	41	2	11.874	660
Suínos	72	0	5687	0
Ovinos	24	1	398	14
Caprinos	32	0	342	0
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>3</b>	<b>18.301</b>	<b>674</b>

### Matérias de risco especificadas/subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos

O matadouro do Porto Santo possui uma incineradora anexa às instalações do mesmo que permite uma eliminação eficaz das matérias de risco especificadas (MRE) e de subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos recolhidos no abate de bovinos e dos pequenos ruminantes.

O quadro n.º 16 ilustra os totais de quilogramas de MRES/material hígido produzidos na região cuja totalidade foi incinerada.

**Quadro n.º 16 – Produção Total de MRES/Material Hígido**

Matadouro do Porto Santo	Bovinos		Pequenos Ruminantes	
	M1 + M2	M3	M1 + M2	M3
MRE/ HIG	1.933	2.201	251	227

### Abates de bovinos de idade superior a trinta meses e ovinos/caprinos com idade superior a 18 meses

O CAVPS colabora nas medidas complementares às acções de inspecção higio-sanitária integradas nos programas de vigilância de doenças de carácter zoonótico. O matadouro do Porto Santo está autorizado para efectuar o abate de bovinos com mais de 30 meses e de ovinos/caprinos com mais de 18 meses, após o abate é efectuada uma colheita do tronco cerebral que é subsequentemente enviada ao Laboratório Regional de Veterinária para execução do teste de detecção rápida da encefalopatia espongiforme bovina ou tremor epizoótico.

### Abates de bovinos de idade superior a trinta meses

No quadro n.º 17 é demonstrado o n.º de animais com mais de trinta meses abatidos na região do Porto Santo e os resultados dos testes de detecção rápida de EEB aos quais os mesmos animais foram submetidos. Salientamos a inexistência de casos positivos.

**Quadro n.º 17 – N.º de Animais Abatidos com Mais de 30 Meses**

Meses	N.º de Animais	Kg.	N.º de Positivos	N.º de Negativos
Janeiro	1	287	0	1
Fevereiro	0	0	0	0
Março	0	0	0	0
Abril	0	0	0	0
Maiο	0	0	0	0
Junho	0	0	0	0
Julho	1	350	0	1
Agosto	1	313	0	1
Setembro	0	0	0	0
Outubro	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0
Dezembro	1	426	0	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1.376</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

### Abates de ovinos de idade superior a dezoito meses

Na tabela 18 é demonstrado o nº de ovinos com mais de dezoito meses abatidos na região do Porto Santo e os resultados dos testes de detecção rápida de TE aos quais os mesmos animais foram submetidos. Realçamos a ausência de casos positivos.

**Quadro n.º 18 – N.º de Ovinos abatidos com Mais de 18 Meses**

Meses	N.º de animais	Kg.	N.º de Positivos	N.º de Negativos
Abril	1	36	0	1
Junho	1	18	0	1
Julho	4	84	0	4
Agosto	1	29	0	1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>167</b>	<b>0</b>	<b>7</b>

### Abates de Caprinos de Idade Superior a Dezoito Meses

No quadro n.º 19 é demonstrado o n.º de caprinos com mais de dezoito meses abatidos na região do Porto Santo e os resultados dos testes de detecção rápida de TE realizados. Salientamos a carência de casos positivos.

**Quadro n.º 19 – N.º de Caprinos abatidos com Mais de 18 Meses**

Meses	N.º de Animais	Kg.	N.º de Positivos	N.º de Negativos
Março	1	17	0	1
Maior	2	38	0	2
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>55</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

### Identificação Animal

No campo de acção da identificação animal o CAVPS é responsável pela identificação dos animais da região, emite a documentação de identificação e circulação animal, actualiza informaticamente o Sistema Nacional de Identificação e Registo Bovino e fornece acompanhamento técnico do apoio financeiro aos riscos inerentes ao exercício da actividade agrícola no ramo pecuário. É de referir que em 2006 foi implementado o sistema de identificação, Registo e Circulação de Animais da Espécie Suína previsto no Decreto-Lei n.º 338/99 de 24 de Agosto.

O quadro n.º 20 apresenta o número de animais identificados na região do Porto Santo em 2006.

**Quadro n.º 20 – N.º de Animais Identificados**

Espécie	N.º de animais identificados
Bovina	17
Pequenos ruminantes	202
Suína	14
<b>Total</b>	<b>233</b>

O quadro n.º 21 Refere-se ao número de explorações visitadas na sequência da solicitação dos proprietários para efeitos de atribuição de código de exploração.

### Quadro n.º 21 – N.º de Explorações com atribuição de Códigos de Exploração

Espécie	Visitas técnicas	Códigos exploração Atribuídos
Suína	8	6
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>6</b>

### Higiene Pública Veterinária

O CAVPS intervém no controlo das condições hígio-técnico-sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos e equipamentos destinados ao abate, inspecção, laboração, manipulação, armazenagem, distribuição e venda produtos de origem animal e respectivos subprodutos.

O quadro n.º 22 refere os estabelecimentos e viaturas aos quais foram efectuadas visitas técnicas no ano de 2006.

### Quadro n.º 22 – N.º de Visitas Técnicas

Estabelecimentos	Visitas Técnicas
Centro de inspecção e classificação de ovos	1
Sala de desmancha	1
Viatura de caixa isotérmica	1
Matadouro do Porto Santo	2
<b>Total</b>	<b>5</b>

Colabora também com a brigada de fiscalização das actividades económicas deslocada na região do Porto Santo para verificação de mercadoria, O quadro n.º 23 demonstra as actividades efectuadas a solicitação da mesma.

### Quadro n.º 23 – N.º de Controlos Efectuados a Mercadorias

Estabelecimento	Mercadoria	Quantidade
Lota do Porto Santo	Atum inteiro refrigerado	753 kg
Restaurante o Forno	Lombo de bovino refrigerado	12 kg
Restaurante o Forno	Costeleta de bovino refrigerada	1 kg
Restaurante o Forno	Cabeça de suíno congelada	5 kg
<b>Total</b>		<b>771 kg</b>

### Clínica de Pequenos Animais

O CAVPS possui um consultório cuja finalidade é facultar assistência clínica a todos os animais de companhia com excepção das espécies silvestres e economicamente exploradas para produção. As instalações e equipamentos são propriedade da Direcção Regional de Veterinária sendo a sua utilização da responsabilidade do Médico Veterinário que aí pratica a sua actividade clínica em regime de profissão liberal.

### Meios auxiliares de diagnóstico e Profilaxia

Entre as actividades desenvolvidas pelo consultório do CAVPS destacam-se as acções de profilaxia e a realização de exames complementares de diagnóstico. O Consultório tem capacidade para efectuar consultas de clínica geral, pequena cirurgia, profilaxia, radiologia e análises clínicas (citologia, hematologia, dermatologia, coprologia e parasitologia).

O quadro n.º 24 revela o número de animais de companhia assistidos clinicamente no ano de 2006.

#### Quadro n.º 24 – N.º de Animais de Companhia Assistidos

Espécie	Consultas Diagnóstico
Canídeos	520
Felinos	94
Outras	4
<b>Total</b>	<b>618</b>

#### Conclusões

Similarmente ao que tem acontecido em anos anteriores, a actividade pecuária na região do Porto Santo tem sofrido um declínio evidente, principalmente no que concerne á exploração bovina. O desenvolvimento da actividade na região está estagnado e só subsiste praticamente, devido ás poucas exigências dos mercados locais. Existe uma preferência do mercado local para o consumo de carne produzida na região situação que permite a manutenção da actividade. No entanto são cada vez menos os produtores de gado bovino na região mantendo-se praticamente inalterados os produtores de gado ovino e caprino. Este decréscimo pode ser atribuído a diversos factores tais como as dificuldades dos pequenos produtores em competir com as grandes empresas devido ao tipo de regime de exploração que neste momento pode ser efectuado na região. De facto a restrição das áreas de pasto definiu uma mudança no sector, á cerca de 5 anos o tipo de exploração era maioritariamente semi extensivo e neste momento tende a tornar-se intensivo, evoluindo para um conjunto de métodos de exploração á qual o pequeno produtor do Porto Santo não estava habituado e que tem dificuldade em adaptar-se. Com excepção do pequeno produtor que faz a engorda do seu animal para alguma ocasião particular, os restantes produtores tendem a enveredar pela recria e acabamento havendo uma diminuição do número de nascimentos na região. O Porto Santo com a sua característica dupla insularidade e com o seu problemático abastecimento dos mercados locais necessita manter uma actividade pecuária crescente que permita em situações de carência seja capaz de abastecer os locais de venda ao público.

Notou-se um acréscimo nos casos de parasitismo interno verificado quer a nível da assistência clínica ás espécies pecuárias quer a nível do número de rejeições parciais em Matadouro, de facto a restrição das áreas de pasto e as condições climatéricas poderão ter contribuído para esta condição, os animais estão confinados a áreas mais pequenas onde a reinfestação é frequente, apesar de se terem intensificado os esclarecimentos sobre a importância da desparasitação e a rotação de pasto a receptividade dos produtores não é grande e deve-se maioritariamente a motivos económicos.

Relativamente ao parasitismo externo temos notado um decréscimo substancial da população de ixodídeos, verificada através das diversas acções de vigilância desenvolvidas. 2006 exibiu uma boa colaboração dos produtores de gado bovino nas intervenções de controlo, a mudança de método de aplicação de ectoparasiticida e do princípio activo contribuiu para uma melhor aceitação e cooperação, traduzindo num menor numero de fêmeas viáveis e consequentemente um baixo nível de parasitas no meio ambiente. Relativamente aos produtores de gado caprino e ovino a aceitação é maior que no ano anterior mostrando-se no entanto aquém do desejado.

A intensificação das visitas técnicas ás explorações pecuárias tem permitido um maior contacto com os produtores de gado e consequentemente maior esclarecimento relativamente á saúde e bem estar animal, nota-se um crescente interesse dos produtores nas diversas vertentes da sua actividade que possam traduzir-se num melhor rendimento dos seus animais associados ao proporcionar de boas condições de desenvolvimento e bem estar.

Este contacto frequente permitiu também verificar as dificuldades que os pequenos produtores têm em cumprir com a legislação relativa á identificação, registo e circulação de

animais, a grande maioria não consegue efectuar o preenchimento dos impressos previstos na legislação o que traduz-se na frequente deslocação ao Centro de Atendimento Veterinário sempre que pretendam efectuar um movimento ou efectuar uma declaração. Nota-se um sentimento de insatisfação relativamente à “burocracia” necessária para manter apenas um ovino, caprino ou suíno na sua habitação para consumo próprio. Apesar dos produtores pretenderem cumprir com os requisitos obrigatórios muitos deles não o conseguem efectuar, não por falta de requisitos relativos às condições de exploração quer higio-sanitárias quer de bem-estar animal, mas porque carecem da documentação necessária.

Apresentamos alguns planos que pretendemos desenvolver no ano 2006 assim como sugestões de cooperação com diversas entidades que consideramos coadjuvar a acção do CAVPS na região:

- Implementar programa de vigilância da Mixomatose em leporídeos em conjunto com a Direcção Regional de Florestas de forma minimizar o risco da sua introdução na região do Porto Santo.
- Criar sessões de esclarecimento aos produtores de gado ovino, caprino e bovino sobre sistemas integrados de controlo de parasitismo que englobarão protocolos de desparasitação e modalidades de rotação de pasto exequíveis na região.
- Efectuar sessões de esclarecimento sobre o programa de vigilância da Gripe Aviária na região.
- Efectuar campanha de sensibilização de protecção e bem-estar animal em animais de companhia em cooperação com as escolas da região.
- Desenvolver acções de educação de bem-estar animal direccionadas aos criadores de gado ovino, bovino, caprino, equino e asinino.
- Efectuar o recenseamento do gado muar e criar métodos de apoio ao detentor destes animais de forma a preservar a espécie na região.
- Relativamente aos controlos de entrada e saídas de animais da região e aos controlos de mercadorias julgamos ser necessária rememorar às empresas de navegação que efectuam o transporte de animais e de mercadorias de e para o Porto Santo da documentação exigida pela legislação em vigor.
- Manter o controlo e vigilância das populações de Ixodídeos na ilha do Porto Santo.
- Criar um protocolo de cooperação com a Câmara Municipal do Porto Santo que permita uma rápida resposta do CAV-PS no licenciamento de estabelecimentos de comercialização de alimentos e produtos de origem animal assim como estabelecimentos de alojamento de animais de companhia para hospedagem sem fins lucrativos, com fins comerciais e com fins higiénicos.

## **4. Direcção de Serviços de Inspecção Veterinária**

### **Introdução**

A publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 31/2005/M veio redefinir estruturalmente a Direcção Regional de Veterinária, introduzindo alterações orgânicas em resposta ao acréscimo de competências e responsabilidades dos serviços oficiais e, concomitantemente, às preocupações, exigências e comportamentos da sociedade em geral e, em particular, dos segmentos de utentes, produtores e consumidores, sobretudo na envolvente da segurança alimentar.

Com esta visão, foi acrescentada a Direcção de Serviços de Inspecção Veterinária para melhor operacionalizar as atribuições da Direcção Regional de Veterinária, mormente no domínio dos controlos e fiscalização das condições de exploração, de posse, circulação dos animais, da produção, preparação e armazenagem de bens alimentares, das condições de funcionamento destas unidades e interacção com o mercado consumidor, bem mais exigente e criterioso com entrada dos diferentes regulamentos comunitários, vulgarmente apelidados de “pacote da higiene”.

Assim neste primeiro ano de actividade, esta Direcção de Serviços definiu, em função dos meios disponíveis, a proeminência da inspecção sanitária, a nível dos centros de abate e do pescado nas lotas, afectando a totalidade dos colegas, partilhando, indubitavelmente, a responsabilidade de garante, entre as muitas outras competências da Direcção Regional de Veterinária, dos trilhos da segurança alimentar e preservação da saúde pública.

As circunstâncias e requisitos da inspecção sanitária são altamente mobilizadores, absorventes e exigentes, aliadas às condições, por vezes deficientes, de funcionamento dos estabelecimentos, determinam uma constante permanência de quase todos os inspectores nestes mesmos centros, não deixando grande margem a alternativas de desenvolvimento de outras tarefas, menos prioritárias, é certo, mas não menos importantes. Se a esta dificuldade, adicionarmos o factor, assaz restritivo, dos meios de mobilidade, entender-se-á o fenómeno de tangibilidade dos objectivos a que nos propusemos para o decurso do ano de 2006.

Por outro lado, não se pode depreciar o carácter de transitoriedade entre os Serviços que levou a dar alguma continuidade a projectos, como aconteceu com o acompanhamento de execução da empreitada do Posto de Inspecção Fronteiriço, já em condições de funcionalidade. Haverá, agora, de diligenciar a etapa da homologação, junto da autoridade veterinária nacional e instâncias comunitárias, por forma a se obter a aceitação e publicação oficial.

Sendo o primeiro ano, tentámos alicerçar os pilares da Divisão de Fiscalização, embora com a noção real das dificuldades inerentes a um serviço novo, ausência de um quadro legal da carreira de inspector, a necessidade imperiosa de uma formação consentânea e específica à função desta Divisão.

Das tarefas exercidas, no pretérito ano, extraem-se um conjunto de dados, em vários quadros em anexo, que traduzem não só a acção desta Direcção de Serviços, como também tentam ilustrar comportamentos e evoluções de algumas estruturas e mercados.

No domínio da inspecção sanitária, temos de transmitir que se convive, no Centro de Abate do Santo da Serra, com um funcionamento descontínuo, em resultado de frequentes avarias, reflectindo-se na carga horária de laboração, debilitando a gestão dos recursos humanos, em especial em tempos de recrudescimento dos abates. Esta realidade cerceia um melhor aproveitamento dos médicos veterinários em outras tarefas, como seria desejável, limitando ou inviabilizando o acompanhamento do processamento de carnes nas salas de desmanche e acções de fiscalização.

No campo estrito da inspecção sanitária, teremos de referir a diminuição generalizada dos abates, na Região Autónoma da Madeira, no ano de 2006 comparativamente ao ano de 2005, com mais aguda expressão nos ovinos e caprinos, 28,40 e 18%, coelhos, 21,20% e em menor escala nos suínos e bovinos, respectivamente 7,50 e 1,80%. Os primeiros valores indiciam a tipologia das

explorações regionais que se caracteriza, e cada vez mais nítida, pela produção familiar, essencialmente destinada à própria satisfação do agregado e só, então, algum excedente é derramado pela rede de consumo.

Quanto aos porcos e bovinos, as variáveis serão inerentes à produção e a factores do consumo. Neste particular, importa salientar a robusta dependência externa do mercado regional em carne verde da produção pecuária açoriana, cifrando-se, no último ano, numa comparticipação de 90,80%, em que a parcela respeitante à permanência com mais 4 meses na RAM (*tempo epidemiológico*) é de 73,80% e de menos de 4 meses é de 16,40%, enquanto que, ao invés, o contributo local se fica pelos 8,80%, transmitindo a visibilidade do definhamento contínuo da produção regional. A demasia (1%) é dispersa por origens em países da comunidade em função da proveniência dos bovinos reprodutores, ao abrigo do Programa POSEIMA. Tudo isto num universo de 8.082 bovinos abatidos.

Curiosamente dos 41 bovinos abatidos, na Ilha do Porto Santo, cerca de 50% foram aí nados e criados. O factor casa pesa também nas espécies ovina e caprina.

Os elementos coligidos, em todas as áreas produtivas, apontam para uma tendência diminutiva nos múltiplas espécies da produção animal, tendo as aves como espécie divergente, no campo da carne, justificada pela entrada em funcionamento de um novo aviário que deu uma mais valia, 11,60%, ainda que em fase experimental. Porém, no sector dos ovos verifica-se um decréscimo da produção em 21,50%, em contraste com o ano transacto, em consequência da desactivação de dois aviários de função ovopoiética.

Registe-se também a evolução das remoções de coluna, este ano por volta dos 20%, por força das medidas de controlo e erradicação normalizadas para o caso das encefalopatias espongiiformes transmissíveis, assumindo, o mercado, a opção por animais cada vez mais novos, embora não desvalorizando a variável da oferta.

As análises sobre as rejeições e suas causas levam-nos à extracção de uma doença parasitária, como recorrente e prevacente, a Cisticercose bovina. A frequência e extensão são motivos para reflexão porquanto, para além das perdas económicas que ocasionam ao apresentante, na sua condição de produtor ou de comerciante, é um sério e grave problema em saúde pública. Esta situação é ainda relevada, pela inexistência de meios de diagnóstico, em vida, o que desespera os interessados, no seu combate e produção de carne. A situação é mais gravosa conquanto o mercado açoriano é uma fonte contaminada, muito embora de difícil reconhecimento, por parte dos expedidores e autoridades oficiais. A constatação da doença, somente na condição de carcaça, dificulta o diálogo e a aceitação desta lesiva doença.

As patologias detectadas, em matadouro, não assumem forte preocupação, pois situam-se mais no quadro infeccioso e menos no do contagioso, sem a expressão zoonótica. Resultam e espelham, no caso dos bovinos, as vicissitudes da origem, ou melhor, das díspares origens e produtores, como se retrata o mercado açoriano, bem como às condições e qualidade do transporte e, corolariamente, também às instalações, adaptação dos animais e seu maneiio, já nas explorações regionais.

Nas aves, a detecção de patologias, pelo Corpo de Inspectores, não insere nenhum quadro preocupante, tudo rodando em volta das condições da carga animal, apanha e prévio jejum ao abate. Assinala-se este confiante panorama nosológico regional, em contraste com as perplexidades face ao turbilhão assaltante da mediatização da gripe aviária, com incontornáveis perplexidades da população.

Uma referência para a qualidade sanitária do pescado, na RAM, bem patente no montante de rejeições verificadas nas lotas do Funchal e Caniçal que se traduzem num exígua percentagem 0,034%, para um total de pescado descarregado de valor aproximado às 7.500 toneladas.

A Divisão de Fiscalização Veterinária tem como objecto primordial da sua acção assegurar e vigiar o cumprimento do quadro legal em diferentes frentes das competências da Direcção Regional



de Veterinária e, bem assim, contrariar e sancionar o que de irregular e anormal for detectado ou conhecido, qualquer que seja a circunstância, o meio, o local e o fim.

Assim, se perspectiva, ontem e hoje, não ser fácil a dinâmica e a execução da actividade fiscalizadora. Independentemente dos meios disponíveis e preparação técnico-jurídica, exige bom senso, argúcia, equilíbrio, alguma parcimónia, entre outros vários arquétipos de actuação.

Desta interpretação pragmática, assume-se que a Divisão de Fiscalização representou mais a cena da solicitação do que da criação interventiva.

Daqui ressalta que, na área da fiscalização, a actuação da Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária, foi discreta e pouco incisiva, pela descontinuidade da sua acção e muito virada para o seu âmago como atestam os 207 controlos perpetrados no e sobre o sector da inspecção sanitária e um forte acompanhamento por parte da hierarquia, com deslocações, na mor das vezes, bissemanais, ao centro de abate.

Estes controlos foram desencadeados a fim de serem avaliadas as condições de bem estar no transporte para matadouro, da higiene geral dos estabelecimentos de abate, os requisitos das embarcações da pesca, de gestão e encaminhamento dos subprodutos de origem animal de não consumo humano, incluindo a vigilância dos materiais de risco especificados (MRE).

Razões organizativas e de metodologia de procedimentos, de ordem interna, fizeram submergir os planos gizados para uma acção fiscalizadora mais visível e consequente.

Apesar desta orientação, deu-se o registo de 25 processos de contra-ordenação, dos quais 20 gerados pela Direcção de Serviços de Protecção Veterinária, 3 pela Direcção de Serviços de Inspeção Veterinária, 2 pela Polícia de Segurança Pública. Refira-se ainda a remissão de 9 processos, pela Inspeção Regional das Actividades Económicas, para decisão e também a intervenção de cidadãos em 4 denúncias, das quais, após inquéritos sobre a matéria presumivelmente ilícita, originaram 2 processos contra-ordenacionais.

A instrução dos processos são fases demoradas, com especial dificuldade na notificação do infractor, não raras vezes, só possível com o recurso à Polícia de Segurança Pública e audições de arguido através da colaboração de Direcções Regionais do Continente e dos Açores. Acrescente-se que a cooperação dos notificados não é regulada por uma atitude prestante, o que sendo compreensível não é impulsor de celeridade, de produtividade e muito menos motivador.

As infracções versaram maioritariamente as ausências de registo, licenciamento e de vacinação anti-rábica de canídeos, transformando-se em concurso de infracções pelo que, todo o processo instrutório decorreu por esta Divisão. Em menor número, as condições de instalação, de bem estar animal e identificação em animais de produção e um por presença de resíduos de antibióticos em carcaça de bovino.

Dos 25 processos de contra ordenação, abertos e resultantes de auto de notícia interna e externamente, no decurso do ano de 2006, concluíram-se 10, correspondendo igual número de Decisões, das quais um foi alvo de execução, transitando 15 para continuidade processual.

A estas deliberações, temos de adir as Decisões concernentes a processos remetidos, pela Inspeção Regional das Actividades Económicas, sobre os quais foram emitidas Decisões, pelo Director Regional, materializadas em 2 admoestações, 4 arquivamentos, 1 coima e 2 em procedimento processual.

Por fim, aluda-se ao curso de formação na área do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas, levado a efeito pela Direcção Regional da Administração Pública, em colaboração com o Instituto Nacional de Administração, tendo como formador o ilustre Prof. Doutor Miguel Pedrosa, a que estiveram presentes quatro técnicos superiores, desta Direcção Regional, relevando-se o inquestionável interesse e mais valia para o conhecimento teórico e prático do direito, faseamento, execução de actos processuais, interpretação e interligação do quadro sancionatório. Bom seria que fosse proporcionada a oportunidade de uma reciclagem e debate das diferentes experiências adquiridas por todos aqueles que, efectivamente, fazem exercício destes conhecimentos a diferentes níveis do processo.

## 4.1 Divisão de Inspeção Sanitária

### 4.1.1 Inspeção Higio-Sanitária dos Animais de Talho

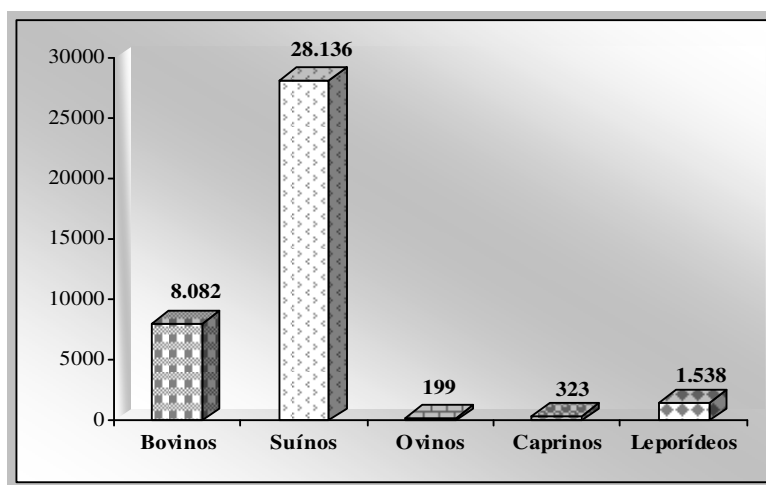
No ano transacto o Governo Regional criou uma entidade pública empresarial CARAM-Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., (CARAM- EPE) à qual é cometida a exploração do Centro de Abate do Santo da Serra (CASS), o Centro de Abate do Porto Santo (CAPS), bem como, todos os centros de abate de natureza pública. O matadouro da Calheta, foi desactivado em Fevereiro de 2006, pelo que os dados apresentados neste relatório se referem apenas ao mês de Janeiro.

A actual rede de abate é composta pelo Centro de Abate do Santo da Serra situado no concelho de Santa Cruz e o Centro de Abate do Porto Santo.

A Inspeção higio-sanitária é efectuada nestes centros de abate, por médicos veterinários pertencentes ao quadro da Direcção Regional de Veterinária.

Em 2006 foram abatidos e inspeccionados nos centros de abate da RAM 38.278 animais (3.909.388,4kg), conforme é possível observar no gráfico e quadro n.º 1.

**Gráfico n.º 1 – Abates Efectuados nos Centros de Abate da RAM**



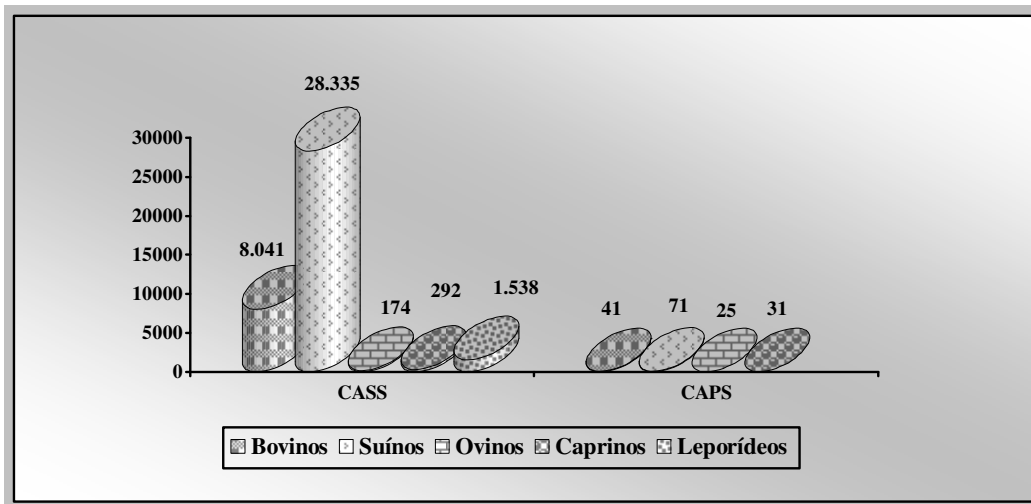
**Quadro n.º 1 – N.º Animais Abatidos por Centro de Abate e por Espécie na RAM**

Espécie	Centro de Abate	Centro de Abate do Santo da Serra	Centro de Abate do Porto Santo	Total
Bovinos	N.º	8.041	41	<b>8.082</b>
	Kg.	1.949.570,8	12.674,0	<b>1.962.244,8</b>
Suínos	N.º	28.065	71	<b>28.136</b>
	Kg.	1.933.787,3	5.166,0	<b>1.938.953,3</b>
Ovinos	N.º	174	25	<b>199</b>
	Kg.	2.387,0	427,0	<b>2.814,0</b>
Caprinos	N.º	292	31	<b>323</b>
	Kg.	2.667,8	327,0	<b>2.994,8</b>
Leporídeos	N.º	1.538	-	<b>1.538</b>
	Kg.	2.381,5	-	<b>2.381,5</b>
<b>Total</b>	N.º	<b>38.110</b>	<b>168</b>	<b>38.278</b>
	Kg.	<b>3.890.794,4</b>	<b>18.594,0</b>	<b>3.909.388,4</b>

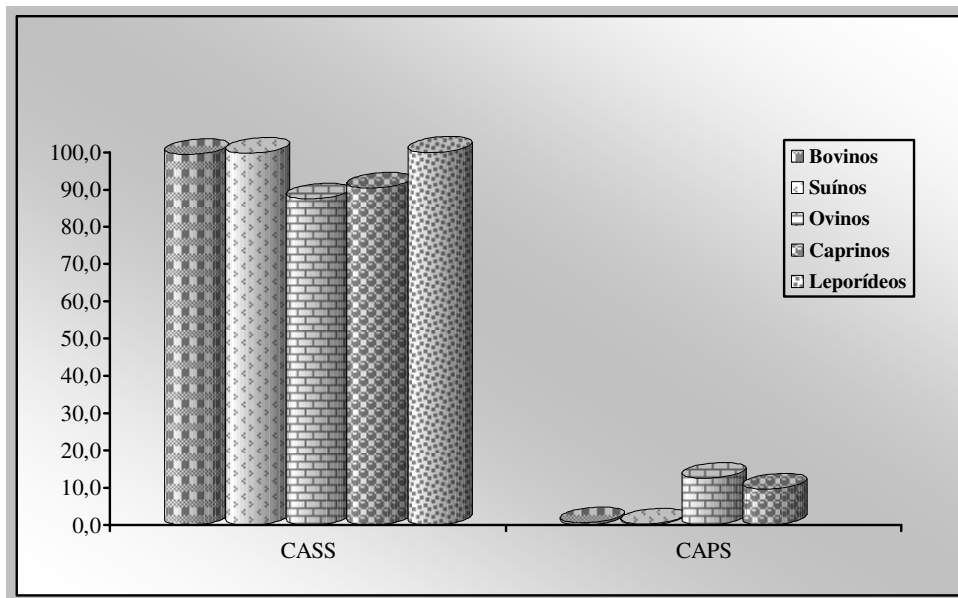
No CASS abateram-se animais de todas as espécies. No CAPS abateram-se principalmente animais da espécie bovina, tendo havido no entanto o abate de um pequeno número de suínos, ovinos e de caprinos. No matadouro da Calheta, abateram-se apenas 6 bovinos (1.246,2 kg), dado que em Fevereiro do ano transacto foi desactivado.

No gráfico n.º 2 é possível visualizar o número de animais abatidos por espécie e por centro de abate. E o gráfico n.º 3 apresenta, em termos percentuais, os dados relativos às espécies abatidas nos centros de abate da Região.

**Gráfico n.º 2 – Abates nos Centros de Abate da RAM**



**Gráfico n.º 3 – Distribuição Percentual dos Abates – Centros de Abate da RAM**

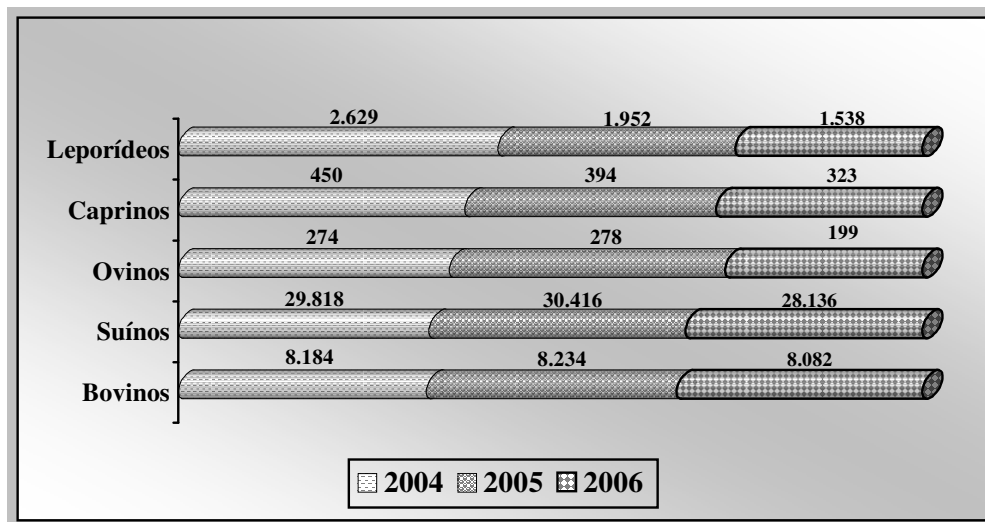


Os abates ocorridos no Centro de Abate do Porto Santo, totalizaram para as espécies bovina, suína, ovina e caprina, respectivamente 0,5%, 0,3%, 12,6% e 9,6%. Ao olharmos estas percentagens verificamos que o abate das espécies ovina e caprina, mas sobretudo a ovina, teve elevada expressão nesta ilha, podendo estar relacionada com factores de produção, edafo-climáticos e ainda com padrões de consumo.

### **Evolução dos Abates nos Centros de Abate da RAM**

No gráfico n.º 4, podemos observar a evolução dos abates de 2004 a 2006, nos Centros de Abate da Região, relativamente às várias espécies:

**Gráfico n.º 4 – Abate nos Centros de Abate da RAM**



#### **Bovinos**

Em 2006 e comparativamente ao ano de 2005, abateram-se menos 152 cabeças nos Centros de Abate da Madeira, ou seja 1,8%.

#### **Suínos**

Durante ao ano de 2006, registou-se uma diminuição de 7,4% em relação ao ano de 2005.

#### **Pequenos Ruminantes**

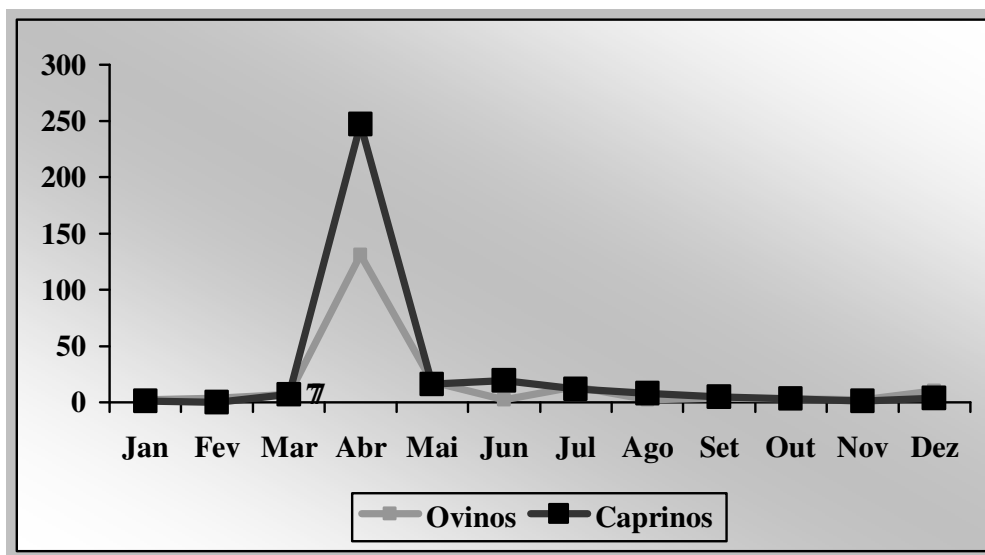
A produção de caprinos e ovinos na Região é normalmente dirigida ao auto-consumo.

Verificou-se no ano transacto, um decréscimo de 28,4%, 18,0% de caprinos e ovinos, respectivamente.

Os abates de pequenos ruminantes no ano 2006 concentraram-se no CASS (466 animais) e no CAPS (56 animais).

No gráfico n.º 5, é possível observar os abates, nestas espécies, por meses, ao longo do ano, estes distribuíram-se uniformemente, sendo de referir, o pico verificado no mês de Março coincidente com a Páscoa.

**Gráfico n.º 5 – Abates de Pequenos Ruminantes nos Centros de Abate da RAM**



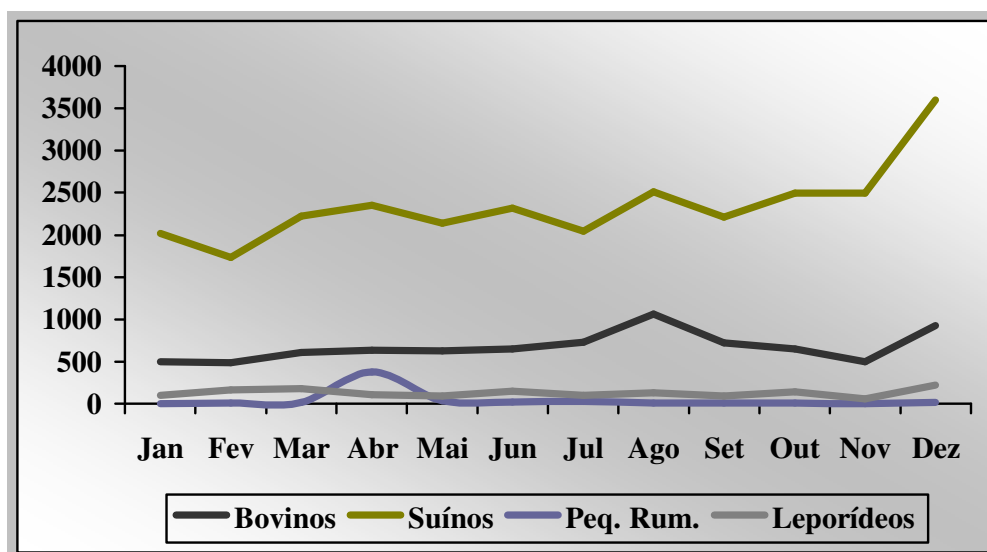
**Leporídeos**

Em 2006 e em relação a 2005, verificou-se um decréscimo de 21,2 %.

No gráfico n.º 6 podemos visualizar os abates por espécie, bovinos, suínos, pequenos ruminantes e Leporídeos, efectuados na Região Autónoma da Madeira, durante o ano de 2006.

É de realçar o pico no mês de Agosto e Dezembro, em relação aos bovinos e suínos.

**Gráfico n.º 6 – Total Anual de Abates por Espécie nos Centros de Abate da RAM**



No Anexo I, seguem os quadros referentes aos abates dos bovinos, suínos, ovinos, caprinos e leporídeos, efectuados na Região Autónoma da Madeira, por centro de abate e por meses. Em anexo.

## Abate Especial de Emergência

Os abates especiais de emergência (quadro n.º 2) são abates ordenados por um médico veterinário oficial, na sequência de um acidente ou de perturbações fisiológicas e funcionais graves. Devem ser desencadeados de forma imediata com vista a serem respeitadas as regras de bem-estar animal e de higiene e salubridade das carnes.

Estes abates constituíram 0,44% do total de animais abatidos, tendo na sua maioria sido determinados na sequência de acidentes traumáticos. De salientar que 50% dos abates de emergência, foram determinados pelo corpo de inspeção no exame ante-mortem. Um abate decorreu fora do matadouro dado que o médico veterinário considerou que o transporte do animal se revelava impossível ou lhe traria sofrimento inútil.

No âmbito do plano de vigilância das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis foram testados 11 bovinos de idade superior a 24 meses, todos com resultados negativos.

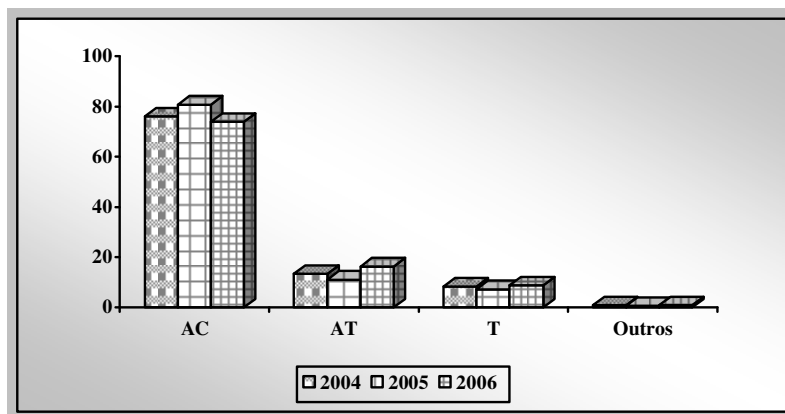
**Quadro n.º 2 – Abates Especiais de Emergência – Bovinos**

Centro de Abate	N.º Animais abatidos			Detentor		Decisão Sanitária	
	No Centro de Abate	Fora do Centro de Abate	Total	Exploração	Particular	Carcaças Aprovadas	Carcaças Reprovadas
CASS	35	1	36	19	17	25	11
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>36</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>11</b>

## Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM

No gráfico n.º 7 é possível constatar a proveniência dos bovinos abatidos nos centros de abate da RAM, entre 2004 e 2006.

**Gráfico n.º 7 – Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM**



**Quadro n.º 3 – Códigos Utilizados na Designação de Origem dos Animais Abatidos na RAM**

<b>Códigos Utilizados</b>	<b>Características</b>	<b>Códigos Utilizados</b>	<b>Características</b>
T (“Terra”)	Animal nascido, criado e abatido na RAM.	CN	Animal oriundo do Continente. Chegada à RAM há menos de 4 meses.
AC	Animal oriundo dos Açores. Chegada à RAM há menos de 4 meses.	NLT	Animal oriundo da Holanda. Chegada à RAM há mais de 4 meses.
AT	Animal oriundo dos Açores. Chegada à RAM há mais de 4 meses.	DET	Animal oriundo da Alemanha/Áustria. Chegada à RAM há mais de 4 meses
ACC	Animal oriundo dos Açores, que passou pelo Continente. Chegada RAM há menos de 4 meses.	FR	Animal oriundo da França Chegada à RAM há menos de 4 meses
ACT	Animal oriundo dos Açores que passou pelo Continente. Chegada à RAM há mais de 4 meses.	FRT	Animal oriundo da França Chegada à RAM há mais de 4 meses

Pela observação do gráfico é visível que os animais abatidos na Região são na sua grande maioria provenientes da Região Autónoma dos Açores (90,2%), sendo que 73,8% foram abatidos com um período de permanência na RAM inferior a quatro meses (AC) e 16,4% foram abatidos após quatro meses de permanência (AT). Foram ainda abatidos na Região, animais oriundos da Holanda, Alemanha e França, correspondendo a 1,0%.

Constatamos assim que somente 8,8% dos abates se referem a animais nascidos, criados e abatidos na Região Autónoma da Madeira (T).

Desta forma, facilmente compreendemos que os abates efectuados nos matadouros da Região dependem quase exclusivamente da entrada de animais vivos na RAM, sobretudo provenientes dos Açores.

Sabemos ainda da preferência do consumidor por carne proveniente de animais abatidos na Região, denominada carne da Região.

Os quadros referentes às proveniências dos bovinos abatidos na RAM encontram-se no Anexo I.

### **Rejeições Totais**

Em 2006 foram rejeitados totalmente para consumo humano 116 bovinos (27.191,2 kg); 1.096 suínos (48.781,5 kg); 7 ovinos (73,6 kg); 3 caprinos (15,4 kg) e 64 leporídeos (95,1 kg).

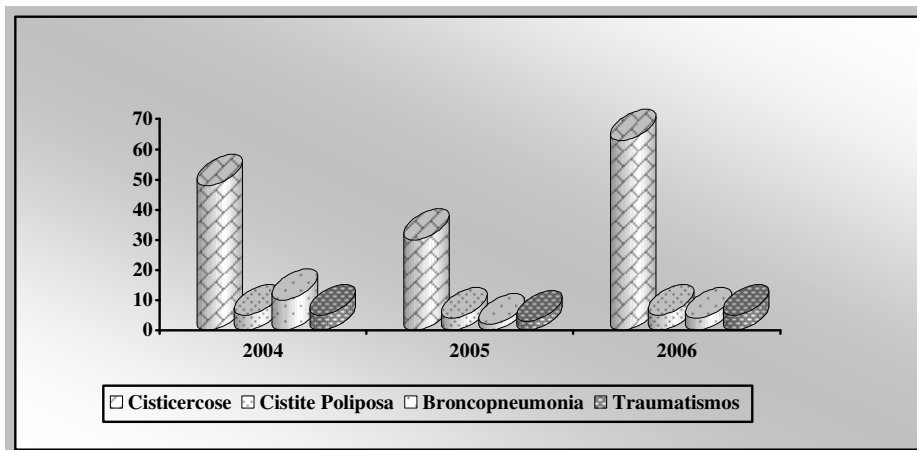
Estes valores, em relação ao número total de animais abatidos, correspondem em termos percentuais a 1,4 % para a espécie bovina, 3,9% para a espécie suína, 3,5% para a espécie ovina, 0,9% espécie caprina e 4,2% para os leporídeos.

**Quadro n.º 4 – Reprovações Totais de Bovinos nos Centros de Abate da RAM**

Matadouro	N.º Animais	Kg.	Causa de Reprovação	
CAPS	1	350,0	Morte na Abegoaria	
	1	310,0	Reacção Orgânica Geral	
	4	712,6	Broncopneumonia Purulenta	
	3	483,2	Caquexia	
CASS	2	438,6	Carnes Febris	
	3	645,8	Carnes Repugnantes	
	63	15.424,8	Cisticercose Generalizada	
	5	1.275,6	Cistite Poliposa / R.O.G.	
	1	190,2	Hemorragias Múltiplas	
	1	195,6	Icterícia	
	5	821,2	Lesões Traumáticas Generalizadas	
	3	786,4	Mastite Purulenta/ R.O.G.	
	1	238,8	Melanose Generalizada	
	2	500,0	Morte na Abegoaria	
	1	227,0	Nefrite Embólico-Purulenta / R.O.G	
	1	260,0	Onfalite Purulenta / R.O.G.	
	1	204,8	Osteíte Purulenta	
	1	254,6	Peritonite/ R.O.G	
	1	302,4	Pleurite Purulenta/ R.O.G	
	1	285,0	Positivo a Resíduos de AB	
	7	1.690,8	Poliartrite Purulenta / R.O.G	
	6	1.018,8	Reacção Orgânica Geral	
	2	575,0	Tumor Maligno	
	<b>Totais</b>	<b>116</b>	<b>27.191,2</b>	

No gráfico n.º 8 é possível observar as patologias de maior relevância para as reprovações totais, ao longo dos últimos três anos.

**Gráfico n.º 8 – Reprovações Totais de Bovinos**





A rejeição total de bovinos tem na Cisticercose generalizada a sua principal causa (54,3%), ou seja, 63 casos.

Esta parasitose que afecta a espécie bovina, tem sido ao longo dos anos responsável por um elevado número de rejeições totais.

Esta patologia atinge, sobretudo, animais provenientes da RAA, quer tenham permanecido na Região por um período inferior (AC) ou superior a 4 meses (AT), respectivamente 4 e 48 animais. É também possível verificar esta ocorrência em 8 bovinos nascidos na Região Autónoma da Madeira, e 4 bovinos provenientes da Alemanha e Holanda.

A cistite poliposa (hematúria enzoótica) é uma patologia frequentemente encontrada em animais de idade superior a três anos e constituiu 5,3% dos animais reprovados em 2004 e 6,8% dos rejeitados em 2005 e 4,3% em 2006.

Os traumatismos generalizados ocasionaram a rejeição total de 5 animais (821,2 kg), animais esses recém chegados à RAM. Como rejeições parciais tivemos mais 4.903,3 kg, resultantes de limpezas efectuadas a partes das carcaças traumatizadas. As perdas por traumatismos devem-se na sua maioria às condições de transporte a que os animais são sujeitos até à chegada à Região, bem como, à orografia dos terrenos e estradas sinuosas existentes.

Na espécie suína, as rejeições totais representaram 3,9% dos animais recepcionados nos centros de abate da RAM, constituindo as reprovações *ante-mortem* 0,8% e as reprovações *post-mortem* 3,1%.

As mortes no transporte constituíram 90,9% dos suínos reprovados *ante-mortem*. Este valor elevado estará relacionado com condicionalismos inerentes à própria espécie, e com factores de maneo.

No exame *post-mortem*, destacam-se como maior causa de rejeição a poliartrite purulenta (26,2%), a osteíte fibrino-purulenta (16,9%), broncopneumonia purulenta (14,1%) e a reacção orgânica geral (14,0%).

**Quadro n.º 5 – Reprovações Totais *Ante-Mortem* de Suínos nos Centros de Abate da RAM**

Centro de Abate	N.º Animais	Kg	Causas de Reprovação
Centro Abate do Santo da Serra	7	70,0	Artrite Purulenta
	8	80,0	Caquexia
	183	10.394,0	Morte na Abegoaria
	27	2.020,0	Morte no Transporte
	6	185,0	Septicemia
<b>Totais</b>	<b>231</b>	<b>12.749,0</b>	

**Quadro n.º 6 – Reprovações Totais *Post-Mortem* de Suínos nos Centros de Abate da RAM**

Centro de Abate	N.º Animais	Kg.	Causa de Reprovação
Centro Abate do Santo da Serra	35	1.584,4	Abcessos Múltiplos
	122	5.504,2	Broncopneumonia Purulenta
	81	2.767,0	Caquexia / Magreza
	1	7,1	Dermatite Purulenta
	1	61,9	Endocardite / R.O.G
	1	61,7	Icterícia
	2	128,1	Mal Rubro
	2	301,7	Mastite Purulenta / R.O.G.
	12	277,3	Mau Processamento
	1	42,0	Nefrite Purulenta / R.O.G.
	1	179,5	Odor Sexual
	21	715,0	Onfaloflebite Purulenta
	146	8.457,0	Osteíte Fibro-purulenta
	4	286,8	Pericardite Purulenta
	49	1.266,7	Peritonite
	227	9.658,0	Poliartrite Purulenta
	3	104,6	P.S.E.
121	3.666,8	Reacção Orgânica Geral	
35	962,7	Septicemia	
<b>Totais</b>	<b>865</b>	<b>36.032,5</b>	

Os ovinos e os caprinos reprovados totalizaram respectivamente 3,5% e 0,9% do total de abatidos.

**Quadro n.º 7 – Reprovações Totais de Pequenos Ruminantes nos Centros de Abate da RAM**

Centro de Abate	Espécie	N.º Animais	Kg	Causas de Reprovação
C.A.S.S.	Ovinos	1	20,0	Broncopneumonia Purulenta
		2	12,8	Caquexia
		1	7,0	Hidroémia
		1	13,8	Mastite Purulenta
		1	6,0	Morte na Abegoaria
	2	9,6	Caquexia	
	1	5,8	Hidroémia	
C.A.P.S.	Ovinos	1	14,0	Caquexia
<b>Totais</b>		<b>10</b>	<b>89,0</b>	

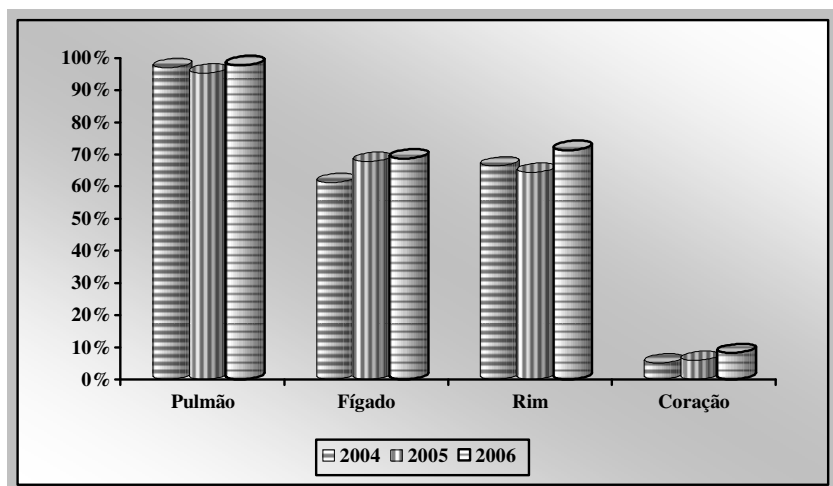
Em 2006 foram rejeitados totalmente 64 leporídeos. As principais causas de reprovação foram: os abcessos múltiplos com 21 casos e 27 com caquexia. Os abcessos são geralmente devidos a mordeduras entre os animais. Os casos de reprovações por caquexia estão relacionados com situações de parasitismo intenso e ainda com factores de manejo.

**Quadro n.º 8 – Reprovações Totais de Leporídeos no Centro de Abate do Santo da Serra**

Centro de Abate	N.º Animais	Kg.	Causa de Reprovação
CASS	21	43,1	Abcessos
	1	2,0	Anemia
	1	2,0	Artrite Purulenta
	27	24,0	Caquexia
	4	6,3	Lesões Traumáticas Generalizadas
	4	6,9	Mau Processamento
	2	5,0	Morte na Abegoaria
	3	4,3	Reacção Orgânica Geral
	1	1,5	Septicemia
<b>Totais</b>	<b>64</b>	<b>95,1</b>	

Os quadros do Anexo II mostram a evolução das rejeições totais nas várias espécies nos últimos 4 anos.

**Gráfico n.º 9 – Rejeições Parciais em Bovinos**



Na espécie bovina, em relação ao total de carcaças aprovados, o pulmão é o órgão que regista um maior número de rejeições (97,7%), ao qual se segue o rim (71,3%), o fígado (68,7%) e o coração (8,2%). Relativamente aos anos anteriores as oscilações não foram significativas, no entanto verificou-se um acréscimo no número de órgãos reprovados.

Dos pulmões rejeitados 57,4% foram devido a pneumonias.

Os fígados de bovinos rejeitados, foram na sua maioria devido a hepatite (36,8%), parasitismo (24,8%), colangites (12,8%), e abcessos (6,4%).

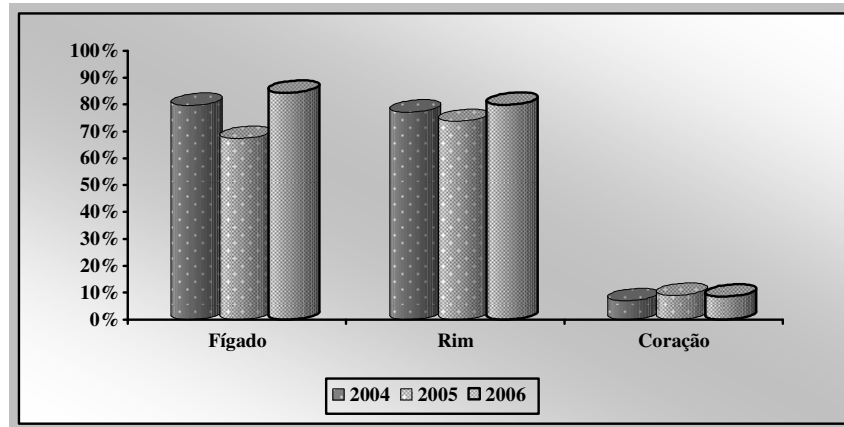
A maioria dos rins rejeitados deveu-se 68,9 % a nefrites (processos inflamatórios), 13,2% a rins poliquísticos e quísticos (perturbações congénitas do desenvolvimento ou consequências de processos inflamatórios crónicos pós-embrionários) e 5,4% a petéquias corticais.

A Cisticercose não só foi a causa principal das rejeições totais dos bovinos, como a maior causa de rejeição do coração. Do total de corações rejeitados, 64,1% deveu-se a nódulos parasitários, que se podem encontrar em várias fases de desenvolvimento, desde a caseificação à

calcificação. O *Cysticercus bovis* tem preferência pelo músculo cardíaco por este ser um músculo muito irrigado.

Nos suínos, tendo em conta o número de carcaças aprovadas, registaram-se as seguintes rejeições parciais: 73,5% fígado, 80,6% rim e 8,6% coração.

**Gráfico n.º 10 – Rejeições Parciais em Suínos**



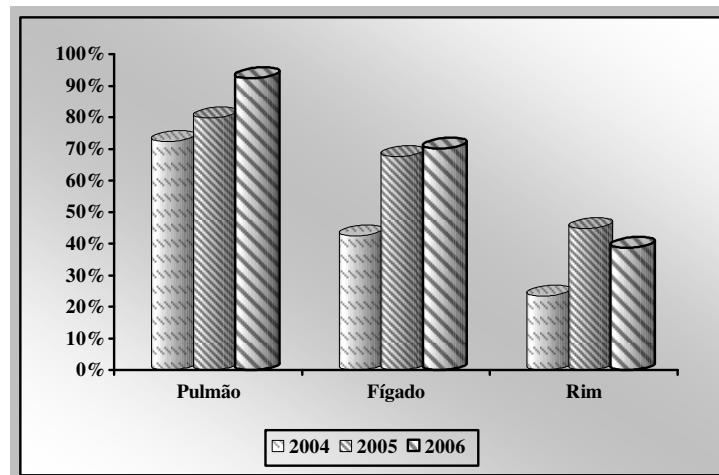
Todos os pulmões de suíno foram rejeitados devido à conspurcação pela água do escaaldão. As lesões mais observadas foram a pneumonia enzoótica e a congestão. Os fígados foram na sua maioria rejeitados por ascaridiose, cirrose e esteatose.

Os rins, na sua maioria, foram rejeitados, devido a nefrites, nefroses, enfartes e quistos.

Os corações de suíno foram na sua maioria rejeitados por pericardite.

No que respeita aos pequenos ruminantes, e numa análise retrospectiva, verifica-se um aumento na percentagem de reprovações parciais do pulmão e fígado, e um ligeiro decréscimo nas reprovações do rim (ver gráfico n.º 11)

**Gráfico n.º 11 – Rejeições Parciais em Pequenos Ruminantes**

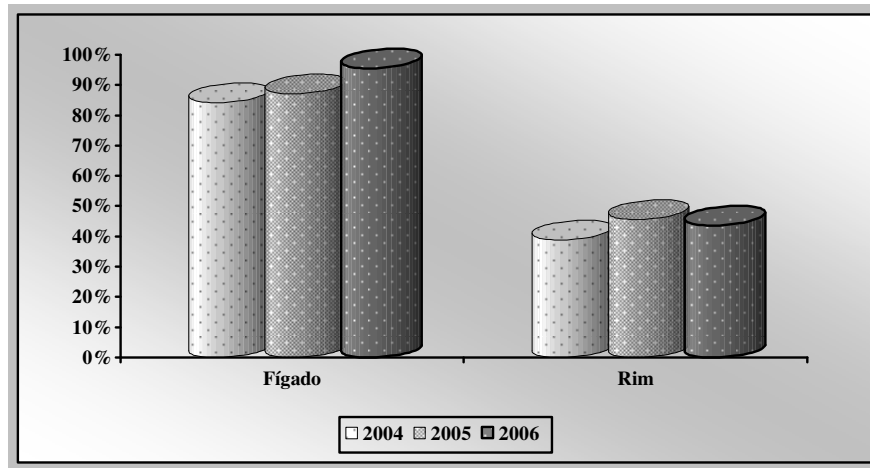


O parasitismo é o principal motivo de rejeição parcial do pulmão e do fígado dos ovinos e caprinos.

Nas duas espécies, os rins foram rejeitados na sua maioria por nefrite.

Nos leporídeos as reprovações parciais de órgãos têm oscilado à volta de valores semelhantes nos últimos anos.

**Gráfico n.º 12 – Rejeições Parciais em Leporídeos**



A coccidiose hepática, cujo agente causal é a *Eimeria stiedae*, está muito disseminada nos leporídeos, sendo de longe a maior causa de rejeição dos fígados. Todos os pulmões foram rejeitados por congestão, devido ao abate. Quanto aos rins, estes foram na sua maioria rejeitados por nefrite.

No Anexo II, seguem-se os quadros das rejeições parciais das várias espécies no ano de 2006, bem como os referentes à evolução das mesmas.

### **Encefalopatia Espongiforme Bovina**

#### **Vigilância dos Bovinos Abatidos para Consumo Humano**

A partir de 1 de Janeiro de 2001, por imposição comunitária, não é permitida a entrada na cadeia alimentar de carne proveniente de bovinos com mais de 30 meses de idade, submetidos a abate normal e de mais de 24 meses, submetidos a abate especial de emergência, sem que sejam submetidos a testes rápidos de detecção da encefalopatia espongiforme bovina (EEB).

Nos centros de abate, é efectuada a colheita dos troncos cerebrais dos bovinos abatidos, sendo posteriormente enviados ao Laboratório Regional de Veterinária, para execução do teste.

Nas 24 horas subsequentes ao abate e na obtenção de um resultado negativo é obrigatoriamente retirada a coluna vertebral das carcaças, excluindo as vértebras do rabo e as apófises espinhosas e transversas das vértebras cervicais, torácicas e lombares, a crista mediana e as asas do sacro, mas incluindo os gânglios das raízes dorsais. Em caso de resultado positivo ao teste rápido, deverão ser destruídas para além da carcaça desse animal, pelo menos a carcaça anterior e as duas carcaças imediatamente posteriores à carcaça positiva na mesma linha de abate.

No quadro seguinte está representado o número de testes efectuados aos bovinos de idade superior a 30 meses, sujeitos a abate normal e dos bovinos de idade superior a 24 meses sujeitos a abate especial de emergência.

**Quadro n.º 9 – Resumo Anual de Abates de Bovinos de Idade Superior a Trinta Meses**

Matadouros	CASS		CAPS		Total			
	N.º Animais	Kg.	N.º Animais	Kg.	N.º Animais	Kg.	N.º Positivos	N.º Negativos
Janeiro	40	10.682,6	1	307,0	41	10.989,6	-	41
Fevereiro	11	3.481,2	-	-	11	3.481,2	-	11
Março	44	11.903,2	-	-	44	11.903,2	-	44
Abril	23	6.398,8	-	-	23	6.398,8	-	23
Mai	23	6.300,0	-	-	23	6.300,0	-	23
Junho	26	7.661,6	-	-	26	7.661,6	-	26
Julho	32	8.622,0	-	-	32	8.622,0	-	32
Agosto	39	10.999,6	1	335,0	40	11.334,6	-	40
Setembro	51	14.469,2	-	-	51	14.469,2	-	51
Outubro	67	19.154,8	-	-	67	19.154,8	-	67
Novembro	43	12.538,4	-	-	43	12.538,4	-	43
Dezembro	79	22.358,8	1	426,0	80	22.784,8	-	80
<b>Total</b>	<b>478</b>	<b>134.570,2</b>	<b>3</b>	<b>1.068,0</b>	<b>481</b>	<b>135.638,2</b>	<b>0</b>	<b>481</b>

**Quadro n.º 10 – Resumo Anual de Abates de Bovinos de Idade Superior a 24 Meses (Abate Especial de Emergência)**

Centro de Abate do Santo da Serra				
Meses	N.º Animais	Kg.	N.º Positivos	N.º Negativos
Março	3	543,6	-	3
Abril	1	213,0	-	1
Junho	1	277,6	-	1
Julho	1	264,8	-	1
Agosto	1	314,2	-	1
Setembro	1	221,4	-	1
Outubro	2	487,0	-	2
Dezembro	1	327,0	-	1
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2.648,6</b>	<b>0</b>	<b>11</b>

A publicação do Regulamento n.º 1974/2005 de 2 de Dezembro, que altera o Regulamento n.º 999/2001 de 22 de Maio, veio determinar que a idade de remoção da coluna vertebral para os 24 meses, a ser realizada nos centros de abate e salas de desmancha autorizados, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2006. O quadro n.º 11 apresenta o número de carcaças sujeitas a remoção de coluna vertebral nos Centros de abate da Região

**Quadro n.º 11 – Resumo Anual de Abates de Bovinos em que há obrigatoriedade de remoção de coluna vertebral**

Meses	+ 24M a 30M		Com Teste EEB > 30M e A. Urgência + 24 M		Total		
	N.º Animais	Kg	N.º Animais	Kg	N.º Animais	Kg.	MRE'S
<b>Janeiro</b>	81	20.322,30	41	10.989,6	122	31.311,9	1.784,1
<b>Fevereiro</b>	111	27.080,98	11	3.481,2	122	30.562,2	1.655,6
<b>Março</b>	124	30.687,20	47	12.446,8	171	43.134,0	2.292,2
<b>Abril</b>	147	35.765,20	24	6.611,8	171	42.377,0	2.398,2
<b>Mai</b>	101	25.525,90	23	6.300,0	124	31.825,9	1.781,6
<b>Junho</b>	81	21.112,80	27	7.939,2	108	29.052,0	1.522,9
<b>Julho</b>	83	20.363,20	33	8.886,4	116	29.249,6	1.613,3
<b>Agosto</b>	108	280.245,00	41	11.648,8	149	291.893,8	2.213,5
<b>Setembro</b>	72	18.672,00	52	14.870,2	124	33.542,0	1.881,1
<b>Outubro</b>	44	11.130,40	69	19.767,2	113	30.897,6	1.809,8
<b>Novembro</b>	51	13.036,20	43	12.538,4	94	25.574,6	1.533,0
<b>Dezembro</b>	89	23.369,60	81	23.111,8	170	46.481,4	2.793,8
<b>Total</b>	<b>1.092</b>	<b>527.310,78</b>	<b>492</b>	<b>138.591,4</b>	<b>1.584</b>	<b>665.902</b>	<b>23.279,1</b>

### **Tremor Epizoótico – Vigilância dos Ovinos e Caprinos Abatidos para Consumo Humano**

No âmbito da vigilância dos pequenos ruminantes, são testados todos os animais com mais de 18 meses de idade ou que apresentem mais de dois incisivos permanentes que tenham perfurado a gengiva, abatidos para consumo humano.

A realização dos testes na Região teve início em Setembro de 2002. Inicialmente os testes rápidos eram efectuados de forma aleatória, compreendendo uma amostra representativa de cada região, no intuito de obter um conhecimento mais aprofundado sobre a situação epidemiológica do Tremor Epizoótico em Portugal.

A partir de 1 de Setembro de 2003, passou a exigir-se a testagem sistemática de todos os ovinos e caprinos compreendidos nesta faixa etária. A recolha do tronco cerebral é efectuada nos centros de abate e enviada para execução do teste no Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar. Só com a obtenção de um resultado negativo no teste rápido, é permitida a entrada das carcaças na cadeia alimentar humana.

**Quadro n.º 12 – Vigilância do Tremor Epizoótico Centros de Abate da RAM**

Meses	Ovinos > 18 Meses Abatidos para Consumo		Caprinos > 18 Meses Abatidos para Consumo		Total		Resultado Testes
	N.º Animais	Kg	N.º Animais	Kg	N.º Animais	Kg	N.º Negativos
Janeiro	1	15,2	1	20,2	2	35,4	2
Fevereiro	1	25,6	-	-	1	25,6	1
Março	3	58,0	2	30,8	5	88,8	5
Abril	7	193,2	12	254,8	19	448,0	19
Maió	-	-	2	38,0	2	38,0	2
Junho	1	18,0	1	33,0	2	51,0	2
Julho	10	246,6	2	44,4	12	291,0	12
Agosto	1	29,0	6	151,6	7	180,6	7
Setembro	2	31,8	3	64,6	5	96,4	5
Outubro	3	84,0	1	21,6	4	105,6	4
Novembro	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	3	79,4	1	38,6	4	118,0	4
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>780,8</b>	<b>31</b>	<b>697,6</b>	<b>63</b>	<b>1.478,4</b>	<b>63</b>

**Subprodutos de Origem Animal**

Não obstante, na Região Autónoma da Madeira não tenha sido registado nenhum caso de encefalopatia espongiforme bovina, ou de tremor epizoótico, estamos cientes, que as encefalopatias espongiiformes constituem quadros nosológicos de extrema gravidade, quer no homem, quer no animal, não sendo conhecido por enquanto qualquer tratamento.

Desde Fevereiro de 1997, nos matadouros da RAM, vêm sendo retirados da cadeia alimentar humana e animal, todas as matérias de risco especificadas (M.R.E.).

Em 1999, a aprovação e publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/M, de 12 de Fevereiro, veio restringir a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal na RAM.

São então designadas matérias de risco especificadas:

- ✓ cabeça inteira, excluindo a língua e incluindo o cérebro, olhos, gânglios do trigémeo e amígdalas; o timo, baço e a espinal medula dos bovinos com idade superior a seis meses, bem como os intestinos, desde o duodeno até ao recto e o mesentério dos bovinos de qualquer idade;
- ✓ o crânio, incluindo o cérebro e os olhos, amígdalas e espinal medula de ovinos e caprinos com idade superior a 12 meses, ou que apresentem um incisivo permanente que tenha perfurado a gengiva, e o baço de ovinos e caprinos de qualquer idade.

As matérias de risco especificadas, consideradas como matérias da categoria 1, segundo o Regulamento n.º 1774/2002, de 3 de Outubro, que estabelece as regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano, são identificadas, marcadas com uma substância química, seladas, pesadas e enviadas para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra (E.T.R.S.), para posterior destruição por incineração. Os subprodutos de origem animal/ subprodutos hígidos são também enviados para a E.T.R.S.

Estes materiais são transportados em veículo fechado, e sempre acompanhados de documentos oficiais, próprios para o efeito.



O controlo das matérias de risco especificadas (M.R.E.) e dos subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos é assegurado pelo médico veterinário inspetor sanitário, nos centros abate.

Nos quadros n.º 13 e 14, é possível observar as quantidades, em quilograma, de M.R.E. e de subprodutos de origem animal/subprodutos hígidos recolhidos no centro de abate, no ano 2006.

**Quadro n.º 13 – Subprodutos de Origem Animal**

Matadouros	Bovinos		Suínos	Pequenos Ruminantes
	M1(MRE) +M2	M3	M2	M1(MRE) +M2+M3
<b>CASS</b>	453.361,5	219.562,4	349.599,0	1.160,0
<b>CAPS</b>	2.201,0	1.933,0		
<b>CAC</b>	310,0	35,0		
<b>Total</b>	<b>455.872,5</b>	<b>221.530,4</b>	<b>349.599,0</b>	<b>1.160,0</b>

**Quadro n.º 14 – Totais dos Silos – Centro de Abate do Santo Da Serra**

Sangue	Cerdas	Conteúdos Gástricos
<b>456.690,0</b>		

### **Classificação de Carcaças de Bovinos Aprovados**

Com a entrada para a Comunidade Europeia tornou-se imprescindível a organização comum de mercado no sector da carne de bovino.

As regras comunitárias são cada vez mais exigentes de forma a assegurar uma classificação uniforme das carcaças de bovino, pelo que foi estabelecida uma grelha comunitária de classificação de carcaças de bovinos adultos, de acordo com os Regulamentos (CE) n.º 103/2006 de 20 de Janeiro e n.º 1183/2006 de 24 de Julho.

A determinação da qualidade/tipo português é importante na ajuda aos produtores e na intervenção no mercado neste sector.

Na Região Autónoma da Madeira, não se utiliza regra comercial, baseada na classificação de carcaças de bovinos, no entanto, esta realiza-se, desde Janeiro de 1996.

No âmbito da classificação de carcaças de bovinos são designados por:

-“**Leves**”, os bovinos que apresentem, cumulativamente, a dentição de leite completa e o peso vivo inferior ou igual a 300 kg, que é equiparado a 180 kg de peso de carcaça após o enxugo.

Com a publicação da Portaria n.º 363/2001 de 9 de Abril, foi alterado o regime de classificação dos bovinos leves. Os bovinos leves classificam-se nas seguintes categorias:

- **Vitela**, animal, macho ou fêmea com idade inferior ou igual a seis meses. (LA)
- **Vitelão**, animal, macho ou fêmea, com idade superior a seis meses. (LO)

- “**Pesados**” ou “**adultos**”, todos os bovinos que não são incluídos na alínea anterior.

A classificação das carcaças dos bovinos pesados ou adultos são repartidas pelas seguintes categorias:

- A** - Carcaças de machos, não castrados, com menos de dois anos;
- B** - Carcaças de outros machos não castrados;
- C** - Carcaças de machos castrados;
- D** - Carcaças de fêmeas que já tenham parido;
- E** - Carcaças de outras fêmeas.

São ainda apreciadas quanto:

- ✓ **à conformação** (seis classes: S (superior), E (excelente), U (muito boa), R (boa), O (razoável), P (medíocre))
- ✓ **ao estado da gordura** (cinco classes: 1 (muito fraca), 2 (fraca), 3 (média), 4 (forte), 5 (muito forte)).

O quadro n.º 15 resume a classificação de carcaças de bovinos aprovados nos centros de abate da RAM no ano de 2006.

**Quadro n.º 15 – Resumo Anual de Classificação de Carcaças de Bovinos Aprovados Centros de Abate da Região Autónoma da Madeira**

		A		B		C		D		E		SUBTOTAL	
		CAB.	KG.	CAB.	KG.	CAB.	KG.	CAB.	KG.	CAB.	KG.	CAB.	KG.
S	1											0	0
	2											0	0
	3											0	0
	4											0	0
	5											0	0
S. Total			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E	1	1	373									1	373
	2			1	329							1	329
	3	1	373									1	373
	4											0	0
	5											0	0
S. Total		1	2	746	1	329	0	0	0	0	0	3	1.075
U	1	4	1.389	2	569					1	315	7	2.273
	2	92	30.575	12	4.755	1	340			7	2.009	112	37.679
	3	35	12.477							6	1.732	41	14.209
	4	2	702									2	702
	5											0	0
S. Total		133	45.143	14	5.324	1	340	0	0	14	4.056	162	54.863
R	1	34	9.094	3	971	2	498			5	1.028	44	11.591
	2	538	160.173	34	10.972	23	6.423	5	1.490	341	81.068	941	260.126
	3	128	41.431	9	3.342	1	293	4	1.278	218	55.225	360	101.569
	4	1	331			1	318			17	4.423	19	5.072
	5	0								1	271	1	271
S. Total		701	211.029	46	15.285	27	7.532	9	2.768	582	142.015	1.365	378.629
O	1	94	22.033	21	4.239	11	2.271			43	8.496	169	37.039
	2	1.051	266.723	115	31.473	160	36.902	57	13.550	1.348	293.156	2.731	641.804
	3	118	31.382	10	3.053	15	4.470	64	17.560	619	145.268	826	201.733
	4	7	2.024			1	232	31	8.954	74	18.589	113	29.799
	5							2	826			2	826
S. Total		1.270	322.162	146	38.765	187	43.875	154	40.890	2.084	465.509	3.841	911.201
P	1	67	13.807	13	2.979	14	2.499	2	480	22	4.022	118	23.787
	2	281	67.103	29	7.198	76	16.681	64	15.113	379	76.440	829	182.535
	3	10	2.643	7	1.884	6	1.525	58	14.850	142	31.577	223	52.479
	4							16	4.526	11	2.950	27	7.476
	5							2	731			2	731
S. Total		358	83.553	49	12.061	96	20.705	142	35.700	554	114.989	1.199	267.008
Total		2.464	662.633	256	71.764	311	72.452	305	79.358	3.234	726.569	6.570	1.612.776

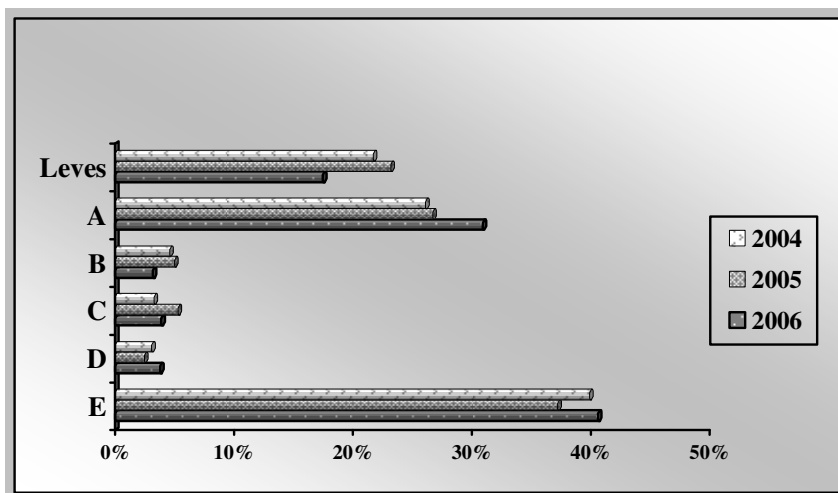
Leves		
Cat.	Cab.	Kg.
LA	2	214
LO	1.394	254.664
TOTAL	1.396	254.878

Total	ABCDE
6.570	1.612.776

Total	Leves
1.396	254.878

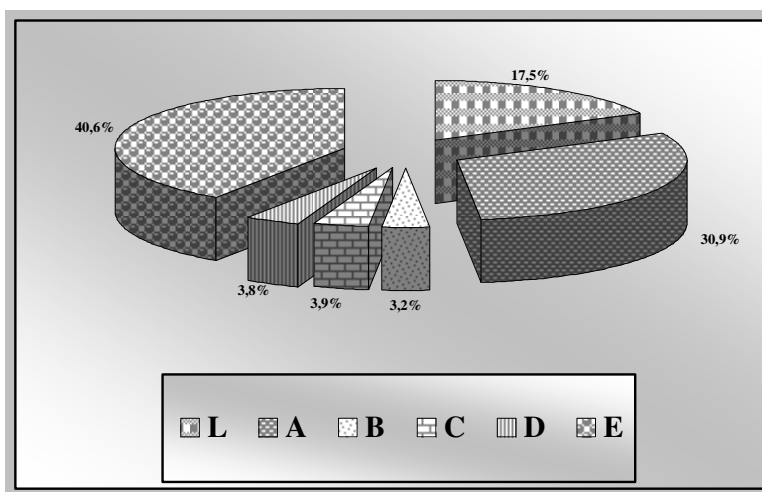
Total	Bovinos
7.966	1.867.654

**Gráfico n.º 13 – Classificação de Carcaças de Bovinos por Categoria**



Da relação entre as várias categorias, podemos observar no gráfico n.º13, que há uma preferência pelas categorias E (40,6%), A (30,9%) e L (17,5%). Esta preferência por parte do consumidor, é sobretudo porque considera as carcaças de fêmeas não paridas com melhores características organolépticas (cor; sabor; textura, cheiro) e as carcaças de animais jovens por serem mais tenras e de coloração mais clara. A obtenção de um maior rendimento de carcaça, por parte dos talhantes, poderá estar na origem do incremento do abate de machos com idade inferior a dois anos.

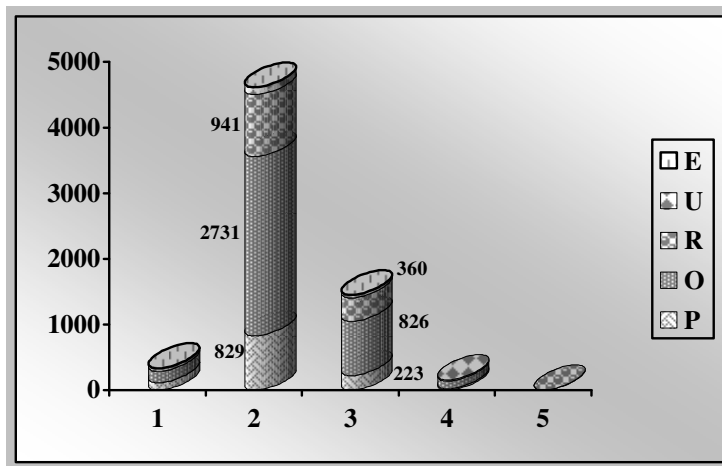
**Gráfico n.º 14 – Classificação de Carcaças de Bovinos por Categoria**



No gráfico seguinte, que relaciona a conformação e a gordura em carcaças de bovinos adultos, verificamos que as carcaças de conformação e gordura O2 e O3 se destacam em relação às restantes.

A predominância das carcaças com conformação “O” (razoável), é provavelmente devido à maioria das rezes abatidas na região serem de aptidão leiteira. Quanto ao estado de gordura de nível 2 e 3 constata-se haver por parte do consumidor regional, preferência por carcaças deste tipo, com alguma gordura.

**Gráfico n.º 15** – Relação entre a Conformação e o Estado de Gordura de Bovinos Adultos



No Anexo III seguem-se os mapas anuais da classificação de carcaças de bovinos aprovados, por centro de abate, no ano de 2006.

#### 4.1.2 Inspeção Higio-Sanitária de Aves

A inspeção higio-sanitária de aves é efectuada no Centro de Abate de Aves, privado, pertencente à firma “SODIPRAVE – Sociedade Distribuidora de Produtos Avícolas, S.A.”.

A inspeção higio-sanitária neste centro de abate, é assegurada por um Médico Veterinário e um Auxiliar de Inspeção. O número de aves inspeccionadas em 2006, foi de 1.641.049, com 3.727.120,5 kg (quadro n.º 16)

O gráfico e quadro n.º 16 apresentam as oscilações no número de aves abatidas nos últimos 3 anos.

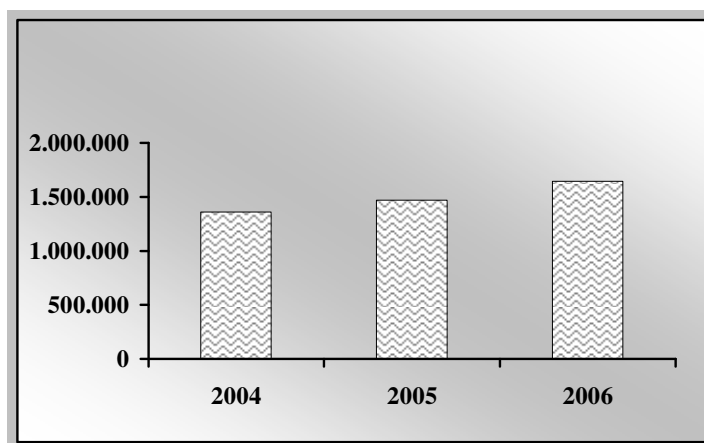
No gráfico n.º 17 é possível visualizar as variações do volume de abates ao longo do ano transacto, enquanto que no gráfico n.º 18 é feita uma comparação do peso vivo médio das aves abatidas neste matadouro, nos últimos cinco anos.

Os dados relativos às reprovações totais e parciais encontram-se expressos nos quadros n.º 17 e n.º 18 e n.º 19. As reprovações totais de aves em 2006, constituíram 0,12% na inspeção *ante-mortem* e 1,92% na inspeção *post-mortem*.

**Quadro n.º 16** – Retrospectiva dos abates de 2004 a 2006

Ano	Entrada de Aves			Rejeições Ante-Mortem		Aves Abatidas	
	N.º	Peso Vivo	Peso Médio	N.º	Kg	N.º	Peso Carcaça
		Kg	Kg				Kg
2004	1.363.452	3.314.146,0	2,43	2.170	4.894,5	1.361.282	2.647.401,0
2005	1.470.140	3.466.186,0	2,36	1.765	3.998,5	1.468.375	2.769.822,0
2006	1.641.049	3.727.120,5	2,27	2.368	5.366,5	1.638.681	2.977.404,0

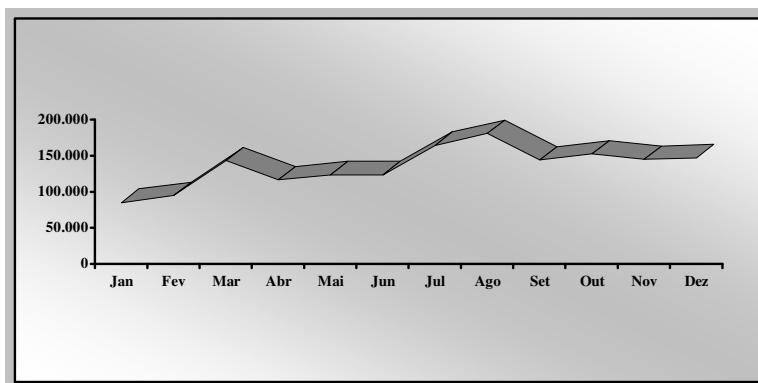
**Gráfico n.º 16 – Retrospectiva dos Abates no Centro de Abate da SODIPRAVE**



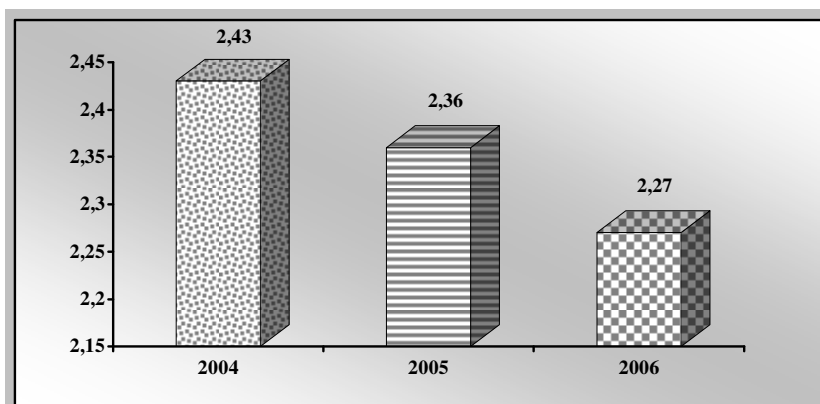
**Quadro n.º 17 – Mapa de Abate de Aves no Centro de Abate da SODIPRAVE**

Meses	Entrada de Aves			Rejeições Ante-Mortem		Aves Abatidas		Rejeições Post-Mortem					
	N.º	Peso Vivo	Peso Médio	N.º	Kg	N.º	Peso Carcaça	Total		Parcial		Totais	
		Kg	Kg				Kg	N.º	Kg	N.º	Kg	Kg	Kg
Janeiro	85.377	235.563,0	2,470	42	101,5	95.335	188.369,0	1.144	1.681,0	4.030	663,0	2.344,0	1,24
Fevereiro	95.083	244.550,0	2,572	89	225,5	94.994	195.460,0	1.460	2.284,0	5.329	822,0	3.106,0	1,59
Março	143.182	344.489,0	2,406	76	172,0	143.106	275.454,0	3.431	5.265,5	4.194	765,0	6.030,5	2,19
Abril	116.694	315.915,0	2,707	113	324	116.581	252.473,0	1.479	3.108,0	5.227	1.092,0	4.200,0	1,66
Mai	132.737	317.845,0	2,395	108	248,5	132.629	254.077,0	3.951	5.723,0	4.750	987,0	6.710,0	2,64
Junho	123.560	264.205,0	2,138	63	144,5	123.497	211.248,0	3.458	4.154,0	3.391	823,0	4.977,0	2,36
Julho	164.728	355.292,0	2,157	283	614,0	164.445	283.742,0	2.172	3.098,5	6.135	1.784,0	4.882,5	1,72
Agosto	180.757	377.649,0	2,089	375	777,0	180.382	301.498,0	3.255	3.534,0	4.786	2.135,0	5.669,0	1,88
Setembro	144.134	320.539,0	2,224	348	738,0	143.786	255.841	1.791	2.890,5	6.635	2.083,0	4.973,5	1,94
Outubro	152.582	343.038,5	2,248	643	1.562,0	151.939	273.181	1.891	3.132,0	5.612	1.785,0	4.917,0	1,80
Novembro	144.999	284.882,5	1,965	156	303,0	144.843	227.664	2.500	2.692,5	4.307	1.151,0	3.843,5	1,69
Dezembro	147.216	323.152,5	2,195	72	156,5	147.144	258.397	1.587	2.288,5	7.453	1.515,0	3.803,5	1,47
<b>Total</b>	<b>1.631.049</b>	<b>3.727.120,5</b>	<b>2,271</b>	<b>2.368</b>	<b>5.366,5</b>	<b>1.638.681</b>	<b>2.977.404</b>	<b>28.119</b>	<b>39.851,5</b>	<b>61.849</b>	<b>15.605,0</b>	<b>55.456,5</b>	<b>1,86</b>

**Gráfico n.º 17 – Número de Aves Abatidas no Matadouro da Sodiprave**



**Gráfico n.º 18 – Peso Médio das Aves Abatidas (Peso Vivo) – SODIPRAVE**



**Quadro n.º 18 – Rejeições Totais no Centro de Abate da SODIPRAVE 2004 a 2006**

Motivos de Rejeição	Carcças				Miudezas/Pescoço		Fígado		Totais	
	Traumatismo		Dermatite		Rancificação Oxidação		Esteatose / D. Gorda		N.º	Kg.
ANOS	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.	N.º	Kg.		
2004	26.422	3.091,0					-	1.236,0	26.422	4.327,0
2005	41.810	5.239,0					-	2.582,0	41.810	7.821,0
2006	61.849	8.002,0					-	7.603,0	61.849	15.605,0

**Quadro n.º 19 – Rejeições Parciais Centro de Abate da SODIPRAVE**

<b>Anos</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Causas</b>	<b>N.º de Atingidos</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º de Atingidos</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º de Atingidos</b>	<b>Kg</b>
Abcessos	211	764,5	251	862,0	294	999,5
Asfixia					2.368	5.366,5
Artrose	3	5,0	10	20,5	201	383,5
Ascite	25	46,0	131	259,5	275	510,0
Caquexia	10.583	15.152,5	12.584	16.830,0	15.256	15.486,5
Dermatite	3.424	5.736,0	1.330	2.626,5	767	1.491,5
Doença Respiratória	-	-	53	105,0	-	-
Estados hemorrágicos	3.600	7.167,0	4.027	7.615,5	3.729	6.736,0
Excesso de escaldão	15	18,5	1.451	2.861,5	386	741,0
Feridas infectadas	1.213	4.246,0	2.838	8.429,5	1.009	2.643,0
Má sangria	15	31,0	1.652	3.042,5	1.177	2.024,0
Magreza	4.135	4.716,5	826	1.232,5	-	-
Onfalite	452	690,0	380	670,0	144	233,0
Oxidação/Rancificação	-	-	-	-	-	-
Peritonite	-	-	-	-	-	-
Politraumatismo	427	895,0	1.659	2.962,5	4.258	7.399,0
Proc. Caseoso subcutâneo	-	-	642	1.229,0	104	198,5
Putrefacção	-	-	-	-	-	-
Salpingite	-	-	224	354,0	426	861,0
Excesso de Conspurcação	-	-	53	105,0	93	145,0
Colisepticémia	-	-	13	24,0	-	-
<b>Totais</b>	<b>24.103</b>	<b>39.468,0</b>	<b>28.124</b>	<b>49.229,5</b>	<b>30.487</b>	<b>45.218,0</b>

### 4.1.3 Inspeção Higio-Sanitária do Pescado

A inspeção sanitária do pescado na Região Autónoma da Madeira é realizada, sobretudo, na Lota do Funchal, na qual são descarregados cerca de 78,1% da totalidade do peixe pescado na Região. Quanto à lota do Caniçal foi descarregado 18,5% do total da RAM (quadro n.º 20).

Essa inspeção sanitária é coordenada por um Médico Veterinário da Direcção Regional de Veterinária e executada por um Técnico Auxiliares de Inspeção.

Relativamente ao ano transacto e em termos percentuais verificamos que houve um aumento de pescado descarregado na lota do Caniçal, e um ligeiro decréscimo na lota do Funchal.



**Quadro n.º 20 – Pescado Descarregado nas Lotas da RAM no ano 2006**

<b>Lotas</b>	<b>Kg</b>	<b>Valor (euros)</b>
Funchal	6.033.131	11.627.880
Câmara de Lobos	83.840	59.736
Madalena do Mar	7.866	23.971
Paúl do Mar	51.014	150.624
Porto Moniz	68.037	238.508
Canical	1.429.727	1.816.188
Porto Santo	50.213	84.088
<b>Total</b>	<b>7.723.828</b>	<b>14.000.995</b>

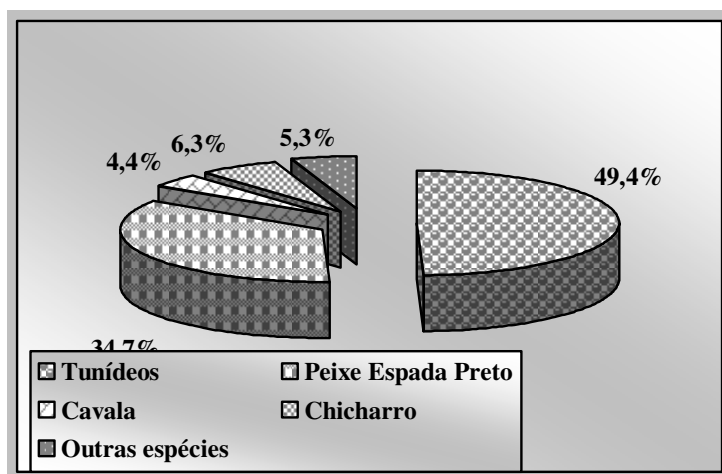
O gráfico n.º 21 e o quadro n.º 21, referem-se ao pescado descarregado nas lotas da Região, por espécie.

Ao analisarmos o quadro n.º 21, verificamos que os quantitativos de pescado rejeitados em 2006, nas lotas da RAM, cifram-se em cerca de 0,034% do total de pescado descarregado, registando-se um decréscimo relativamente aos últimos anos.

A diminuta quantidade de rejeições verificadas deve-se a vários factores, a saber:

- ✓ constante preocupação, por parte dos Inspectores Sanitários, em fazer do acto de inspecção um processo pedagógico, instruindo os profissionais da pesca sobre o melhor modo de evitar avarias no produto;
- ✓ modernização da frota pesqueira regional;
- ✓ tipo e artes de pesca utilizadas;
- ✓ permanência do pescado a bordo durante períodos de tempo curtos, o que atenua os processos de degradação;
- ✓ estiva do pescado a bordo mais cuidada, utilizando gelo em quantidades suficientes.

**Gráfico n.º 21 – Pescado Descarregado nas Lotas da RAM**



**Quadros n.º 21 – Pescado Descarregado e Rejeitado nas Lotas da RAM**

Espécie	Lota do Funchal	Lota do Caniçal	TOTAL	Rejeitado (kg)	Causas de Rejeição	% Rejeição
Tunídeos	2.356.573	1.390.293	3.746.866	27	Autólise, esmagamento, traumatismo, cheiro anormal	0,000
Peixe-espada Preto	2.624.543	4.793	2.629.336	966		0,013
Cavala	331.567	-	331.567	180		0,002
Chicharro	475.268	211	475.479	1.075		0,014
Outras Espécies	275.142	128.773	403.915	338		0,004
<b>Total</b>	<b>6.063.093</b>	<b>1.524.070</b>	<b>7.587.163</b>	<b>2.586</b>		<b>0,033</b>

**Quadro n.º 22 – Pescado Descarregado e Rejeitado de 2004 a 2006**

Anos	Pescado (kg)	
	Descarregado	Rejeitado
<b>2004</b>	8.072.101,2	1.672,2
<b>2005</b>	6.716.428,8	4.874,4
<b>2006</b>	7.587.163	2.586

#### 4.1.4 Classificação de Ovos e Produção Regional

Os centros de inspeção e classificação de ovos, procedem mensalmente à comunicação dos movimentos de classificação de ovos de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 59/94, de 24 de Setembro e Regulamentos Comunitários.

No quadro n.º 23 podemos ver o número de ovos classificados nos centros de classificação da RAM e que corresponde à produção regional, valores referenciados em dúzias.

**Quadro n.º 23 – Classificação de Ovos**

Meses	Classificados – Categoria A				Indústria Alimentar	Rejeitados	TOTAL
	XL	L	M	S			
<b>Janeiro</b>	62.112	110.466	49.806	2.390	6.204	5.473	236.451
<b>Fevereiro</b>	48.607	89.082	51.439	2.103	9.502	4.854	205.587
<b>Março</b>	61.159	102.861	55.513	6.440	11.593	5.424	242.990
<b>Abril</b>	48.192	109.008	46.701	5.508	10.582	5.964	225.955
<b>Maió</b>	54.846	117.672	45.819	1.361	9.916	7.487	237.101
<b>Junho</b>	44.788	94.858	40.030	602	6.180	4.342	190.800
<b>Julho</b>	34.902	70.026	24.703	2.770	5.002	3.484	140.887
<b>Agosto</b>	34.415	73.867	33.028	2.855	7.796	3.904	155.865
<b>Setembro</b>	33.085	77.529	33.080	5.697	9.473	4.150	163.014
<b>Outubro</b>	35.975	82.909	38.024	6.926	9.119	3.865	176.818
<b>Novembro</b>	35.653	89.429	40.402	2.705	9.370	4.411	181.970
<b>Dezembro</b>	40.162	99.040	39.441	1.366	8.662	5.145	193.816
<b>Total</b>	<b>533.896</b>	<b>1.116.747</b>	<b>497.986</b>	<b>40.723</b>	<b>103.399</b>	<b>58.503</b>	<b>2.351.254</b>

Da aplicação da legislação, os ovos da classe B só pode ser entregues a empresas da indústria alimentar aprovadas nos termos da Directiva 89/437/CEE, este tipo de estabelecimentos não existem na Região, assim, os ovos da classe B são utilizados nas pastelarias no fabrico dos géneros alimentícios.

**Quadro n.º 24 – Retrospectiva da Produção Regional de Ovos de 2004 a 2006**

Anos	Produção de Ovos (Unidade)		
	Classificados	Rejeitados	Total/Consumo
2004	35.942.964	1.410.564	34.532.400
2005	35.942.844	1.410.564	34.532.280
2006	28.215.048	702.036	27.513.012

#### **4.1.5 Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino Provenientes da União Europeia**

A publicação do Regulamento n.º 1974/2005, de 2 de Dezembro, que altera o Regulamento n.º 999/2001 de 22 de Maio, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2006, veio determinar que a idade de remoção da coluna vertebral passasse para os 24 meses.

Assim, há obrigatoriedade de remover a coluna vertebral e os gânglios das raízes dorsais, às carnes de bovino, de idade superior a 24 meses, em carcaças, meias carcaças e quartos de carcaça, com origem em outros Estados-Membros.

De igual forma, essa remoção só poderá ser efectuada em salas de corte e desossa homologados e autorizados pela Direcção Geral de Veterinária.

Na RAM, esta remoção é realizada nas duas salas de corte e desossa autorizadas. Estas operações são supervisionadas e controladas por Médicos Veterinários da Direcção Regional de Veterinária.

A coluna vertebral e os gânglios das raízes dorsais são retirados a estes bovinos, sendo que, têm de ser tratados como uma Matéria de Risco Especificada (M.R.E.) e recolhidos para incineração, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 4/99/M, de 12 de Fevereiro, o qual restringe a utilização de produtos de origem bovina na alimentação humana e animal, na Região Autónoma da Madeira.

No ano de 2006, deram entrada na Região 231 contentores de carne de bovino, com meias carcaças, quartos de carcaça e partes de carcaça com coluna vertebral, provenientes da França, Espanha, Alemanha e da Bélgica com o peso de 2.728.165,0 kg, no entanto apenas 6.438,0 kg foram sujeitas a controlo de remoção de coluna, uma vez que eram provenientes de animais com mais de 24 meses de idade.

**Quadro n.º 25 – Remoção da Coluna Vertebral em Carcaças de Bovino  
Proveniente da União Europeia**

Meses	N.º de Contentores	Peso Carcaça (kg)	Peso Carcaça (kg) C/ remoção de coluna	Total de MRE (kg)	N.º Controlos	Países de Origem
Janeiro	15	197.031,0	45.522,8	2.648,0	8	França; Portugal
Fevereiro	16	219.893,0	2.981,6	402,0	5	França
Março	14	127.373,0	1.954,4	280,0	4	França
Abril	19	221.000,0	2.587,0	338,0	4	França
Mai	19	236.840,0	2.479,5	361,0	4	França
Junho	20	260.584,0	2.889,2	316,0	4	França
Julho	20	249.686,0	1.953,1	319,0	4	França
Agosto	26	292.418,0	3.309,7	493,0	6	França
Setembro	18	231.106,0	2.562,0	380,0	3	França
Outubro	23	279.302,0	2.361,1	356,0	5	França
Novembro	21	284.392,0	2.866,4	429,0	4	França
Dezembro	20	131.562,0	3.398,6	116,0	4	França
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>2.731.187</b>	<b>74.865,4</b>	<b>6.438</b>	<b>55</b>	

#### 4.1.6 Controlos Aleatórios nos Centros de Abate e Lotas da RAM

**Quadro n.º 26 – Bem-estar animal no transporte e abate**

Tipo de Controlos	Espécie						N.º de Controlos Efectuados	Resultado
	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Leporídeos	Aves		
Controlo de Transporte e Bem-Estar Animal	20	19	14	13	16	12	94	Falta de protecção contra intempéries Falta de camas Excesso de densidade Animal no caso de transporte de leitões
Protecção dos Animais no Abate	7	6	1	-	3	1	18	Falta de caixa para contenção na insensibilização de pequenos ruminantes e leitões Falta de dispositivo indicador da voltagem/Amperagem Manipulação inadequada no encaminhamento dos animais

**Quadro n.º 27 – Outros Controlos**

<b>Tipo de Controlos</b>	<b>N.º de Controlos Efectuados</b>	<b>Resultado</b>
Controlo de Monitorização do Plano de Higiene e Limpeza	28	Sodiprave =12 Satisfatório CASS =16 Satisfatório com aplicação de medidas correctivas
Controlo de Conformidade das Carnes	17	Falta de rótulo nas carcaças de bovino Marcas sanitárias não legíveis Falha de rastreabilidade
Controlo de Subprodutos	11	Número de contentores insuficientes para uma devida separação dos subprodutos Deficiente higienização dos contentores Saída dos MRE'S sem resultado da EEB Câmaras destinadas aos subprodutos não dotadas de fechadura/cadeado
Requisitos higio-sanitários de Embarcações de Pesca	39	2 – Muito bom 1 – Bom 10 – Razoável 11 – Fraco 11 – Muito fraco; 4 – Medíocre

## 4.2 Divisão de Fiscalização Veterinária

À Divisão de Fiscalização Veterinária compete assegurar a fiscalização dos estabelecimentos de produção e comercialização, no âmbito da qualidade e segurança alimentar, o cumprimento das normas legais, de bem-estar animal, o registo e circulação dos animais, bem como, proceder à instrução de processos de contra-ordenação.

Considerando que esta divisão iniciou a sua actividade no ano transacto, considerou como prioritário a instrução de processos de contra-ordenação.

### 4.2.1 Processos de Contra-ordenação

Em 2006, foram instaurados 25 processos de contra-ordenação. Destes encontram-se concluídos 10, 3 com decisão de arquivamento e 7 com decisão de pagamento da coima, 15 processos transitaram para o ano seguinte.

Foram ainda tratados e concluídos 9 processos de contra-ordenação, remetidos pela IRAE, para aplicação da Decisão, as quais se encontra descritas no quadro n.º 2

**Quadro n.º 1 – Processos de Contra-ordenação abertos pela DSIV**

<b>TIPO</b>	<b>Autos de Notícia</b>			<b>Total</b>
	<b>Internos</b>		<b>Externos (PSP)</b>	
	<b>DSPV</b>	<b>DSIV</b>		
<b>Animais de Companhia</b>	13	2	2	17
<b>Animais de Produção</b>	7	1	-	8
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>25</b>

**Quadro n.º 2 – Processos de Contra-ordenação com Conclusão**

Entidade instrutora dos processos	Decisão				Total
	Arquivamento	Coima	Admoestação	Tramitação processual externa	
<b>DRV/DSIV</b>	3	7	-	-	10
<b>IRAE</b>	4	1	2	2	9
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>19</b>

Conforme se pode constatar no quadro n.º 2, 8 processos de contra-ordenação terminaram em decisões de condenação no pagamento de coimas (1.651,30€), sendo que uma foi remetida para o Ministério Público para a respectiva execução.

Os tipos de ilícitos, objecto dos processos de contra-ordenação instaurados em 2006, estão descritos no quadro seguinte:

**Quadro n.º 3 – Tipo de Ilícitos dos Processos de Contra-ordenação instaurados pela DSIV**

	Total	25
	Descrição	N.º de Processos
<b>Animais de Companhia</b>	Falta de identificação	1
	Falta de requisitos em alojamento	1
	Falta de identificação	1
	Falta de identificação	1
	Falta de vacina anti-rábica	1
	Falta de requisitos em alojamento	4
	Falta de vacina anti-rábica	5
	Falta de registo e licenciamento	2
	Falta de vacina anti-rábica	2
	Falta de registo e licenciamento	2
	Presença na via pública sem detentor	1
	Falta de autorização para permanência de mais de 4 animais	1
<b>Animais de Produção</b>	Falta de requisitos sanitários à entrada na RAM, proveniente de PT	1
	Violência contra canídeos	1
	Transporte de caprinos em Contentores não licenciados	1
	Impossibilidade ao correcto acesso aos contentores	1
	Falta de comunicação ao SNIRB	2
	Falta de Protecção conta intempéries	2
	Atraso na Comunicação ao SNIRB	1
Falta de guia sanitária de trânsito	1	
	Atraso na Comunicação ao SNIRB	1
	Falta de identificação de bovinos	1
	Presença de resíduos de AB	1
	Falta de declaração emitida por MV-duplicado da receita	1

#### Quadro n.º 4 – Controlos Subsequentes a Denúncias

Tipo de Controlos	N.º de Controlos Efectuados	Incidência dos Controlos	Resultado	Observações
Falta de condições de bem-estar animal	1	Não possível notificar a proprietária do canídeo por alteração de residência		
Falta de condições de salubridade no alojamento de canídeos	2	Alojamento de animais de companhia	Satisfatório =1 Não Satisfatório =1	
		Documentação dos canídeos	Não conforme =2	Auto de notícia por falta de vacinação anti-rábica =2
Falta de identificação de canídeos	1	Envio de Notificação para identificação do arguido		

Durante o ano transacto, fomos confrontados, com 4 denúncias, envolvendo animais de companhia, as quais despoletaram 2 processos de contra-ordenação.

#### Quadro n.º 5 – Processos de Contra-ordenação enviados pela IRAE

Descrição	N.º de Processos	Motivo	Obs.
Falta de Certificação sanitária no transporte de aves	2	Falta de identificação do arguido	Arquivado
Falta de Licenciamento da exploração avícola Falta de comunicação à DRV da chegada de aves vivas	1	Aplicação da coima	Coima
Falta de Certificação sanitária no transporte de aves	1	Instrução não é competência da IRAE	Envio ao Parque Natural para instrução
Bem-estar Animal	1	Falta de identificação do presumível Infractor	Arquivado
Falta de Guias sanitárias de trânsito Inexistência de médico veterinário	1	Aplicação da coima	Admoestação
Irregularidades no transporte, embalamento e rotulagem de carnes de bovino	1	Aplicação da coima	Admoestação
Falta de registo de operador/receptor Falta de comunicação à DRV	1	Aplicação da coima	Arquivado por prescrição do processo
Falta de documentação comercial na comercialização de aves	1	Aplicação da coima	Envio à IRAE Por não ser da competência da DRV
<b>Total</b>	<b>9</b>		

## 5. Laboratório Regional de Veterinária

### Introdução

O Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar tem como missão prestar serviços laboratoriais na área da segurança alimentar, saúde e produção animal na região autónoma da Madeira.

Durante o ano de 2006 e no âmbito das suas competências o LRVSA processou 6202 amostras provenientes de entidades públicas e privadas, nomeadamente empresas do ramo alimentar, empresas de aquacultura, clínicas veterinárias, explorações pecuárias e avícolas incluindo as de produção biológica, e ainda as decorrentes das acções de fiscalização da Direcção Regional de Veterinária e de projectos de investigação da Universidade da Madeira e do Laboratório de Biologia Marinha.

Dos serviços laboratoriais prestados refere-se o apoio laboratorial prestado, ao Plano de Vigilância das Encefalopatias espongiiformes transmissíveis segundo as Decisões 272/98 e 374/2000, ao Controlo oficial de detecção de Triquinias na carne segundo o Regulamento (CE) nº 2075/2005 da Comissão, ao Estudo da prevalência de Salmonelas em bandos de frangos para assar de *Gallus gallus* na EU segundo a SANCO/1688/2005 e ao Plano de Vigilância da Gripe Aviária segundo as Decisões 2002/649/CE de 5 de Agosto e 2004/111/CE de 29 de Janeiro.

Sendo a **formação** um factor crítico de sucesso para qualquer laboratório, tem sido feito um grande esforço no sentido de dar formação de qualidade ao maior número possível de técnicos com vista ao reforço das suas competências. Neste âmbito refere-se a realização de dois estágios no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária de Lisboa, a frequência de seis acções de formação realizadas na região com formadores externos, duas das quais organizadas pelo LRVSA e frequentadas por dez técnicos e ainda a participação em dois seminários.

Sendo outro factor crítico de sucesso a **certificação dos técnicos**, que segundo a NP EN ISO IEC 17025 deverá ser feita por um organismo independente e credível que a nível nacional é a Relacre, solicitámos a esta entidade a certificação de uma técnica profissional coordenadora que exerce as suas funções no departamento de microbiologia alimentar, o que constituirá um contributo importantíssimo na credibilização dos resultados deste laboratório.

A participação em **ensaios inter-laboratoriais** dum maior leque de técnicas analíticas permitiu não só a avaliação do desempenho do laboratório bem como a comparação da sua performance com outros laboratórios nacionais e internacionais.

Ao longo do ano transacto o LRVSA pretendeu dar resposta a todas as solicitações de âmbito laboratorial não só de entidades privadas como públicas tendo implementado várias técnicas analíticas nomeadamente a pesquisa de ovos de helmintes em águas destinadas à rega, pesquisa de Triquinias em carnes frescas de suíno, o controlo da eficácia da lavagem mecanizada e desinfecção em roupas contaminadas e o controlo microbiológico da qualidade do ar ambiente e de superfícies.

As **parcerias** estabelecidas com a Universidade de Trás os Montes no âmbito do estudo sobre Leishmaniose e Toxoplasmose em pequenos animais, com a Universidade da Madeira, o Laboratório de Biologia Marinha e o Parque Natural no âmbito de vários projectos de investigação que visam a preservação de várias espécies marinhas, e ainda o contrato de prestação de serviços com a Universidade da Madeira para a realização das análises virulógicas em pequenos animais permitiram ao LRVSA alargar o seu âmbito de actuação.

### Actividades Previstas:

Sendo o LRVSA a única entidade regional que efectua análises laboratoriais na área da segurança alimentar, pretende-se promover a sua divulgação junto das empresas do sector alimentar através de um “workshop” realizado para o efeito.



Pretende-se igualmente formular um plano estratégico através da metodologia do “balanced scorecard” que será implementado a partir de 2008.

## 5.1 Divisão de Bromatologia

Em 2006, tal como em anos anteriores, as amostras sujeitas a análises nesta Divisão foram processadas conforme os Procedimentos internos baseados em Normas Internacionais (ISO) e Normas Portuguesas (NP) e foram respeitadas as regras das boas práticas de laboratório.

### Departamento de Microbiologia Alimentar

Comparando os resultados dos últimos 4 anos, expressos no quadro n.º 1, pode constatar-se que o número de amostras continua a aumentar (+16.5%), ainda que o conjunto das determinações correspondentes tenha crescido apenas 2%.

À semelhança do que já sucedera em 2005, também este ano o aumento do número de análises se deveu principalmente ao controlo efectuado pelas entidades oficiais, no quadro do Programa de Controlo Oficial dos géneros alimentícios, com especial incidência nos produtos lácteos, sendo de realçar o número de amostras de leite cru: 890.

Registe-se que apenas 180 amostras, cerca 14.3% do total, foram entregues por entidades privadas (na sua grande maioria unidades de transformação). Estes números representam, em relação ao ano de 2005 um muito ligeiro acréscimo: 2.5%.

**Quadro n.º 1 – Número de Amostras e Determinações de 2004 até 2006**

		<b>Amostras</b>	<b>Determinações</b>
	2004	556 (+30%)	1 622 (+1%)
	2005	1 094 (+97%)	2 358 (+45%)
	<b>2006</b>	<b>1 263 (+ 16.5%)</b>	<b>2 397 (+ 2%)</b>

Entre todos os produtos analisados, os lácteos (com 1.025 amostras) são os que constituem o grupo mais significativo. Quanto aos restantes alimentos, não se registaram grandes alterações, com excepção do grupo dos “Cereais, grãos e derivados” com uma quebra de 50%.

**Quadro n.º 2 – Alimentos Analisados. Número de Amostras e de Determinações**

<b>Alimentos</b>	<b>Amostras</b>	<b>Determinações</b>
<b>Carnes e produtos cárneos</b>		
Bovinos	15	95
Aves	4	10
Enchidos	7	42
<b>Lacticínios</b>		
Leite cru	890	890
Leite pasteurizado	4	4
Leite UHT	9	18
Queijo fresco	10	60
Queijo curado	25	135
Requeijão	63	351
Gelados	23	38
Soro de leite	1	2
<b>Pescado</b>		
Peixe refrigerado	3	6
Peixe congelado	71	338
Molusco	11	67
Marisco	7	24
<b>Cereais, grãos e derivados</b>		
Arroz	2	6
Milho	2	5
Trigo	4	16
Farinhas	5	10
Massas	2	6
<b>Alimentos prontos a comer</b>		
Bolachas	2	6
Carnes de aves	2	2
Folhados	1	6
Refeições	8	24
Molhos	2	8
Enchidos	3	18
Pastas	3	3
Surimi	1	7
Sobremesas	18	36
<b>Zaragatoas</b>		
Mãos	8	14
Superfícies/Equipamento	55	86
Ensaio Inter-Laboratoriais Standard	12	60
<b>Outros</b>		
Água de lavagem	1	2
Embalagem	1	2

Este quadro n.º 3 permite constatar que, do conjunto de todas as Contagens, se evidencia a dos mesófilos que representa uma percentagem de cerca de 61%. Destes, 75% são realizadas em amostras de leites crus, provenientes de colheitas no quadro do Programa de Controlo Oficial dos géneros alimentícios, não estão, neste quadro, referenciados os resultados obtidos, podendo no entanto afirmar-se que, para estas amostras, são basicamente semelhantes aos de anos anteriores.

**Quadro n.º 3 – Número de Determinações, de Amostras Positivas e Negativas**

<b>Determinações</b>			
Contagens			
Contagem de microrganismos a 30°C	1.192		
Contagem de microrganismos a 4°C	9		
Contagem de microrganismos a 55°C	3		
Contagem de Enterobacteriaceae sp.	243		
Contagem de E. coli	199		
Contagem de Staphylococcus aureus	225		
Contagem de Bacillus cereus	17		
Contagem de esporos de Clostridium SR	14		
Contagem de Bolores e Leveduras	34		
Contagem de Listeria monocytogenes	9		
Contagem de Pseudomonas sp.	5		
Contagem de Anaeróbios a 30°C	6		
Contagem de Anaeróbios a 55°C	3		
Contagem de Clostridium perfringens	2		
Contagem de Coliformes	8		
<b>Pesquisas</b>		<b>Positivos</b>	<b>Negativos</b>
Pesquisa de Salmonella sp.	211	4	207
Pesquisa de Listeria monocytogenes	142	16	126
Pesquisa de Vibrio parahaemolyticus	55	0	55
Pesquisa de Campylobacter sp.	8	5	3
Pesquisa de E. coli O: 157	4	2	2
Pesquisa de Shigella sp.	3	0	3
Pesquisa de toxina estafilocócica	1	0	1

O quadro n.º 4 sintetiza o conjunto de ensaios inter-laboratoriais realizados durante este ano e relativo ao esquema em que o Departamento se inscreveu: O Standard Scheme da Health Protection Agency e ao abrigo do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade - Microbiologia dos Alimentos. Ainda que não estejam assinalados no Quadro, é importante salientar que todos os resultados obtidos por este Laboratório e sujeitos a apreciação da H.P.A. tiveram valoração máxima, sem qualquer penalização – o que é sintomático do cumprimento das boas práticas laboratoriais e da fiabilidade dos resultados obtidos por todos os técnicos que realizaram as análises.

#### Quadro n.º 4 – Ensaios Inter-laboratoriais

Ensaios Inter-laboratoriais			
Contagens			
Contagem de microrganismos a 30° C	12		
Contagem <i>Enterobacteriaceae</i> sp	4		
Contagem de <i>E. coli</i>	4		
Contagem de <i>Staphylococcus aureus</i>	6		
Contagem de <i>Bacillus cereus</i>	2		
Contagem de <i>Clostridium perfringens</i>	4		
Contagem de Coliformes	4		
Contagem de <i>Listeria monocytogenes</i>	4		
Pesquisas		Positivos	Negativos
Pesquisa de <i>Salmonella</i> sp	8	5	3
Pesquisa de <i>Listeria monocytogenes</i>	2	1	1
Pesquisa de <i>Campylobacter</i> sp	6	2	4
Pesquisa de <i>E. coli</i> O 157	4	2	2

#### Departamento de Química Alimentar

A partir dos dados do quadro n.º 5, pode constatar-se que os números de amostras recebidas e de determinações efectuadas cresceram, respectivamente, cerca de 38 e 33%, por comparação com o ano de 2005.

#### Quadro n.º 5 – Número de amostras e determinações de 2004 até 2006

	Amostras	Determinações
2004	184	766
2005	675	2745
<b>2006</b>	<b>930</b>	<b>3653</b>

À semelhança do que sucede no Departamento de Microbiologia Alimentar, também aqui os leites crus de bovino constituem a grande percentagem das amostras entradas para análise: cerca de 98%, e resultam, na sua grande maioria, de colheitas no quadro do Programa de Controlo Oficial dos géneros alimentícios.

#### Quadro n.º 6 – Amostras e Determinações

	Amostras	Determinações
Leite cru/bovino	911	3616
Leite UHT	9	27
Leite cru de ovino	2	2
Leite pasteurizado de ovino	1	1
Leite pasteurizado de bovino	7	7

É fácil constatar que, no que respeita aos leites crus de bovino, o número de amostras entradas não corresponde ao de amostras analisadas. Tal facto resulta de uma amostra se encontrar totalmente prejudicada, o que impediu todos os ensaios, e oito estarem floculadas pelo que, sendo possível a pesquisa de inibidores (AB), não foi possível a realização dos ensaios no “Milko-Scan” e no crioscópio, nem a contagem de células somáticas.

Não constam deste Relatório os resultados obtidos, podendo no entanto afirmar-se que, para estas amostras, são basicamente semelhantes aos de anos anteriores.

**Quadro n.º 7 – Determinações**

Ensaio	MSc	Cr	Ac	pH	CS	Dens	Organ	AB	F
<b>Leites</b>									
Cru/bovino	902	902	-	-	902	-	-	910	-
UHT	-	-	9	9	-	-	9	-	-
Cru/ovino	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Pasteur./ovino	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Pasteur./bovino	-	-	-	-	-	-	-	-	7

MSc – Milko Scan; Cr – Crioscópio; Ac – Acidez; CS – Células somáticas; Dens – Densidade; Organ – Caracteres organolépticos; AB – Pesquisa de inibidores; F – Fosfatase.

Através deste Departamento foram enviadas para o IPIMAR, 1 amostra de polvo congelado, 1 de pota congelada e 10 de atum congelado. Para o LNV foi enviada uma amostra de miolo de camarão. Todas as amostras se destinavam a pesquisas na área da Química Alimentar que não se realizam no LRVSA, nomeadamente pesquisa de histamina e de mercúrio.

## 5.2 Divisão de Patologia

No ano de 2006, a Divisão de Patologia deu continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior.

Foram elaborados e organizados os procedimentos relativos às pesquisas que se efectuam no departamento. A participação em programas de comparação interlaboratorial pelo Departamento de Microbiologia clínica foi também alargada ao Departamento de Parasitologia.

Realça-se a participação no Estudo de Base sobre a Prevalência de Salmonelas em Bandos de frangos para assar de *Gallus gallus* na EU que implicou a análise de 55 amostras.

### Departamento de Microbiologia Clínica

Neste departamento efectuou-se o processamento de amostras provenientes de clínicas veterinárias, de explorações pecuárias, incluindo as avícolas, e nestas as de produção biológica. Também se procedeu à análise de amostras provenientes do Projecto de Conservação das “Focas - Monge” e ainda amostras de alimento e larvas de peixes de aquacultura.

No quadro n.º 1 assinalam-se os exames efectuados em 2006.

**Quadro n.º 1 – Exames Efectuados**

Tipo de Análise	N.º de Amostras Analisadas em 2006
Pesquisa de agentes bacterianos em vísceras, exsudados, urinas e fezes	164
Pesquisa e identificação de dermatófitos	89
Antifungigrama	20
Antibiograma	115
Amostras de explorações avícolas	46
Estudo da prevalência da Salmonella	55
Controlo microbiológico do ar e ambiente	

No quadro n.º 2 indicam-se os diferentes tipos de microrganismos patogénicos isolados e respectivas amostras.

**Quadro n.º 2 – Tipos de Agentes Microbiológicos**

<b>Espécie animal</b>	<b>Amostra Clínica</b>	<b>Microrganismos</b>	<b>N.º de Microrganismos</b>
<b>Canídeo</b>	Pêlos	Trichophyton spp	10
		Microsporium canis	3
	Raspagem dérmica	Staphylococcus aureus	9
		Escherichia coli	1
		Corynebacterium ANF-1	1
	Urina	Pasteurella pneumotropica	1
		Pasteurella multocida	2
		Escherichia coli	10
		Pasteurella spp	1
		Staphylococcus aureus	4
		Staphylococcus spp.	1
		Acinetobacter spp.	2
		Streptococcus sanguis	1
		Enterococcus faecalis	2
		Staphylococcus lentus	1
Staphylococcus hominis		1	
Staphylococcus xylosus		1	
Streptococcus group G	2		
Proteus spp	1		
Hemocultura	Pasteurella multocida	2	
	Streptococcus canis	1	
	Escherichia coli	1	
	Rhodococcus spp	1	
	Streptococcus bovis	1	
	Escherichia coli	1	
	Bordetella bronchiseptica	1	
	Enterobacter cloacea	1	
Vísceras	Klebsiella pneumoniae	1	
	Escherichia coli	4	
	Streptococcus bovis	1	
	Pasteurella multocida	1	
	Rhodococcus spp	1	
	Bordetella bronchiseptica	1	
	Enterobacter cloacea	2	
	Proteus spp	1	
	Staphylococcus aureus	1	
Exsudado	Staphylococcus aureus	7	
	Proteus mirabilis	2	
	Pasteurella multocida	2	
	Escherichia coli	1	
	Enterococcus faecalis	1	
	Streptococcus grupo G	1	
	Pasteurella pneumotrópica	1	
	Enterobacter cloacea	1	
	Proteus spp	1	
	Pseudomonas aeruginosa	2	
	Cândida glabrata	3	
	Pseudomonas fluorescens	1	
	Pasteurella spp	1	
	Corynebacterium spp	1	
	Moraxella spp	1	
Pasteurella haemolytica	1		
Streptococcus spp	1		
<b>Felídeo</b>	Pêlos	Trichophyton spp	4
		Microsporium canis	1
	Raspagem dérmica	Staphylococcus aureus	2

	Vísceras	Streptococcus spp	1
		Escherichia coli	1
		Klebsiella pneumoniae	1
	Fezes	Streptococcus grupo D	1
	Urina	Staphylococcus simulans	1
		Pseudomonas alcaligenes	1
		Acinetobacter spp	2
		Staphylococcus epidermidis	1
		Escherichia coli	1
		Pseudomonas aeruginosa	1
Staphylococcus xylosum		1	
Exsudados	Staphylococcus capitis	1	
	Corynebacterium ulcerans	1	
	Staphylococcus aureus	1	
	Enterococcus faecalis	1	
<b>Papagaio</b>	Raspagem dérmica	Staphylococcus aureus	1
	Exsudado	Salmonella spp	1
		Pasteurella spp	1
		Enterococcus cloacea	1
		Staphylococcus aureus	1
		Escherichia coli	1
	Fezes	Pseudomonas spp	1
		Escherichia coli	2
Staphylococcus hyicus		1	
Vísceras	Salmonella spp	2	
	Staphylococcus aureus	1	
	Escherichia coli	4	
	Cândida albicans	1	
	Pseudomonas spp	1	
	Staphylococcus hyicus	1	
<b>Cunídeo</b>	Urina	Staphylococcus spp.	1
		Streptococcus grupo G	1
		Corynebacterium spp.	1
		Escherichia coli	1
		Proteus spp.	1
	Vísceras	Escherichia coli	6
		Streptococcus grupo D	2
Pêlos	Proteus spp	1	
Hemocultura	Trichophyton spp	1	
	Escherichia coli	1	
Exsudado	Staphylococcus lentus	1	
<b>Caprino</b>	Pêlos	Staphylococcus epidermidis	1
	Raspagem dérmica	Trichophyton spp	1
	Vísceras	Staphylococcus aureus	1
		Escherichia coli	2
		Streptococcus spp	1
		Acinetobacter spp	1
		Pasteurella spp	1
Clostridium perfringens	1		
Hemocultura	Staphylococcus hyicus	1	
	Escherichia coli	1	
<b>Bovino</b>	Vísceras	Escherichia coli	1
		Staphylococcus spp	1
		Proteus spp	1
<b>Equídeo</b>	Fezes	<b>Escherichia coli</b>	1
		Staphylococcus spp	1
		Enterococcus faecalis	1
<b>Faição</b>	<b>Vísceras</b>	<b>Escherichia coli</b>	1

		Streptococcus grupo D	1
	Fezes	<b>Escherichia coli</b>	1
<b>Pavão</b>	<b>Vísceras</b>	<b>Pseudomonas aeruginosa</b>	1
		Escherichia coli	1
		Pseudomonas putida	1
	<b>Hemocultura</b>	<b>Pseudomonas aeruginosa</b>	1
<b>Pato</b>	Vísceras	Staphylococcus aureus	1
		Escherichia coli	1
		Proteus spp.	1
<b>Melro</b>	Intestino	Citrobacter freundii	1
<b>Pombo</b>	Intestino	Escherichia coli	1
	Vísceras	Escherichia coli	2
<b>Rola</b>	Intestino	Escherichia coli	1
<b>Foca Monge</b>	Vísceras	Escherichia coli	1
<b>Arara</b>	Vísceras	Proteus spp.	1
<b>Gaivota</b>	Vísceras	Proteus spp	1
		Morganella morgani	1
		Aspergillus spp.	1
<b>Peixe</b>	Vísceras	Vibrio damsela	2
		Vibrio alginolyticus	1
		Aeromonas spp	1
		Vibrio vulnificus	1
		Staphylococcus aureus	1
		Pseudomonas spp	1
<b>Golfinho</b>	Hemocultura	Escherichia coli	1
		Clostridium sporogenes	1
		Clostridium botulinum	1
<b>Ganso</b>	Vísceras	Escherichia coli	1
		Enterococcus faecalis	1
		Pseudomonas putrefaciens	1
		Clostridium perfringens	1
<b>Garça</b>	Intestino	Escherichia coli	1
<b>Ovino</b>	Hemocultura	Staphylococcus aureus	2
		Escherichia coli	3
		Acinetobacter spp	1
		Pasteurella haemolytica	1
		Streptococcus bovis	2
		Corynebacterium spp	1
		Serratia spp	1
		Proteus spp	1
		Enterobacter spp	2
		Staphylococcus capitis	1
	Vísceras	Staphylococcus aureus	2
		Escherichia coli	3
		Acinetobacter spp	1
		Pasteurella haemolytica	1
		Streptococcus bovis	2
		Corynebacterium spp	1
		Serratia spp	1
Proteus spp	1		
Enterobacter spp	2		
Staphylococcus capitis	1		
<b>Suíno</b>	Vísceras	Escherichia coli	1
		Staphylococcus aureus	1
		Streptococcus spp	1
<b>Galináceo</b>	Pintos do dia	Salmonella spp	6
		Pseudomonas aeruginosa	1
		Escherichia coli	5
		Staphylococcus aureus	2



		Streptococcus grupo D	1
	Amostras de aviário	Salmonella spp	1
		Salmonella arizonae	1
	Vísceras + cecos	Escherichia coli	8
		Streptococcus grupo D	1
		Proteus spp	2
		Salmonella spp	2
		Staphylococcus spp	1
		Staphylococcus epidermidis	1
		Pasteurella haemolytica	1
		Staphylococcus capitis	1
		Staphylococcus aureus	2
		Corynebacterium spp	1
	Pasteurella spp	1	
Hemocultura	Escherichia coli	1	
	Staphylococcus spp.	1	
<b>Tubarão</b>	Raspagem dérmica	Aspergillus grupo terreus	1
		Fusobacterium spp	1

### Departamento de Parasitologia

À semelhança do ano transacto este departamento processou amostras de fezes e raspagens dérmicas provenientes de clínicas veterinárias, de explorações pecuárias, incluindo as de produção biológica e ainda amostras provenientes do Centro de Abate para diagnóstico da Cisticercose.

Salienta-se a implementação da técnica de digestão para detecção da *Trichinella* em carnes de suínos frescas.

No quadro n.º 3 indicam-se as amostras analisadas, e respectivamente, o número de casos positivos e negativos.

**Quadro n.º 3 – N.º de Amostras Analisadas**

Tipo de análise	N.º de Amostras	Positivos	Negativos
<i>Pesquisa de helmintes gastrointestinais</i>	402	112	290
<i>Pesquisa de ectoparasitas</i>	28	10	18
<i>Pesquisa de cisticercus</i>	61	52	9

O quadro n.º 4 refere o tipo de parasitas identificados nos vários tipos de amostras analisadas.

**Quadro n.º 4 – Tipo de Parasitas Identificados**

<b>Amostra Clínica</b>	<b>Agentes Encontrados</b>	<b>N.º de Amostras Analisadas</b>
<b>Fezes</b>	Estrongilos g.i Strongyloides papillosus Trichuris vulpis Trichostrongylus retartaeformis Moniezia sp. Taenia sp. Toxocara canis Eimeria spp. Isospora sp. Ascaridia galli Heterakis gallie Capillaria sp. Passalurus ambiguus Haemonchus Taenia raillietina sp. Graphidium strigosum Heterakis gallinarum Cysticercus taenuicollis	402
<b>Raspagem dérmica</b>	Demodex canis Notoedres cati Ornithonissus spp. Trichodectes canis	27
<b>Músculo</b>	Cysticercus bovis	55

### **Departamento de Anatomopatologia**

Durante o ano transacto procedeu-se ás análises de rotina, de acordo com os procedimentos já elaborados. Foram necropsiadas diversas aves no âmbito do despiste da Gripe Aviária, e posteriormente enviadas 568 amostras para pesquisa do vírus da gripe aviaria no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

O quadro n.º 5 indica o total de amostras entradas no departamento no ano de 2006.

**Quadro n.º 5 – Total de Amostras**

<b>Tipo de Análise</b>	<b>N.º de Amostras</b>
	<b>2006</b>
Citológica	4
Histopatológica	178
Anatomo-patológica	202

O quadro n.º 6 especifica o número de espécies animais submetidas a exame Anatomo-Patológico, no ano de 2006

**Quadro n.º 6 – Número de Espécies Animais**

<b>Espécie Animal</b>	<b>N.º de Amostras</b>
Felídeo	4
Canídeo	33
Cunídeo	23
Ovino	9
Caprino	4
Tartaruga Nigeriana	1
Tubarão	1
Peixe Dourado	2
Furão	1
<b>Aves</b>	
Galináceo	35
Papagaio	3
Psitacídeo	3
Faisão	3
Gaivota	13
Garça Real	6
Pombo	41
Coruja	1
Pato	6
Melro preto	6
Rola	1
Perdiz	1
Pavão	3
Arara	1
Ganso	1

O quadro n.º 7 especifica o tipo de lesões observadas nas amostras analisadas, no ano de 2006

**Quadro n.º 7 – Tipo de Lesão / Patologia por Espécie**

Análises Anatomopatológicas / Histopatológicas	Tipo de Lesão/ Patologia	N.º de Cadáveres / Amostras
Canídeos	Pneumonia	1
	Insuficiência cardíaca congestiva (Filariose cardíaca)	5
	Intoxicação por Dicumarinas	1
	Parvovirose	1
	Broncopneumonia	3
	Tromboembolia pulmonar	2
	Coccidiose	1
	Esgana	1
	Hemorragia interna	2
	Piometra	1
	Enterite vírica	1
	Septicemia neonatal	1
	Orquite necrótico purulenta	1
Felídeos	Insuficiência renal crónica	1
	Peritonite infecciosa felina	1
	Hemobartonelose	1
Galináceos	Doença de Gumboro	1
	Colisepticemia	2
	Varíola aviária	1
	Salmonelose	11
	Onfalites	10
	Doença de Marek	2
	Coccidiose	2
	Parasitose	2
Psitacídeos	Enterite aguda	1
	Enterite hemorrágica	1
	Salmonelose	2
Gaivotas	Enterite aguda	1
	Aspergilose pulmonar	1
Ganso	Clostridiose	1
Coruja	Coccidiose	1
Perdiz	Coccidiose	1
	Hepatite necrótico-purulenta	1
Pombos	Intoxicação por Dicumarinas	15
	Parasitose	10
	Coccidiose	2
Suínos	Adenomatose intestinal proliferante	6
	Pneumonia intersticial	6
Bovinos	Nefrite purulenta	3
	Nefrite intersticial sub-aguda	3
	Nefrite focal intersticial	1
	Hematúria Enzoótica	4
	Melanose maculosa	2
	Sarcosporidiose	3
	Cistite aguda	1
Coelhos	Doença Hemorrágica viral	4
	Mixomatose	5
	Parasitismo	1
	Coccidiose hepática	1
Ovinos	Enterotoxémia	2
	Broncopneumonia verminosa	2
Caprino	Enterotoxémia	1
	Pneumonia verminosa	1
Foca de Crista	Edema pulmonar	1
Furão	Processo necrótico-purulento	1

O quadro n.º 8 refere a classificação das lesões neoplásicas identificadas no Departamento, de acordo com a Classificação Histológica Internacional dos Tumores dos Animais Domésticos da Organização Mundial de Saúde e ainda de algumas lesões inflamatórias.

**Quadro n.º 8 – Lesões Neoplásicas e Inflamatórias**

<b>Análises Histopatológicas</b>	<b>Classificação do Tumor</b>	<b>N.º de Amostras</b>
<b>Canídeos</b>	Quisto epidérmico	1
	Fibropapiloma	1
	Acantoma infundibular queratinizante	1
	Fibroma	1
	Tumor das células basais	1
	Mioepitelioma da mama	1
	Fibrosarcoma	2
	Mastocitoma grau I	2
	Histiocitoma cutâneo	2
	Foliculite neutrofílica	1
	Carcinoma complexo da mama	1
	Carcinomatubulopapilífero do tipo quístico	1
	Carcinoma sólido da mama	1
	Carcinoma das células escamosas	1
	Hemangioendotelioma do baço	1
	Reacção piogranulomatosa	1
	Lipoma infiltrativo	1
	Lipoma	1
	Osteosarcoma da mama	1
	Tumor misto benigno da mama	1
	Ectasia ductal da mama	1
	Cirrose hepática post degenerativa	1
	Linfoma maligno	1
	Hiperplasia das glândulas sebáceas	1
Tumor das células de Leydig	1	
Quistos epidérmicos	1	
Carcinoma das glândulas sebáceas	1	
Adenoma das glândulas de Harden	1	
<b>Felídeos</b>	Timoma	1
	Tricoblastoma do tipo trabecular	1
	Quistos mamários	1
	Adenocarcinoma pulmonar	1
	Fibroadenoma pericanalicular	1
<b>Psitacídeos</b>	Osteocondroma	1
<b>Bovinos</b>	Tumor das células da granulosa	1
	Hemangioma da bexiga	2
	Hemangiosarcoma da bexiga	1
	Papiloma da bexiga	2
	Cistite cística	1
	Fibropapiloma	1
	Lipoma	1
Carcinoma das glândulas suprarrenais		
<b>Caprino</b>	Adenoma do útero	1

### **Departamentos de Serologia e Análises Clínicas**

No ano transacto para além das análises efectuadas a 1.276 soros para pesquisa dos anticorpos anti-brucella, procedeu-se à colheita e centrifugação de 16 sangues de cães e gatos entrados na RAM, provenientes de países terceiros para pesquisa de anticorpos anti-rábicos e à

centrifugação de sangues de grandes e pequenos ruminantes para pesquisa de anticorpos anti-paratuberculose (2 amostras), anti-leucose bovina (153 amostras) e anti-peripneumonia (25 amostras), amostras estas que foram posteriormente enviadas para o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

No que diz respeito às análises clínicas este departamento tem dado resposta a todas as solicitações não só de clínicas privadas de pequenos animais como também as que decorrem da clínica de grandes animais.

No quadro n.º 9 indica-se o número de amostras efectuadas e os respectivos resultados, positivo ou negativo, no que diz respeito às análises serológicas e às análises clínicas.

**Quadro n.º 9 – Exames Efectuados**

<b>Tipo de Análise</b>	<b>N.º de Amostras</b>	<b>Amostras Positivas</b>	<b>Amostras Negativas</b>
Teste de sero-aglutinação rápida com antigénio Rosa Bengala	1.276	1	1.275
Teste de sero-aglutinação rápida com o antigénio da Salmonella pullorum	0	0	0
Teste de sero-aglutinação rápida com os antigénios do Mycoplasma gallisepticum/sinoviae	20	0	20
Urina tipo II	41		
Hemograma	222		
Bioquímica sanguínea	96		
Factores de coagulação	3		
Pesquisa de microfilárias (técnica de Knott)	1.034 sangues		

### **Unidade Laboratorial da BSE**

Esta unidade deu continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior, processando amostras de trocos cerebrais de grandes e pequenos Ruminantes no âmbito do Plano de Vigilância das EET (quadro n.º 10).

**Quadro n.º 10 – EET**

<b>Teste Rápido BSE e TE</b>	<b>2006</b>
Bovinos	491
Pequenos Ruminantes	63

### **5.3 Divisão de Gestão e Qualidade**

A Divisão de Gestão e Qualidade mantém como objectivo a melhoria contínua dos procedimentos e serviços do laboratório. A responsabilização das tarefas e a sistematização dos registos tem contribuído para avaliar as falhas e accionar medidas correctivas.

Na área administrativa foi implementado o sistema informático de emissão de facturas/recibos para o pagamento de análises – CAFEBES receita.

A aquisição de produtos e serviços foi efectuada de acordo com as necessidades do laboratório e os orçamentos disponíveis.

Foi possível proceder-se à manutenção/revisão e à calibração dos vários equipamentos, através de Entidades externas, permitindo um melhor funcionamento e evitando interrupções por avarias.

Foi adquirido o aparelho de Química seca para o departamento de Hematologia e o aparelho para colheita de amostras de ar – MAS-100.

Relativamente ao controlo de ensaios, houve continuidade em relação à avaliação interna do desempenho do Laboratório. Neste âmbito foram analisados e registados os factores possíveis de alterar a qualidade dos resultados nomeadamente a temperatura das estufas e dos frigoríficos, o uso de controlos positivos e negativos na avaliação da performance dos meios de cultura, de soros e de toxinas, bem como a utilização de brancos, duplicados e provas de esterilidade. Esta prática sofreu alterações com a Norma XP CEN ISO/TS 11133-2, cujas alterações foram implementadas durante o ano de 2006.

As condições ambientais são também factores importantes na qualidade dos resultados. Neste sentido o laboratório adquiriu o aparelho de colheita de ar que permite uma avaliação mais eficaz do teor microbiológico do ambiente de trabalho das salas em que esse teor é susceptível de alterar os resultados das análises. Foram implementadas as Cartas de Controle ferramenta de grande importância naquele controle no que diz respeito às salas de Microbiologia Alimentar e Clínica. A temperatura e humidade foram também avaliados e registados.

A participação em Programas de comparação inter-laboratorial para avaliar externamente o desempenho do laboratório em algumas áreas continua a ser muito importante para a avaliação das metodologias de ensaio.

Os ensaios inter-laboratoriais na área da Microbiologia alimentar têm sido 100% satisfatórios. Os de Parasitologia e da Microbiologia clínica foram iniciados em 2006.

A formação e actualização de conhecimentos é também uma preocupação do laboratório. Assim várias acções foram proporcionadas:

Dois técnicos efectuaram um estágio no departamento de Parasitologia do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária em Lisboa, no âmbito da Pesquisa da *Trichinella spiralis*.

Outros técnicos (dez técnicos) frequentaram acções organizadas pelo Laboratório, nomeadamente as Lições de Parasitologia e Micoses animais (14h).

Acções proporcionadas pela Relacre, através da Direcção Regional de Comércio e Indústria: “Eficácia na formação” (7h); “Liderança, gestão e motivação de equipas” (21h); “Gestão do tempo” (14h).

A “Gestão Pública” (185 h) - acção de formação para dirigentes foi frequentada pela Directora do Laboratório.

Um técnico superior e dois técnicos profissionais frequentaram os seguintes Seminários: “Qualidade e Segurança Alimentar” (5h) e “Segurança Alimentar” (3,5h).

## **ANEXOS**



## **ANEXO I**

### **Inspeções nos Centros de Abate da RAM**

**Quadro n.º 1 – Número de Animais Abatidos nos Centros de Abate da RAM**

Matadouros	Mês	N.º	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Totais
	Espécie	Kg													
Centro de Abate do Santo da Serra	Bovinos	N.º	491	480	608	632	624	646	718	1.056	722	648	495	915	<b>8.035</b>
		Kg	115.624,0	111.553,4	141.426,2	150.619,0	150.836,5	161.165,8	173.336,7	260.720,9	178.830,9	157.593,6	121.790,5	224.827,1	<b>1.948.324,6</b>
	Suínos	N.º	2.016	1.731	2.223	2.350	2.137	2.306	2.037	2.503	2.197	2.490	2.484	3.591	<b>28.065</b>
		Kg	130.772,7	115.652,3	156.472,7	157.009,2	144.154,7	160.941,8	160.337,5	174.035,5	162.402,7	176.867,9	160.210,1	234.930,1	<b>1.933.787,2</b>
	Ovinos	N.º	2	4	7	117	15	1	10	1	3	3	1	10	<b>174</b>
		Kg	22,4	72,2	116,8	1.380,1	256,8	24,8	214,4	10,8	39,0	84,0	8,6	157,2	<b>2.387,1</b>
	Caprinos	N.º	1		6	224	14	18	10	8	5	3		3	<b>292</b>
		Kg	20,2		84,6	1.783,4	99,0	194,0	132,6	170,0	89,2	38,2		56,6	<b>2.667,8</b>
	Leporídeos	N.º	101	166	179	106	94	148	101	130	95	140	56	222	<b>1.538</b>
		Kg	158,6	260,3	265,2	164,3	132,2	229,3	181,3	191,8	158,3	219,2	98,4	322,7	<b>2.381,6</b>
Centro de Abate do Porto Santo	Bovinos	N.º	3	2		2	6	4	7	7			1	9	<b>41</b>
		Kg	690,0	486,0		602,0	1.943,0	1.315,0	2.265,0	2.455,0			250,0	2.668,0	<b>12.674,0</b>
	Suínos	N.º	4			1		12	9	5	10	9	8	13	<b>71</b>
		Kg	258,0			170,0		785,0	660,0	350,0	684,0	632,0	576,0	1.051,0	<b>5.166,0</b>
	Ovinos	N.º				14	3	1	4	1	1		1		<b>25</b>
		Kg				234,0	31,0	18,0	84,0	29,0	15,0		16,0		<b>427,0</b>
	Caprinos	N.º			1	23	2	1	2				1	1	<b>31</b>
		Kg			17,0	218,0	38,0	23,0	17,0				10,0	4,0	<b>327,0</b>
Centro de Abate da Calheta	Bovinos	N.º	6												<b>6</b>
		Kg	1.246,2												<b>1.246,2</b>

**Quadro n.º 2 – Total Anual de Abates por Espécie nos Centros de Abate da RAM**

<b>Mês</b>	<b>Jan.</b>	<b>Fev.</b>	<b>Mar.</b>	<b>Abr.</b>	<b>Mai.</b>	<b>Jun.</b>	<b>Jul.</b>	<b>Ago.</b>	<b>Set.</b>	<b>Out.</b>	<b>Nov.</b>	<b>Dez.</b>	<b>Totais</b>
<b>Espécie</b>													
Bovinos	500	482	608	634	630	650	725	1.063	722	648	496	924	<b>8.082</b>
Suínos	2.020	1.731	2.223	2.351	2.137	2.318	2.046	2.508	2.207	2.499	2.492	3.604	<b>28.136</b>
Pequenos Ruminantes	3	4	14	378	34	21	26	10	9	6	3	14	<b>522</b>
Leporídeos	101	166	179	106	94	148	101	130	95	140	56	222	<b>1.538</b>

**Quadro nº 3 – Abates na RAM por Espécie de 2004 a 2006**

	2004		2005		2006	
	N.º de Animais	Kg	N.º de Animais	Kg	N.º de Animais	Kg
Bovinos	8.184	1.975.607,6	8.234	2.000.903,3	8.082	1.962.244,80
Suínos	29.815	2.133.051,0	30.416	2.102.410,6	28.136	1.938.953,30
Ovinos	275	3.996,0	278	3.947,3	199	2.814,00
Caprinos	450	4.819,0	394	4.049,5	323	2.994,80
Leporídeos	2.629	4.275,2	1.952	3.103,0	1.538	2.381,50
<b>Total</b>	<b>41.353</b>	<b>4.121.748,8</b>	<b>41.274</b>	<b>4.114.413,7</b>	<b>38.278</b>	<b>3.909.388,40</b>

**Quadro n.º 4 – Proveniência dos Bovinos Abatidos nos Matadouros da RAM**

<b>Centro de Abate</b>	<b>C.A.S.S.</b>	<b>C.A.P.S.</b>	<b>C.A.C.</b>	<b>Total</b>
<b>Origens</b>	<b>N.º Animais</b>	<b>N.º Animais</b>	<b>N.º Animais</b>	<b>N.º Animais</b>
AC	5.960	2	5	5.967
AT	1.305	20		1.325
CN				
DET	31			31
NL				
NLT	43			43
FR	7			7
T	689	19	1	709
<b>Total</b>	<b>8.035</b>	<b>41</b>	<b>6</b>	<b>8.082</b>

**Quadro n.º 5 – Proveniência dos Bovinos Abatidos na RAM Relação Percentual**

<b>Centro de Abate</b>	<b>N.º de animais abatidos</b>	<b>AC</b>	<b>AT</b>	<b>T "terra"</b>	<b>Outros</b>
		<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
C.A.S.S.	8.035	74,2	16,2	8,6	1,0
C.A.P.S.	41	4,9	46,3	48,8	0,0
C.A.C.	6	83,3	0,0	16,7	0,0

## **ANEXO II**

### **Rejeições Totais e Parciais**

**Quadro n.º 6 – Rejeições Totais na RAM – Bovinos**

Causas	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Abcessos / R.O.G.	1	200				
Alt. Características Organolépticas			3	509		
Amostra Não Elegível para Efectuar Teste Detecção EEB			1	318		
Anemia	1	226				
Artrite Purulenta			1	87		
Broncopneumonia purulenta	10	2.025	2	407	4	713
Caquexia	4	621	2	292	3	483
Carne febril					2	439
Carnes Repugnantes					3	646
Cisticercose generalizada	48	12.342	30	8.489	63	15.425
Cistite Poliposa / R.O.G.	5	1.398	4	1.102	5	1.276
Conspuração Generalizada	2	400				
Endocardite Verrucosa	1	157				
Hemorragias múltiplas			2	557	1	190
Icterícia / R.O.G					1	196
Infiltrações Serosanguinolentas						
Lesões traumáticas generalizadas	5	755	3	732	5	821
Mastite purulenta / R.O.G.					3	786
Melanose Generalizada					1	239
Metrite Purulenta / R.O.G	1	234				
Metrite Serofibrinosa / R.O.G.	1	193				
Miosite generalizada	1	349				
Morte na Abegoaria	5	1.240	1	230	3	850
Nefrite Purulenta/R.O.G.	1	303	4	949	1	227
Onfalite Purulenta/ R.O.G.	1	193	1	192	1	260
Osteíte Purulenta					1	205
Peritonite fibrino-purulenta / R.O.G.					1	255
Pielonefrite Purulenta						
Pioémia	1	210				
Pleurite purulenta					1	302
Poliartrite purulenta					7	1.691
Positivo a resíduos de AB					1	285
Reacção orgânica geral	3	427	4	744	7	1.329
Septicémia	1	199				
Tumor Maligno	2	489	1	211	2	575
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>21.961</b>	<b>59</b>	<b>14.819</b>	<b>116</b>	<b>27.193</b>

**Quadro n.º 7 – Rejeições Totais na RAM – Suínos**

Causas	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Abcessos múltiplos	21	1.480,4	45	2.501,9	35	1.584
Alteração Características Organolépticas			1	239,4		
Artrite purulenta	129	4.437,0	178	7.898,0	7	70
Broncopneumonia purulenta	57	3.655,2	121	5.339,4	122	5.504
Caquexia	60	1.055,6	62	1.784,1	89	2.847
Dermatite purulenta	1	177,0			1	7
Endocardite / R.O.G.			1	82,6	1	62
Icterícia	1	54,0			1	62
Lesões traum. generalizadas	1	59,0				
Mal Rubro	5	368,0	3	301,8	2	128
Mastite purulenta			1	235,0	2	302
Mau Processamento			3	30,6	12	277
Miocardite Purulenta/ R.O.G.	1	70,0				
Morte Parque/ Morte Transporte	227	12.899,0	226	14.252,0	210	12.141
Nefrite Purulenta	1	60,0	2	262,6	1	42
Odor Sexual					1	180
Onfaloflebite Purulenta	2	19,0	7	174,3	21	715
Osteíte fibro-purulenta	54	3.191,4	121	5.804,2	146	8.457
Pericardite /R.O.G.	1	16,0			4	287
Peritonite fibrino-purulenta	21	500,8	31	968,1	49	1.267
Poliartrite purulenta	6	350,4	40	1.215,2	227	9.658
P.S.E.					3	105
Reacção orgânica geral	8	468,2	110	2.695,9	121	3.667
Septicémia	7	653,0	30	675,9	41	1.148
Suspeita de Inoculação Médica						
<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>29.514</b>	<b>982</b>	<b>44.461</b>	<b>1.096</b>	<b>48.510</b>



### Quadro n.º 8 – Rejeições Totais na RAM

#### Ovinos

Causas	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Abcessos			2	40,0		
Artrite Purulenta						
Broncopneumonia purulenta	1	14,0			1	20
Caquexia	2	18,0	3	31,0	3	27
Hidroémia			3	24,0	1	7
Lesões traumáticas generalizadas						
Mastite purulenta					1	14
Morte na Abegoaria			1	22,0	1	6
Nefrite Purulenta/ R.O.G						
Reacção Orgânica Geral						
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>32,0</b>	<b>9</b>	<b>117,0</b>	<b>7</b>	<b>74</b>

#### Caprinos

Causas	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Artrite Purulenta	-	-				
Broncopneumonia purulenta	-	-				
Caquexia	-	-	6	37,0	2	10
Hidroémia	-	-			1	6
Lesões Traumáticas Generalizadas	-	-				
Morte na Abegoaria	-	-				
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>6</b>	<b>37,0</b>	<b>3</b>	<b>16</b>

#### Leporídeos

Causas	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Abcessos múltiplos	15	24,0	20	31,0	21	43
Anemia					1	2
Artrite purulenta					1	2
Broncopneumonia purulenta	1	2,0	1	2,0		
Caquexia	23	27,0	8	12,0	27	24
Lesões traumáticas generalizadas	6	9,0	3	5,0	4	6
Mau processamento					4	7
Morte na Abegoaria	2	3,0	1	2,0	2	5
Nefrite Purulenta/ R.O.G	1	2,0	1	2,0		
Reacções orgânicas generalizadas	1	1,0	2	3,0	3	4
Septicémia					1	2
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>68,0</b>	<b>36</b>	<b>57,0</b>	<b>64</b>	<b>95</b>

## Quadro n.º 9 – Rejeições Parciais

### Bovinos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
Coração	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Atrofia castanha	22	44,0	7	14,0	16	32,0
Conspuração	12	24,0	58	117,0	45	90,0
Coloração Anormal						
Congestão					4	8,0
Endocardite	5	10,0				
Hemorragias múltiplas					12	24,0
Melanose Localizada	1	2,0	2	4,0	1	2,0
Miocardite	14	28,0	9	19,0	70	140,0
Nódulos parasitários	289	578,0	312	628,0	418	836,0
Pericardite	71	142,0	104	210,0	85	170,0,
Traumatismo*					1	2,0
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>828,0</b>	<b>492</b>	<b>992,0</b>	<b>652</b>	<b>1.304,0</b>

\* Corações destruídos pela serra durante o corte do esterno

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
Pulmão	N.º	KG	N.º	KG	N.º	KG
Abcessos	2	6	1	3	6	18
Congestão	213	639	103	309	24	72
Conspuração	4	12	160	480	164	492
Enfisema	494	1.482	741	2.223	848	2.544
Falso Trajecto	171	513	450	1.352	433	1.299
Má sangria	169	507	6	18	24	72
Melanose Localizada	3	9	2	6	2	6
Parasitismo	46	138				
Pleurite	1.726	5.178	939	2.817	1.813	5.439
Pneumonia/F. Pneum./Broncopn.	5.112	15.344	5.446	16.333	4.465	13.395
<b>Total</b>	<b>7.940</b>	<b>23.828</b>	<b>7.848</b>	<b>23.541</b>	<b>7.779</b>	<b>23.337</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Fígado</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>
Abcessos	465	2.325	412	2.108	350	1.750
Aderências	117	585	164	820	237	1.185
Atrofia Castanha	10	50				
Cirrose	297	1.483	523	2.615	301	1.505
Colangite	563	2.815	684	3.420	703	3.515
Congestão	71	355	20	140	92	460
Conspuração	13	65	95	475	74	370
Distomatose	60	300	15	75	47	235
Esteatose	1.496	7.480	898	4.490	104	520
Hemossiderose	22	110	8	40	2	10
Hepatite	639	3.193	991	4.953	2.014	10.070
Hepatomegália	1	5				
Melanose localizada					2	10
Parasitismo	1.128	5.638	1.614	8.070	1.355	6.775
Petéq. sub-capsulares	55	275	73	365	97	485
Telangiect. Maculosa	76	380	90	450	96	480
<b>Total</b>	<b>5.013</b>	<b>25.059</b>	<b>5.587</b>	<b>28.021</b>	<b>5.474</b>	<b>27.370</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Rim</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>
Abcessos			1	4,0		
Atrofia / Hipertrofia	5	25,0			3	12,0
Congestão	90	406,0	182	708,0	203	837,0
Conspuração	2	9,0	11	25,0	8	18,0
Enfarte	108	521,0	59	279,0	50	213,0
Esteatose	38	182,0			2	8,0
Hemocromatose	33	177,0	8	36,0	8	39,0
Hemossiderose	36	185,0	16	82,0	21	105,0
Litíase Renal	4	23,0	4	25,0	9	49,0
Nefrite	3.614	18.840,0	4.184	20.767,0	3.911	20.168,0
Nefrose	343	1.661,0	233	1.140,0	296	1.582,0
Nefrose Lipídica					113	605,0
Petéquias corticais	325	1.647,0	204	1.007,0	306	1.529,0
Poliquístico	600	3.289,0	233	2.137,0	562	2.940,0
Quistos	237	1.050,0	165	601,0	185	760,0
<b>Total</b>	<b>5.435,0</b>	<b>28.015,0</b>	<b>5.300</b>	<b>26.811,0</b>	<b>5.677</b>	<b>28.865</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Abcesso			4	9,0	4	8,0
Glossite	2	4,0	3	6,0		
Mau processamento					5	10,0
Nódulos parasitários	26	43,0	13	25,0	43	86,0
Papilomatose	1	2,0				
Traumatismo			4	8,0	1	2,0
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>49,0</b>	<b>24</b>	<b>48,0</b>	<b>53</b>	<b>106,0</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Abcessos	18	146,0	29	79,0	102	339,8
Aderência					160	220,0
Conspuração	21	38,0	71	116,0	287	433,0
Degenerescência de Zenker	2	4,0	3	11,0	2	3,0
Esteatonecrose	1	1,0				
Hemorragias Múltiplas	9	127,0	7	127,0	16	85,9
Mau processamento					5	8,0
Nódulos parasitários	24	56,0	23	46,0	45	78,0
Miosite	4	33,0				
Traumatismo	1.183	6.425,0	834	3.116,0	1.349	4.903,3
<b>Total</b>	<b>1.262,0</b>	<b>6.830,0</b>	<b>967</b>	<b>3.495,0</b>	<b>1.966</b>	<b>6.071,0</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
<b>Reservatórios Gástricos</b>						
Abcesso					39	195,0
Conspuração					24	120,0
Mau processamento					12	60,0
Papilomatose					70	350,0
Processo inflamatório					382	1.910,0
<b>Total</b>					<b>527</b>	<b>2.635</b>

## Quadro n.º 10 – Rejeições Parciais

### Suínos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Congestão/Pneum. Enzoótica	25.856	31.027,2	22.044	2.692,8	22.181	26.173,6
Pleurite	3.696	4.435,0	7.122	8.546,4	4.859	5.697,8
<b>Total</b>	<b>29.552</b>	<b>35.462,2</b>	<b>29.166</b>	<b>11.239,2</b>	<b>27.040</b>	<b>31.871,4</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Ascaridiose/Cirrose/Esteatose	14.051	12.647,0	16.344	14.709,6	11.978	13.075,9
Processo Inflamatório	9.676	8.708,0	4.151	3.735,9	7.903	6.957,9
<b>Total</b>	<b>23.727</b>	<b>21.355,0</b>	<b>20.495</b>	<b>18.445,5</b>	<b>19.881</b>	<b>20.033,8</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Enfarte	2.200	660,0	1.657	497,1	760	227,7
Esteatose						
Nefrite/Nefrose/Quistos	20.792	6.238,0	22.434	6.730,2	21.043	6.136
Petéquiias Corticais						
<b>Total</b>	<b>22.992</b>	<b>6.898,0</b>	<b>24.091</b>	<b>7.227,3</b>	<b>21.803</b>	<b>6.363,7</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Coração						
Pericardite	2.099	630,0	2.744	823,2	2.335	698,5
<b>Total</b>	<b>2.099</b>	<b>630,0</b>	<b>2.744</b>	<b>823,2</b>	<b>2.335</b>	<b>698,5</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Carcaça/Membros/Orelhas						
Abcesso					71	685,0
Atrofia	388	58,0	376	56,4	237	35,4
Traumatismo	452	68,0	494	74,1	308	142,9
<b>Total</b>	<b>840</b>	<b>126,0</b>	<b>870</b>	<b>130,5</b>	<b>616</b>	<b>863,3</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Baço						
Fibrose	2.809	281,0	1.285	128,5	914	90,8
<b>Total</b>	<b>2.809</b>	<b>281,0</b>	<b>1.285</b>	<b>128,5</b>	<b>914</b>	<b>90,8</b>

**Quadro n.º 11 – Rejeições Parciais**

**Ovinos**

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Pulmão</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>
Congestão	28	6,2	16	3,8	22	4,6
Enfisema	1	0,3	1	0,2	14	3,4
Parasitismo	190	46,8	205	49,2	154	33,1
Pneumonia	3	0,8	21	5,0	1	0,3
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>54,1</b>	<b>243</b>	<b>58,2</b>	<b>191</b>	<b>41,4</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Coração</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>
Conspuração					4	0,6
Hemorragias múltiplas					18	2,0
<b>Total</b>					<b>22</b>	<b>2,6</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Fígado</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>
Abcessos			1	0,3		
Cirrose	3	1,0	6	2,3	2	0,8
Esteatose	9	2,8	6	2,4	8	2,3
Parasitismo	166	58,2	219	72,2	156	40,0
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>62,0</b>	<b>232</b>	<b>77,2</b>	<b>166</b>	<b>43,1</b>

<b>Causas de Rejeição</b>	<b>2004</b>		<b>2005</b>		<b>2006</b>	
<b>Rim</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>	<b>N.º</b>	<b>Kg</b>
Nefrite	67	11,3	166	24,6	88	12,1
Poliquístico	4	0,5	4	0,7	3	0,3
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>11,8</b>	<b>170</b>	<b>25,3</b>	<b>91</b>	<b>12,4</b>

## Quadro n.º 12 – Rejeições Parciais

### Caprinos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
<b>Pulmão</b>						
Congestão	60	13,5	39	8,5	22	4,4
Enfisema	1	0,3	5	1,0	5	1,0
Má sangria			14	8,1	42	8,5
Parasitismo	221	54,4	229	52,6	177	38,2
Pneumonia	22	5,6	7	1,7	50	10,6
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>73,8</b>	<b>294</b>	<b>71,9</b>	<b>296</b>	<b>62,7</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
<b>Fígado</b>						
Congestão			1	0,3	5	1,6
Cirrose / Hepatite					23	7,2
Esteatose	17	5,8	32	10,0	63	19,5
Parasitismo	113	53,2	190	62,0	136	44,2
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>59,0</b>	<b>223</b>	<b>72,3</b>	<b>227</b>	<b>72,5</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
<b>Rim</b>						
Enfarte	1	0,2	1	0,3	2	0,2
Esteatose					16	1,8
Nefrite	98	15,8	130	19,9	104	15,6
Poliquístico	1	0,1			2	0,2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>16,1</b>	<b>131</b>	<b>20,2</b>	<b>124</b>	<b>17,8</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
<b>Coração</b>						
Conspuração					4	0,4
Hemorragias múltiplas					1	0,1
Pericardite					1	0,1
<b>Total</b>					<b>6</b>	<b>0,6</b>

### Quadro n.º 13 – Rejeições Parciais

#### Leporídeos

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Congestão	2.629	131,5	1.952	97,6	1474	73,7
<b>Total</b>	<b>2.629</b>	<b>131,5</b>	<b>1.952</b>	<b>97,6</b>	<b>1474</b>	<b>73,7</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Cirrose	7	0,4	8	0,4	20	1,0
Coccidiose	1.870	93,5	1.536	76,8	1.192	59,6
Esteatose	334	16,7	155	7,8	195	5,75
<b>Total</b>	<b>2.211</b>	<b>110,6</b>	<b>1.699</b>	<b>85,0</b>	<b>1.407</b>	<b>66,35</b>

Causas de Rejeição	2004		2005		2006	
	N.º	Kg	N.º	Kg	N.º	Kg
Nefrite	1.019	51,0	891	44,6	628	31,4
Poliquístico					15	0,8
<b>Total</b>	<b>1.019</b>	<b>51,0</b>	<b>891</b>	<b>44,6</b>	<b>643</b>	<b>32,2</b>